



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**



**JULIETE BASTOS MACÊDO**

**VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL DE PRIMEIRA E TERCEIRA  
PESSOA DO PLURAL NA COMUNIDADE RURAL AFRO-BRASILEIRA MUSSUCA  
– LARANJEIRAS/SERGIPE: UMA ANÁLISE SOCIOLINGÜÍSTICA**

Feira de Santana  
2022

**JULIETE BASTOS MACÊDO**

**VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL DE PRIMEIRA E TERCEIRA  
PESSOA DO PLURAL NA COMUNIDADE RURAL AFRO-BRASILEIRA MUSSUCA  
– LARANJEIRAS/SERGIPE: UMA ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Linguísticos.

**Orientadora:** Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo.

**Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS**

Macêdo, Juliete Bastos

M121v Variação na concordância verbal de primeira e terceira pessoa do plural na comunidade rural afro-brasileira Mussuca-Laranjeiras/Sergipe: uma análise sociolinguística/ Juliete Bastos Macêdo. - 2022.  
176f.: il.

Orientadora: Silvana Silva de Farias Araújo

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2022.

1. Concordância verbal. 2. Português brasileiro. 3. Sociolinguística.  
I. Araújo, Silvana Silva de Farias, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 806.90-25

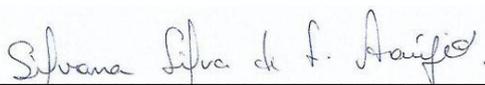
Rejane Maria Rosa Ribeiro – Bibliotecária CRB-5/695

## TERMO DE APROVAÇÃO

**JULIETE BASTOS MACÊDO**

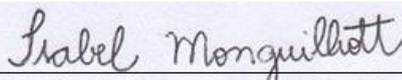
### **VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL DE PRIMEIRA E TERCEIRA PESSOA DO PLURAL NA COMUNIDADE RURAL AFRO-BRASILEIRA MUSSUCA – LARANJEIRAS/SERGIPE: UMA ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – PPGEL, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.



---

Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo (Orientadora)  
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS



---

Profa. Dra. Isabel Monguilhott (Avaliadora Externa)  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



---

Profa. Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida (Avaliadora Interna)  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me guia diante dos desafios, dando-me força e coragem para continuar. A toda minha família, mãe, pai e irmãos pelo companheirismo, apoio e amor, e a Elvis Soares pela grandiosa amizade.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por tudo que eu sou e por iluminar meus caminhos, mantendo-me confiante nos momentos mais desafiadores.

Em segundo lugar, agradeço à minha família, ao meu pai, à minha mãe e aos meus irmãos, esses que são minha base e que estão sempre me apoiando, segurando a minha mão, independente das minhas escolhas. Agradeço a Ney Campello pelo companheirismo e pela escuta amorosa. A Elvis Soares e Jaiane Oliveira, amigos de longa data e que estão sempre ao meu lado me apoiando diante dos desafios, e a Márcia Souza, amiga fruto da seleção de Mestrado.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo, que se dispôs ser minha orientadora e que conduziu a orientação e incentivos, de forma respeitosa, ética e responsável, durante toda a minha fase de pesquisa e produção.

Sou grata às amigadas que construí nesse período de mestrado, Marcus Sene, Abimael Ferreira e Jan Santana, e em especial, agradeço a Manoel Crispiniano que viveu os desafios da pesquisa comigo e sempre me inspirou na vida acadêmica.

Grata também, às professoras Dra. Norma Lúcia Fernandes de Almeida (UEFS) e a Isabel Monguilhott (UFSC) por aceitarem o convite para avaliação do meu trabalho.

Aos meus professores do PPGEL, agradeço pelos conhecimentos acrescentados, pela responsabilidade e pela dedicação para com a pesquisa, a todos do programa minha admiração. Agradeço também à Profa. Dra. Raquel Freitag (UFS) pelas contribuições.

## RESUMO

O trabalho aqui apresentado está inserido na área da Sociolinguística Variacionista e vincula-se à linha de pesquisa “Variação e Mudança no Português”, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS). Conjecturamos analisar os dados referentes ao uso variável da concordância verbal na fala de residentes da comunidade afro-brasileira de Mussuca, no município de Laranjeiras-SERGIPE (SE). Para alcançar esse fim, entrevistas sociolinguísticas privadas e entrevistas em espaços públicos no *YouTube* foram analisadas, buscando, a partir da análise dos resultados, obtidos através do programa computacional R (R CORE TEAM, 2021), analisar se os moradores da comunidade aplicam a regra padrão em maior frequência de uso, investigando se a comunidade caminha na direção dos resultados apresentados em alguns estudos sobre concordância verbal (LEMLE; NARO, 1977; GUY 1981; GRACIOSA, 1991; NARO; SCHERRE, 1991; RODRIGUES, 1992; SCHERRE; NARO, 1998; MONGUILHOTT, 2001; SILVA, 2003; BORTONI-RICARDO, 2008, dentre outros). Este estudo teve como hipótese reitora a premissa de que, enquanto nas variedades urbanas cultas observa-se que os falantes mais jovens tendem à não marcação padrão da concordância, nas variedades populares rurais afro-brasileiras, está havendo uma tendência para a marcação padrão da regra de concordância justamente entre os participantes dessa faixa etária (ARAÚJO, 2014). Diante disso, apresenta-se um estudo de descrição dos resultados encontrados associado aos estudos anteriores com o objetivo de produzir dados que subsidiem a discussão, no que concerne à variação da concordância verbal em uma comunidade quilombola. Os resultados da pesquisa confirmam que a regra de concordância verbal no português brasileiro é variável. Este estudo demonstra que o perfil social do participante tende a influenciar os resultados de aplicabilidade da regra padrão. Os condicionadores internos são confirmados de acordo com estudos anteriores, quanto às variáveis socioculturais os resultados se contrapõem com os principais estudos de CV, pois o perfil social do participante condiciona os resultados encontrados nesta comunidade em questão. Concluimos que a CV na comunidade analisada é um fenômeno que se encontra em variação estável, mas que se houver mudança os condicionadores serão os mesmos apontados pela literatura.

**Palavras-chave:** Concordância verbal; Português brasileiro; Sociolinguística.

## ABSTRACT

The work presented here is inserted in the area of Variationist Sociolinguistics and is linked to the research line "Variation and Change in Portuguese", of the Graduate Program in Linguistic Studies (PPGEL/UEFS). We were able to analyze the data regarding the variable use of verbal agreement in the speech of residents of the Afro-Brazilian community of Mussuca, in the municipality of Laranjeiras-SERGIPE (SE). To achieve this end, private sociolinguistic interviews and interviews in public spaces on YouTube were analyzed, seeking, from the analysis of the results, obtained through the computational program R (R CORE TEAM, 2021), to analyze whether community residents apply the standard rule in greater frequency of use, investigating whether the community moves towards the results presented in some studies on verbal agreement (LEMLE; NARO, 1977; GUY 1981; GRACIOSA, 1991; NARO; SCHERRE, 1991; RODRIGUES, 1992; SCHERRE; NARO, 1998; MONGUILHOTT, 2001; SILVA, 2003; BORTONI-RICARDO, 2008, among others). This study had as the main hypothesis the premise that, while in the urban varieties cultured it is observed that the younger speakers tend not to mark the standard agreement, in the afro-Brazilian rural popular varieties, there is a tendency to mark the standard rule of agreement precisely among the participants of this age group (ARAÚJO, 2014). Therefore, we present a study describing the results found associated with previous studies with the objective of producing data that support the discussion, with regard to the variation of verbal agreement in a quilombola community. The results of the research confirm that the rule of verbal agreement in Portuguese Brazilian system is variable. This study demonstrates that the social profile of the participant tends to influence the results of applicability of the standard rule. The internal conditioners are confirmed according to previous studies, regarding the sociocultural variables, the results are opposed to the main CV studies, because the social profile of the participant conditions the results found in this community in question. We conclude that CV in the analyzed community is a phenomenon that is in stable variation, but that if there is change the conditioners will be the same as those pointed out in the literature.

**Keywords:** Verbal agreement; Portuguese Brazilian; Sociolinguistics.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Percentual de aplicabilidade da regra de CV no estado da Bahia	41
Figura 2	Percentual de aplicabilidade da regra de CV na norma urbana intermediária em quatro regiões brasileiras	52
Figura 3	Percentual de aplicabilidade da regra de CV na norma urbana X norma urbana culta	54
Figura 4	Mapa da cidade de Laranjeiras	107
Figura 5	Localização da cidade de Laranjeiras	108
Figura 6	Acesso ao povoado Mussuca – Laranjeiras/SE	109
Figura 7	Representação de práticas do samba de parelha	110
Figura 8	Integrantes do samba de parelha	110
Figura 9	Integrantes do samba de coco	111
Figura 10	Representação da prática cultural na comunidade	111
Figura 11	Mapa da comunidade Mussuca com pontos de localização de lanchonete e bares	113
Figura 12	Mapa da comunidade Mussuca com ponto de localização da empresa Votorantim cimentos	114
Figura 13	Mapa da comunidade Mussuca com ponto de localização da pedreira Santa Cruz	114
Figura 14	Realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4 e P6	114
Figura 15	Realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical (paradigmas de P4)	117
Figura 16	Realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4 ( <i>a gente</i> ) – saliência fônica	118
Figura 17	Realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P6 - saliência fônica	121
Figura 18	Realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4 ( <i>nós</i> ) - saliência fônica	121
Figura 19	Realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4 ( <i>a gente</i> ) - tipo de verbo	124
Figura 20	Realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4	125

	( <i>nós</i> ) tipo de verbo	
Figura 21	Realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P6 - tipo de verbo	125
Figura 22	Realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4 ( <i>a gente</i> ) – especificidade do sujeito	128
Figura 23	Realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4 ( <i>nós</i> ) – especificidade do sujeito	129
Figura 24	Distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P4 ( <i>a gente</i> ) na variável sexo	133
Figura 25	Distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P4 ( <i>nós</i> ) na variável sexo	134
Figura 26	Distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P6 na variável sexo	135
Figura 27	Distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P4 ( <i>a gente</i> ) na variável escolaridade	137
Figura 28	Distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P4 ( <i>nós</i> ) na variável escolaridade	138
Figura 29	Distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P6 na variável escolaridade	140
Figura 30	Distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P4 <i>a gente</i> na variável faixa etária	142
Figura 31	O uso de <i>a gente</i> como pronome de 1ª pessoa do plural no português afro-brasileiro segundo a faixa etária do falante (em peso relativo)	143
Figura 32	Distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P4 <i>nós</i> na variável faixa etária	145
Figura 33	Distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P6 na variável faixa etária	147
Figura 34	Realização da marca de concordância quanto registro P4 – <i>a gente</i>	148
Figura 35	Realização da marca de concordância quanto registro P4 – <i>nós</i>	149
Figura 36	Realização da marca de concordância quanto registro P6	149
Figura 37	Árvore de classificação condicional para a análise da aplicabilidade da regra de concordância verbal	152

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição geral dos dados da CV com P4 na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca	116
Tabela 2	Distribuição geral dos dados da CV com P6 na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca	116
Tabela 3	Distribuição geral dos dados da CV com Paradigma de P4 e P6 na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca	119
Tabela 4	Atuação da variável <i>Saliência fônica</i> no uso da CV padrão com P4 ( <i>a gente</i> ) na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca	119
Tabela 5	Atuação da variável <i>Saliência fônica</i> no uso da CV padrão com P6 na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca	120
Tabela 6	Atuação da variável <i>Saliência fônica</i> no uso da CV padrão com P4 ( <i>nós</i> ) na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca	122
Tabela 7	Distribuição da variante padrão de CV nos fatores da variável <i>Tipo de verbo</i> na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca	124
Tabela 8	Distribuição da variante padrão de CV nos fatores da variável <i>Tipo de verbo e saliência fônica</i> na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca	126
Tabela 9	Distribuição geral da variante padrão de CV no fator <i>especificidade do sujeito</i> na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca	128
Tabela 10	Distribuição das variantes padrão da CV com P6 nos fatores da variável <i>sexo</i> na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca	133
Tabela 11	Distribuição das variantes padrão da CV nos fatores da variável <i>escolaridade</i> na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca	136
Tabela 12	Distribuição das variantes padrão da CV com P6 nos fatores da variável <i>faixa etária</i> na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca	141
Tabela 13	Distribuição das variantes da CV com registro público X registro privado na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca	148

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	O paradigma da flexão verbal no padrão normativo e no português brasileiro culto	37
Quadro 2	Comparativo entre as frequências de aplicabilidade da regra de concordância verbal em alguns estados brasileiros.	50
Quadro 3	Variáveis extralinguísticas dos participantes da pesquisa	72
Quadro 4	Papéis sociais desempenhados na comunidade Mussuca em Laranjeiras – SE, estratificados por sexo	79
Quadro 5	Frequência de aplicação da regra de concordância verbal em normas sociolinguísticas urbanas brasileira	81
Quadro 6	Variação morfofonológica precedente ao sufixo de pessoa-número (PN) em 1ª e 3ª pessoa do plural em oposição à flexão singular do verbo	93
Quadro 7	Tipo e realização de sujeito	96

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

- PB - Português Brasileiro
- PE - Português Europeu
- CV - Concordância Verbal

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>A TEORIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA</b>	<b>21</b>
2.1	A SOCIOLINGUÍSTICA	21
2.2	DISCUSSÕES SOBRE A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA	22
2.3	A VISÃO SOCIOLINGUÍSTICA: UMA NECESSIDADE NO PROCESSO DE VARIAÇÃO E MUDANÇA	24
<b>2.3.1</b>	<b>Os cinco problemas de mudança no contexto social e ideológico do Português Brasileiro</b>	<b>26</b>
2.4	AS ABORDAGENS SOBRE O ESTILO NOS ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS	27
<b>3</b>	<b>O FENÔMENO LINGUÍSTICO: A CONCORDÂNCIA VERBAL</b>	<b>36</b>
3.1	CONCORDÂNCIA VERBAL: REVISÕES BIBLIOGRÁFICAS	36
<b>3.1.1</b>	<b>Algumas considerações sobre o fenômeno de concordância verbal no português brasileiro</b>	<b>36</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Alguns estudos sociolinguísticos sobre concordância verbal no Português brasileiro</b>	<b>45</b>
3.1.2.1	A concordância verbal numa perspectiva de análise da estrutura da regra variável	45
3.1.2.2	A concordância verbal numa perspectiva sócio-histórica do português brasileiro	47
3.2	A ANÁLISE DO PERCENTUAL DE APLICABILIDADE DA REGRA DE CONCORDÂNCIA VERBAL	49
<b>4</b>	<b>A COMUNIDADE QUILOMBOLA E A PERSPECTIVA DO CONTATO LINGUÍSTICO</b>	<b>56</b>
4.1	A COMUNIDADE QUILOMBOLA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA	56
4.2	ESTUDOS SOBRE O CONTATO DO PORTUGUÊS COM LÍNGUAS AFRICANAS	59
4.3	ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O CONTATO LINGUÍSTICO EM SERGIPE: PRESSUPOSTOS GERAIS	65
<b>5</b>	<b>A METODOLOGIA E OS INSTRUMENTOS DA PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA</b>	<b>69</b>
5.1	A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	69
5.2	AS VARIÁVEIS SOCIOCULTURAIS	71
<b>5.2.1</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>73</b>
5.2.1.1	Os jovens da comunidade Mussuca	74
<b>5.2.2</b>	<b>Sexo</b>	<b>78</b>
<b>5.2.3</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>81</b>
<b>5.2.4</b>	<b>Os perfis que compõem a amostra</b>	<b>82</b>

5.2.4.1	Algumas considerações sobre os perfis da amostra	90
5.3	VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	91
<b>5.3.1</b>	<b>Concordância verbal: variáveis dependentes</b>	<b>91</b>
5.3.1.1	Realização e posição do sujeito	94
5.3.1.2	Tipo de verbo	97
5.3.1.3	Traço semântico do sujeito	98
5.3.1.4	Saliência fônica	100
5.4	CRITÉRIOS PARA A EXCLUSÃO DE DADOS	103
5.5	REGISTRO	105
5.6	PROCEDIMENTO DE TRATAMENTO QUANTITATIVO	105
5.7	A COMUNIDADE DE PRÁTICA ANALISADA	106
<b>5.7.1</b>	<b>Mussuca – Laranjeiras/Sergipe: da sócio-história à comunidade de práticas</b>	<b>106</b>
<b>6</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS</b>	<b>115</b>
6.1	DISTRIBUIÇÃO GERAL E ANALISE DE DADOS	115
<b>6.1.1</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>115</b>
6.1.1.1	Saliência fônica	119
6.1.1.2	Tipo de verbo	123
6.1.1.3	Especificidade do sujeito	123
6.1.1.1	Algumas considerações	128
<b>6.1.2</b>	<b>Variáveis socioculturais</b>	<b>131</b>
6.1.2.1	Sexo	132
6.1.2.2	Escolaridade	132
6.1.2.3	Faixa etária	140
6.1.2.4	Registro	147
6.1.2.5	Algumas considerações	151
<b>6.1.3</b>	<b>Análise multivariada</b>	<b>152</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>155</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>161</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>166</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Há muitas pesquisas sobre a concordância verbal (doravante CV) no campo da Sociolinguística (LEMLE; NARO, 1977; GUY 1981; GRACIOSA, 1991; NARO; SCHERRE, 1991; RODRIGUES, 1992; SCHERRE; NARO, 1998; MONGUILHOTT, 2001, 2009; SILVA, 2003, 2005; BORTONI-RICARDO, 2008, ARAUJO, 2014, dentre outros). Tais pesquisas confirmam os grupos de fatores condicionantes, como i) caracterização e posição do sujeito; (ii) marca de plural no último constituinte do Sintagma Nominal (SN); (iii) caracterização semântica do sujeito; (iv) realização e posição do sujeito; (v) tipo de verbo e (vi) saliência fônica.

Esses grupos de fatores linguísticos têm condicionado os resultados em relação à aplicabilidade da regra de CV no português brasileiro (PB). Nesse sentido, surge a necessidade de realizar um mapeamento dos fatores que condicionam a variação do fenômeno na comunidade de Mussuca, em Laranjeiras-SE, principalmente, ao considerar que essa comunidade ainda não foi estudada do ponto de vista sociolinguístico, além do fato de que cada comunidade se apresenta de forma peculiar, dependendo do seu contexto de formação sócio-histórica e do comportamento de seus falantes.

Algumas pesquisas, além de focalizarem os fatores condicionantes, atrelam o estudo da regra variável ao contexto sócio-histórico da comunidade analisada (SILVA, 2003, 2005; RODRIGUES, 1992; LUCCHESI, 2009; ARAÚJO, 2012; 2014; LUCCHESI, 2015; BENFICA, 2016 etc.). Assim, evidenciam que a análise do fenômeno revela que a CV é um campo que desnuda as matizes de uma polarização sociolinguística no PB (LUCCHESI, 2015). Ademais, esses estudos nos direcionaram para uma análise do perfil social do falante em relação à presença ou à ausência da regra padrão. Isso porque o fenômeno variável em questão no PB está relacionado à influência do prestígio e ao estigma da variação da regra (LUCCHESI, 2012, 2015).

Os fatores sociais que atuam na variação do uso da CV variam de acordo com a comunidade analisada. Uma determinada comunidade pode adotar um comportamento linguístico em relação a um fenômeno, enquanto outra comunidade adotar outro, a depender do contexto sócio-histórico da comunidade ou, até mesmo, da constituição identitária desse falante face à posição que ele ocupa dentro dessa comunidade. Com isso, intentamos analisar não somente os fatores internos, mas também os fatores socioculturais.

Com base na descrição sociolinguística, conjecturamos examinar a taxa de frequência de presença ou ausência desse fenômeno. Os dados serão interpretados por intermédio das

constituições históricas e regionais, analisando os principais fatores estruturantes, ressaltando e valorizando as diferentes variações linguísticas que aparecem como fator de caracterização da língua e cultura de um povo. Valemo-nos da teoria da variação estilística para compreender a construção do perfil social de cada participante da pesquisa, em seus grupos de práticas. Compreendemos que o estilo<sup>1</sup> é um conjunto de escolhas relacionadas ao nível de formalidade de cada situação de interação social (ECKERT, 2012) nos grupos que estes falantes participam refletindo no perfil social do falante.

Este estudo direciona sua análise para a variação do fenômeno de concordância verbal em P4 (*nós e a gente*) e P6. Selecionamos P4 (*a gente*) pelo fato de compreendemos através de estudos realizados (SILVA, 2005; LUCCHESI, 2009) que o *a gente* vem sendo bem adotado na comunidade de fala do PB, mas poucas pesquisas se dedicam a análise da variação de CV. O *a gente* é estudado face a sua posição de sujeito (LOPES, 1999; BORGES, 2004). A partir desse direcionamento, analisamos a presença ou ausência da regra padrão de concordância verbal. Compreendemos por regra padrão a regra de concordância verbal mais próxima das regras da Gramática Normativa e regra não padrão de CV aquela que se encontra mais distante nas normas gramaticais.

O *corpus* utilizado para desenvolver a presente investigação é formado por dois tipos de entrevistas. Entrevistas que consideramos como falas privadas que são entrevistas orais pertencentes ao acervo do Projeto de pesquisa “Caracterização do português popular falado em comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia e de Sergipe: documentação de comunidades de práticas afro-brasileiras para o estudo de contatos linguísticos” (PDJ/CNPq: 154982/2018-0), coordenado pela Professora Doutora Silvana Silva de Farias Araújo (UEFS). São entrevistas de natureza sociolinguística, com 13 falantes da comunidade Mussuca, Laranjeiras-SE. O *corpus* é composto de entrevistas com participantes dos sexos feminino e masculino, distribuídos por três faixas etárias e com diferentes níveis de escolaridade. Além disso, serão utilizados oito vídeos com duas participantes que foram retirados do *YouTube*, sendo esses vídeos considerados exemplos de fala pública. Buscamos utilizar este *corpus* para compreender como a variação do fenômeno se comporta na comunidade

Esperamos que, pelo fato de os participantes desta pesquisa fazerem parte de uma comunidade rural afro-brasileira e pelo contexto de formação sócio-histórica dessa comunidade, os resultados de aplicabilidade da regra padrão sejam menores em relação aos da regra padrão. Com isso, questionamos se a variação da regra pode ser indícios de aspectos

---

<sup>1</sup> O conceito de estilo será abordado na seção posterior.

identitários, em que o perfil social do participante interfere nesse contexto.

A partir do *corpus* constituído, traçamos algumas questões, a saber:

- i) Diante da análise do perfil social do participante, qual o comportamento do fenômeno?
- ii) A comunidade apresenta dados a favor da aplicabilidade da regra de concordância verbal padrão na 1ª e 3ª pessoa do plural (P4 e P6)?
- iii) Qual o perfil de aplicabilidade da regra de CV para P4 considerando a variação *nós/a gente*?
- iv) Qual o comportamento do fenômeno em relação aos jovens, visto que, nos estudos anteriores, com dados da fala urbana, esta é a faixa etária responsável pela introdução da mudança em relação à normatização da regra?
- v) Os efeitos linguísticos que se aplicam são os mesmos dos estudos anteriores sobre CV em comunidades rurais? Se não, quais são diferentes?
- vi) Os condicionamentos são os mesmos tanto para P4 (*nós e a gente*) quanto para P6?

Essas questões são instigantes, pois partimos das hipóteses de que, em comunidades rurais afro-brasileiras, os usuários mais jovens estão utilizando mais o uso padrão da concordância verbal, próximo ao que se observa nas variedades urbanas cultas, devido aos meios de comunicação, urbanização e escolarização. Além disso, vale destacar que a variável em questão é alvo de prescrição normativista (FREITAG, 2012) e está sujeito a avaliação subjetiva negativa, o que reforça o fato de os falantes do PB tenderem monitorar sua fala em direção à norma de prestígio. Consideramos também que condicionadores internos apresentam a mesma direção de efeito, como apontam os estudos anteriores sobre CV nas comunidades rurais (SILVA, 2005; LUCCHESI, 2009). Somamos a esse contexto as motivações do *continuum* identitário construído pela *persona*, fazendo-nos refletir se a variação da regra é um traço também condicionado pelo perfil social do participante da pesquisa.

Desse modo, adotamos a descrição sociolinguística como subsídio para a análise do perfil do participante da pesquisa, construindo o perfil social de cada participante, a fim de direcionar o estudo linguístico de determinado grupo de falantes ao aporte cultural da comunidade na qual o grupo está inserido. Nesta pesquisa, propomos a análise e a descrição linguística de suas variantes e, ao mesmo tempo, a análise das influências históricas e socioculturais. Com isso, descrever ocorrências de aplicabilidade e ausência da regra padrão de CV na fala de uma determinada comunidade, pois o PB foi imerso em contribuições culturais e linguísticas, gerando a diversidade de falares que temos hoje, refletindo a respeito das motivações para determinados usos.

Em suma, este trabalho traz a descrição do português falado na comunidade rural afro-brasileira Mussuca, especificamente variação no uso da concordância verbal de 1ª (*nós e a gente*) e 3ª pessoa do plural, com base na amostra em estudo, distribuídas da seguinte forma:

- (a) Sexo (5 participantes do sexo masculino e 8 do sexo feminino);
- (b) Faixa etária (participantes de 22 a 82 anos);
- (c) Grau de escolaridade (participantes sem escolaridade até o Ensino Médio completo);

Pretendemos comparar este trabalho aos trabalhos anteriores (SILVA, 2003, 2005; LUCCHESI 2009; MONGUILHOTT, 2002; SOUZA, 2013; NOVAIS, 2021; ARAÚJO, 2014), cujas pesquisas apresentam tanto a descrição do português afro-brasileiro em comunidades rurais afro-brasileiras, quanto análise com a norma popular urbana.

Esta dissertação está organizada em cinco seções. Na segunda seção, abordamos a Teoria da Variação e Mudança Linguística ou Sociolinguística Variacionista, expondo os seus pressupostos teóricos, os estudos da variação e mudança linguística e os cinco problemas empíricos (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968-2006), num contexto social e ideológico do português brasileiro. Na terceira seção, direcionamos o estudo para o fenômeno linguístico de concordância verbal, discutindo a concordância verbal sob a perspectiva da regra variável (LEMLE; NARO, 1977; GUY 1981; GRACIOSA, 1991; NARO; SCHERRE, 1991; SCHERRE; NARO, 1998; MONGUILHOTT, 2001, 2009 etc.) e sob a perspectiva sócio-histórica do português brasileiro (SILVA, 2003, 2005; RODRIGUES, 1992; LUCCHESI, 2009; ARAÚJO, 2012; 2014; LUCCHESI, 2015, BENFICA, 2016 etc).

A partir desses estudos, apresentamos uma análise dos percentuais de aplicabilidade da regra. Posteriormente, propomos algumas reflexões sobre a concordância verbal em algumas comunidades afro-brasileiras (SILVA, 2003, 2005; SOUZA, 2013; SANTOS, 2013), alguns estudos sobre o contato do português com línguas africanas e alguns pressupostos sobre o contato linguístico em Sergipe.

Na quinta seção, apresentamos a metodologia e os instrumentos da pesquisa, baseados na Teoria da Variação e Mudança Linguística proposta pela Sociolinguística Variacionista por Weinreich, Labov e Herzog (1968-2006) e Labov, (1972-2008). Ainda nessa seção, realizamos uma descrição da comunidade Mussuca, a fim de compreender a sua localização bem como os processos sociais da sua formação.

Na última seção, abordamos a descrição e a análise dos dados com destaque para as variáveis de maior significância apresentadas pelo programa R (R CORE TEAM, 2021). Analisamos, a partir da distribuição geral, a variável dependente, sendo elas: as variáveis linguísticas Saliência fônica, realização e posição do sujeito, tipo de verbo e traço de

especificidade e as variáveis socioculturais: sexo, faixa etária e escolaridade. Por último, apresentamos os resultados referentes à análise multivariada.

Com base na discussão empreendida, apresentamos as considerações finais da pesquisa, e, a partir disso, tecemos algumas reflexões acerca da realização do fenômeno na comunidade estudada. Apontamos algumas contribuições desse estudo para pesquisas futuras e alguns questionamentos que poderão ser respondidos com outras análises. Esperamos que esta pesquisa possa fornecer novas evidências sobre o fenômeno em estudo, contribuindo para a descrição e análise do PB.

## **2 A TEORIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA**

Apresentamos os aportes teóricos que embasam a pesquisa, com contribuições acerca da formação sócio-histórica do PB. Abordamos, em linhas gerais, questões sobre o estudo sociolinguístico para a análise de dados, bem como propomos uma discussão sobre a importância de uma orientação sócio-histórica no estudo linguístico do PB, delineando questões centrais para um debate acerca do processo sócio-histórico-cultural de formação e realidade linguística brasileira.

### **2.1 A SOCIOLINGUÍSTICA**

Sabemos que existem vários estudos que se voltam para a discussão de questões teóricas, bem como para explicar como a Linguística se consolidou enquanto ciência. Também não é novidade que, após o auge dos estudos da língua enquanto sistema, surgiu a necessidade investigar a estrutura linguística analisando o seu viés social. Portanto, não temos a pretensão de produzir um estudo de caráter recursivo, mas apenas de enfatizar que é importante compreender a heterogeneidade linguística correlacionando-a a fatores externos, sendo essa compreensão de extrema necessidade para o objeto de estudo deste trabalho.

Os estudos de Saussure (SAUSSURE, 1973 [1916]) contribuíram para a descrição das línguas, mas este a analisava separadamente de seu contexto social, postulando suas dicotomias, que separava língua (*langue*) e fala (*parole*), diacronia (um estudo da língua através do tempo) e sincronia (um estágio de língua). O mestre genebrino definia língua como “um sistema cujas partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (SAUSSURE, 1975). Para o autor, é sincrônico tudo que se relaciona com o fenômeno linguístico em tempo real, enquanto a diacronia diz respeito às evoluções da língua em um período pretérito. Do mesmo modo, “sincronia e diacronia designarão, respectivamente, um estado de língua e uma fase de evolução” (SAUSSURE, 1995, p. 96). Desse modo, notamos que a língua é delimitada como objeto da linguagem e, ao separá-la da fala, Saussure reconhece o seu caráter social.

Posteriormente, Chomsky (1957, 1975 [1965]), numa abordagem gerativista, tem a língua como um sistema de princípios universais que é vista como conhecimento mental que o falante tem acerca de questões linguísticas. A partir do estado inicial da faculdade da linguagem, compreende a competência linguística do falante ideal, como objeto de estudos, inserida em uma comunidade de fala homogênea. Em contraposição à vertente estruturalista e gerativista, a sociolinguística investiga o comportamento linguístico em uso em uma dada comunidade de

fala ou de prática, especialmente observando situações de interação sociocomunicativas. Sendo assim, a língua deixa de ser vista como algo homogêneo e passa ganhar força a visão heterogênea inerente a língua, pois “a cada situação de fala que nos inserimos e da qual participamos, notamos que a língua falada é, a um só tempo, heterogênea e diversificada” (TARALLO, 2007, p. 6).

Desse modo, ainda é necessário explanar sobre os primeiros estudos para compreendermos o que a análise sociolinguística se propõe. A esta teoria social da linguagem coube romper com o viés estruturalista e mentalista e, posteriormente, fornecer caminhos para a compreensão de língua imersa a um contexto social e sociológico. Situamos a análise sociolinguística sob esses dois vieses, pois entendemos que ser social se refere ao que é próprio da sociedade e a língua não está distante disso, como demonstram os estudos sociolinguísticos. Também sob uma perspectiva sociológica, pois cabe à sociologia estudar a sociedade e os fenômenos que nela ocorrem e aqui, acrescentamos a análise linguística, pelo fato de que, a partir da língua, constrói-se uma inter-relação ideológica social entre grupos, classes e papéis sociais que o indivíduo assume na sociedade. Essa perspectiva nos remete à dinâmica da variação da concordância verbal no português brasileiro.

## 2.2 DISCUSSÕES SOBRE A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

A consolidação da Sociolinguística Variacionista se deu no final dos anos 60 do século XX, quando Labov (2008 [1972]) desenvolve uma concepção e metodologia própria para o estudo da língua em uso em um determinado contexto social. O interesse geral é verificar as diferenças entre os membros de uma comunidade linguística e, para isso, algumas variáveis foram assumidas como as potenciais responsáveis por essas diferenças, a saber: classe social, ocupação, idade, sexo, escolaridade etc. A partir disso, a investigação sociolinguística foi responsável por demonstrar que a variação é sistemática e regular (TARALLO, 2002), longe de ser considerada, como vinha sendo considerada até então, um “caos” linguístico.

Posteriormente, com a necessidade de estudar a língua e sua perspectiva social e heterogênea, os estudos linguísticos de Meillet (1866-1936) intensificam uma reação à ausência da perspectiva social, pois tal pesquisador “afirmava, que é preciso buscar a explicação da regularidade das variações linguísticas nas flutuações da composição social da comunidade linguística.” (LABOV, 1976 apud CALVET, 2002, p. 32).

Meillet compreende “a língua como um fator social, sendo a linguística como a ciência social” (MEILLET, 1921 apud CALVET, 2002, p. 6), já que busca explicar a estrutura

linguística através de fatores históricos e sociais. Labov (1966a, 2008, [1972]), a partir da elucidação de Meillet, aborda o contexto social formado pela comunidade linguística, analisando situações contemporâneas concretas da língua, pois enquanto Meillet se dedicou ao estudo de línguas mortas, Labov centrou-se sobre a estratificação do inglês falado, principalmente, na cidade de Nova Iorque (1966), com vistas a reconhecer a relação entre língua e sociedade e sistematizar a variação existente na língua falada. Para Tarallo (2007, p. 07), Labov “insistiu na relação entre língua e sociedade e na possibilidade, virtual e real de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada.”, permitindo uma configuração estruturada num sistema estratificado e heterogêneo (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008[1972], 1994). Essa visão contextualizada do fenômeno linguístico fez com que o modelo de análise linguística fosse rotulado de Sociolinguística, traçando uma apreciação da língua em sua dimensão social, compreendendo seus processos de mudança.

A partir desses estudos, notamos que tomar a variação e a mudança como ponto de partida da análise linguística é reconhecer a natureza social como parte integrante da língua; como propuseram Gauchat (1905) e Labov (1966a, 2008, [1972]), ao estudarem a variação fonológica, e Meillet (1921), com o *Use of the Genitive-Accusative in Old Slavonic*. Neste trabalho, propomos analisar a variação e mudança da CV no português brasileiro, especificamente em uma comunidade remanescente de quilombo. Não estamos afirmando com isso, que a Teoria da Variação e Mudança se modifica quando se trata de fenômenos diferentes, mas que esta assume vieses, já citados anteriormente, que nos permitem olhar para estas perspectivas sociais atreladas a um contexto sociopolítico no encaixamento da mudança na língua.

Assim, é preciso considerar, como demonstram os estudos da Sociolinguística Variacionista, que a teoria caminha ao lado das perspectivas sociais e, diante do fenômeno linguístico, pode estabelecer-se como forte marcador na implementação da mudança ou não. O que nos chama atenção para esta realidade é que a teoria não se esgota, como pura e intrinsecamente aos fatores sociais gerais para todos os fenômenos linguísticos em qualquer língua. Aqui, assumimos a posição de que a Sociolinguística Variacionista detém o seu olhar para a variação e a mudança linguística atrelada à realidade do fenômeno, bem como da comunidade que analisa. Essa concepção reforça como a língua documenta e cristaliza os fatores de cada comunidade de fala, fomentando ou não, em determinado grau, a implementação da mudança, dependendo do fenômeno analisado.

Compreendemos que a Teoria da Variação e Mudança não delimita apenas a trajetória e análise dos fenômenos que tendem a variar ou mudar. A partir dos estudos apresentados, a

teoria analisa como a sociedade implementa a mudança diante dos constructos sociais, dominada pela relação de correção gramatical imposta pela classe dominante. Assim, a análise da variação e mudança transcende seu papel puramente linguístico ou social.

Ao tratarmos do fenômeno de concordância verbal, percebemos que a teoria assume seu papel, social, sociológico, ideológico e, de acordo com o processo sócio-histórico de formação da sociedade brasileira, suscitamos que a variação do fenômeno banha-se em um contexto sócio-político. A variação da regra de concordância verbal em sua realidade estigmatizada apresenta um conflito por meio das normas linguísticas, marcando como forma de prestígio aquela que se aproxima à norma linguística de uma classe dominante, que, segundo Max e Engels (LARL, 2002), funciona como marca ideológica de uma superestrutura. Desse modo, reforçamos que a análise sociolinguística ultrapassa as linhas sociais, constituindo-se muito mais além, quando se trata da concordância verbal, por ser um fenômeno bastante motivado por questões sociais.

### 2.3 A VISÃO SOCIOLINGUÍSTICA: UMA NECESSIDADE NO PROCESSO DE VARIAÇÃO E MUDANÇA

Entendemos que a análise sociolinguística parte da pluralidade dos dados no âmbito da singularidade dos falantes, levando ao conhecimento detalhado dos elementos que constituem a língua estudada. Isso promove ao trabalho uma cientificidade enquanto estudo que contribui para a história de um povo, com base na investigação linguística que recobre os diferentes níveis de abordagem da língua, provando como esta é multifacetada.

Nessa perspectiva social, como já mencionada neste texto, a Sociolinguística estuda o processo de variação à luz da compreensão dos processos sociais, que compõem a comunidade de fala, perceptíveis através da descrição sistemática da variação, procurando identificar como a língua captura diversos matizes das diferenças sociais para compor sua diversidade. Sendo assim, a Sociolinguística tem por objeto de estudo os padrões do comportamento linguístico observáveis dentro de uma comunidade de fala. (LUCCHESI, 2009, 2011; ARAÚJO 2011, 2014). Desse modo, a comunidade de fala é o objeto de estudo da Sociolinguística, que se constitui pelo comportamento linguístico de seus falantes.

Dada a percepção de que cada comunidade apresenta suas peculiaridades, direcionamos o nosso olhar para as questões de avaliações subjetivas. Ao se converter como reações subjetivas, a comunidade de fala toma o seu caráter social, atrelada ao problema de avaliação da teoria da mudança e “recai no plano de representações simbólicas e ideológicas, que

possibilitam a constituição de um povo ou de um Estado, base para o sentimento de pertencimento social.” (LUCCHESI, 2015, p. 63). Assim sendo, precisamos olhar para a composição sociolinguística desses falantes.

No Brasil, olhar para tal dimensão faz-se necessário, devido ao fato de que a situação sociolinguística do PB está calcada em processos sócio-históricos que resultam na realidade linguística atual, alimentada por um imaginário coletivo colonizador, visto que a identidade linguística de um povo é também um traço de resistência das representações socioculturais. Diante desse processo, nasce o sentimento de pertencimento de um povo face a sua língua, por isso, o que propõe a Sociolinguística é de grande valia para a análise linguística do PB, não sendo possível, a nosso ver, estudar o processo de variação e mudança sem levar em consideração o plano de resistência e a consciência étnica e social que marcam os traços de mudança e variação linguística, considerando a mudança como um processo inerente à língua, mas ciente de que esta ocorre também por forte motivação sócio-histórica e cultural.

Esses posicionamentos nos levam a pesquisar a mudança linguística em seu devir sócio-histórico, influenciada pelo caráter social da língua, pois o processo de mudança supera a concepção estruturalista, que ignorava as motivações sócio-históricas, como afirma Lucchesi (2004, p. 153):

Ao tratar da mudança linguística, o estruturalismo diacrônico tentou encerrá-la na lógica interna do sistema linguístico autônomo, ou seja, nas relações “objetivas estruturantes”, quando por sua própria natureza, a questão da mudança exigia a consideração das disposições em que essas relações objetivas se estruturam. Tal exigência determinava, portanto, a necessidade de uma ruptura com o modo do conhecimento objetivista (no caso, com o modelo teórico estruturalista).

Assim, a sociolinguística propõe um novo olhar ao processo de mudança, atrelado ao contexto sócio-histórico-cultural no qual o falante está inserido num dado comportamento linguístico. Priorizamos a análise de dados de uma língua na interação de seus papéis sociais<sup>2</sup>, trazendo subsídios que delinham a história da língua face à história de sua comunidade de fala. Com essa concepção teórica, compreendemos a sistematicidade da variação, bem como seu

---

<sup>2</sup> Nessa perspectiva, esta pesquisa também volta o seu olhar para os estudos da terceira onda da Sociolinguística, cujo foco é voltado para os padrões de variação presentes nos indivíduos inseridos em comunidades de práticas. Compreendendo o significado social da variação, olhando para o seu papel na construção dos estilos (Eckert, 2003; 2005; 2012)

encaixamento, esclarecendo se a variável estudada é estável ou está em processo de mudança, investigando os fatores que influenciam a implementação da mudança, atendo-se ao problema da avaliação.

### **2.3.1 Os cinco problemas de mudança no contexto social e ideológico do Português Brasileiro**

Um olhar sob os cinco problemas da mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968) nos permite compreender a relação da mudança face ao contexto estruturalista. Tal estudo aponta os condicionamentos sociais e estruturais que favorecem a variação de determinado fenômeno linguístico resultando em mudança ou não.

Quando se trata da concordância verbal no português brasileiro, estes cinco problemas da mudança linguística assumem sua influência sob o contexto social e ideológico. A partir dos estudos de Lucchesi, Baxter e Silva (2009) e Araújo (2014), notamos claramente a evidência polarizada do português brasileiro em relação ao fenômeno analisado e como este, sob forte contexto ideológico, fomenta os cinco problemas da mudança linguística.

O problema das restrições remete a questão de definir quais as condições que favorecem ou restringem a mudança (LUCCHESI, 2004). A este conceito, podemos associar a variação do fenômeno de CV, quando esta tende a caminhar nas vias de sua normatização, mais fortemente nos grandes centros e em comunidades de fala com falantes escolarizados. Tal fato ocorre devido ao processo de industrialização e urbanização nos grandes centros. Nessa perspectiva, a língua é analisada também em sua dimensão social. Diante dessa realidade, a polarização sociolinguística em relação a este fenômeno é resultante de um processo sócio-histórico que remonta reflexos do processo de consolidação linguística.

No que tange à CV, embora tenhamos uma evidente variação da regra de concordância verbal no PB, pesquisas (SILVA, 2005; LUCCHESI, 2009; ARAÚJO, 2014) apontam que estamos caminhando para um possível uso da norma padrão em comunidade de fala popular; sendo para isso necessário considerar aspectos externos à estrutura linguística, ou seja, os aspectos socioculturais. Este caminho apontado pelo uso da norma padrão nos mostra como se dá a análise do problema da transição. Tal problema aponta a necessidade de olhar para o percurso da mudança. “Assim, quanto mais acurada for a resposta ao problema da transição, maior será a compreensão dos linguistas sobre o processo através do qual a mudança linguística acontece” (LUCCHESI, 2004). Por meio do problema da transição, podemos observar o percurso de marcação da regra padrão, o que nos permite concluir que este estágio e percurso

de variação pode levantar para a análise do PB, algumas hipóteses que somaram ao estudo da teoria.

Diante dessas considerações teóricas, atrelada ao fenômeno, o problema da transição nos apresenta os estágios históricos e sociais da formação da comunidade de fala do PB, que se estabelece num *continuum* de comunidades menores - funcionalmente diferenciado em sua comunidade de fala - dependendo de fatores também externos. Tais fatores nos direcionam ao problema do encaixamento.

Ao afirmar que os fatores externos fomentam o encaixamento do fenômeno, estamos assumindo que o encaixamento se dá também no plano da interação do sistema com a estrutura social. A sociolinguística conduz esse problema sob duas análises, o encaixamento na estrutura linguística e o encaixamento na estrutura social. Assim, a análise linguística assume que a variação inerente à estrutura linguística deve ser vista como parte integrante da competência linguística dos membros da comunidade (LUCCHESI, 2004, p. 170).

A estrutura social permite compreender os estágios do processo de mudança e com isso olhar para o problema da avaliação. Este último demonstra-nos a realidade polarizada da sociolinguística face à aplicabilidade das regras de concordância. Ao analisar o problema da avaliação na comunidade linguística do PB, percebemos que esse problema desenha o estigma social que a sociedade brasileira tem para com este fenômeno. Tal premissa nos faz levantar algumas considerações sobre essa realidade. Primeiro, o fato de a variação da concordância verbal julgar a capacidade intelectual do falante (LUCCHESI, 2020). Segundo, pelo fato de uma maior frequência de aplicação da regra padrão encontrar-se na comunidade de fala mais escolarizada e próxima aos grandes centros urbanos, fato este que fomenta ainda mais a polarização linguística.

Desse modo, é o problema da avaliação que pode fazer com que a variação interfira no curso da mudança linguística ou não. Os falantes são avaliados/julgados socialmente pelo uso da regra não padrão e, quanto ao fenômeno estudado nesta dissertação, este problema poderá nos indicar em que medida o problema da avaliação fomenta o uso da normatização da regra.

Diante desses estágios, o fenômeno segue para o problema da implementação. Neste contexto, observamos o porquê de a variação da regra de concordância verbal acontecer em um dado momento, em maior frequência em determinados lugares. A esta realidade, somamos o processo sócio-histórico de formação do português brasileiro, sobretudo sobre o processo de variação da regra de CV. Essas evidências circunscrevem o quanto o contato linguístico suscitou o uso da norma não padrão em determinados lugares e em determinados falantes, além de explicitar proeminências para uma possível mudança que retrocede essa variação.

## 2.4 AS ABORDAGENS SOBRE O ESTILO NOS ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS

Os estudos de Labov (1972) já conferem uma atenção ao estilo na análise linguística destacando a relação entre a variação linguística e os padrões ideológicos e sociais se alternam a depender da atenção prestada à fala (estilo). Postula o controle dos contextos de mais e menos formalidade, definindo os estilos de fala que ocorrem dentro de cada contexto. Ao direcionar a atenção da análise para a fala mais monitorada, demonstra que o falante em determinados contextos pode realizar “uma escolha de acordo com seus propósitos comunicativos no processo de interação” (LAVANDERA, 1984). Essa dinâmica é reforçada por Bell (1984), o qual percebe o estilo como construto mais adequado às pessoas com quem se fala.

Dentro dessa perspectiva, Bell propõe um modelo apoiado no “*audience design*” e se baseia no critério de acomodação da fala, sustenta que as mudanças estilísticas do falante sofrem interferências de seus interlocutores. Com isso, o pesquisador explana que o falante tenta ajustar sua fala à do interlocutor com o objetivo de aprovação. Nesse sentido, “A variação estilística seria, portanto, decorrente de uma mudança na audiência, e o movimento que conduz à audiência não é passivo, já que o falante tem um papel ativo nesse processo de acomodação (SALOMÃO, 2015, p. 53). Além de salientar que a variação estilística tende a repercutir na dimensão social do indivíduo. Esta tendência estabelece uma relação entre a dimensão social e os fatores sociais de um indivíduo (HORA; WETZELS, 2011).

Bell (1984) propõe uma metodologia considerando uma relação de causa e efeito em três níveis: i) numa perspectiva sincrônica, na qual um único falante, em diversas situações adota outros estilos; ii) opera uma mudança diacrônica e iii) direciona sua fala para um determinado grupo. A exemplo da participante 1, faixa etária III que compõe o *corpus* dessa pesquisa, de acordo com as pesquisas de CV no PB a faixa etária III tende a conservar os usos da regra não padrão. Este resultado não condiz para esta participante, pois, ao ser representante do grupo de práticas, adequa a sua fala à norma de prestígio, apresentando uma frequência considerável de aplicabilidade da regra padrão.<sup>3</sup>

Assim, compreendemos o conceito de prestígio e a posição social como fatores que motivam a adequação da fala (LABOV, 1972). Para Labov, há uma parte do comportamento linguístico que está sujeita ao controle consciente, uma escolha intencional, ao comportamento

---

<sup>3</sup> Esta discussão será mais bem empreendida na sessão de análise de dados.

monitorado de acordo com as suas intencionalidades. Tal reflexão constitui o *continuum* proposto pelo estudioso, no qual o estilo parte de grau de formalidade direcionadas ao prestígio (LABOV, 1972).

Assim, as proposições de Labov (1972) trazem algumas reflexões sobre a questão estilística que precisam ser consideradas, mas tais proposições por si só, não fomentam uma análise de cunho estilístico. Nogueira (2010) argumenta que essa concepção laboviana é bastante restrita, pois a construção do estilo deveria ser observada diante de um conjunto de outras dimensões. Desse modo, estudos posteriores (IRVINE, 2001; NOGUEIRA, 2010; SALOMÃO, 2015), a partir das contribuições de Eckert (2012), apontam que o estilo não se configura com caráter unidirecional, mas sim em diversas direções, dentro de um conjunto de intencionalidades do falante, partindo do lugar de fala que ele ocupa. Desse modo, consideramos as práticas do falante em sua comunidade, compreendendo que essa configuração possui outras motivações.

Eckert (2012) aponta novas propostas para um olhar multifacetado na análise estilística. Isso porque ao olhar para o estilo, propõe olhar para o significado social e este não é adequado somente diante do *continuum* de formalidade em que o falante se encontra, mas sim imerso a um contexto de intencionalidades e composições socioculturais do qual o falante faz parte. A pesquisadora, a esse respeito, afirma que a atividade linguística do falante está diretamente ligada ao lugar que este indivíduo ocupa numa hierarquia socioeconômica e nas estratégias desenvolvidas em uma mesma hierarquia. Sobre isso, Eckert e Rickford (2001) asseveram que, as escolhas de prestígio operadas pelo falante estão no campo mais alto da escala de valores no campo linguístico e são concebidas como fruto de uma fala mais monitorada, mais cuidadosa.

Esses estudos configuram o estilo como um fenômeno multidimensional, que não pode ser delimitado somente no *continuum* de formalidade. A partir desse olhar, a variação estilística nos estudos sociolinguísticos passa a tomar rumos que aproximam o significado a representação social das práticas de linguagens desenvolvidas pelo falante. A exemplo da análise de dados desta pesquisa que será apresentada de forma mais detalhada nas sessões posteriores. Os estudos sobre o estilo, como os estudos da terceira onda sociolinguística, focam a estrutura da língua diante da dinâmica social, refletindo como a diversidade e as escolhas linguísticas selecionadas pelo falante estão carregadas de significado social, como o exemplo citado acima. Eckert (2012) traça novas possibilidades de compreensão sobre o estilo. Desconstrói esse caráter único de formalidade e constrói uma discussão a respeito de uma representação macro e microssocial do falante, pois este falante compartilha diversos interesses no âmbito de um determinado grupo em diversas situações comunicativas. Para a pesquisadora, este grupo é formado a partir de um

engajamento em torno de um empreendimento comum desenvolvido na comunidade analisada. A partir desse contexto, percebemos que o falante atribui nesse engajamento uma vasta configuração, partindo de quem ele é e do contexto no qual está imerso e que é revelado, esse conjunto de intencionalidades, construído pelo falante, compõe o seu perfil social. Desse modo, os fatores de ordem estrutural da língua passam a se relacionar com as diversas representações sociais desenvolvidas pelo falante em determinados grupos.

A partir das discussões propostas por Eckert (2012), o falante dentro da análise do estilo é visto como agente dos seus processos sociais e o estilo condicionado pelas representações desse falante, partindo para a construção da *persona* dentro do seu grupo. Para os estudos da terceira onda, esses grupos se configuram como comunidades de práticas. Tais comunidades se formam através de representações culturais que são desenvolvidas e os indivíduos em torno de um empreendimento comum dentro de uma determinada comunidade, atribuindo o estilo como reflexos das categorias sociais representadas nas comunidades de práticas.

Desse modo, os estudos da terceira onda dão uma importância maior ao aspecto social da linguagem que para esta pesquisa tratamos de forma diferente do que em outros estudos sobre CV. Algumas pesquisas já trazem a necessidade de uma análise direcionada para essa dinâmica, a exemplo de Monguilhott (2009), que inspirada no conceito de redes sociais, explanou sobre a captura dessa dinâmica social para a compreensão da variabilidade do fenômeno analisado. Consideramos como aspecto social todas as representações do falante dentro de sua comunidade (seja no trabalho, em seu meio social, na escola ou nas práticas culturais desenvolvidas), dando lugar a construção da identidade do indivíduo através da representação do significado social da linguagem, como nesta pesquisa, o significado social da variação da regra de CV, já que compreendemos que variantes linguísticas possuem significados sociais que variam a depender do contexto e, a partir deles, é possível chegarmos a *personas* e tipos sociais específicos.

Dessa forma, recorreremos às comunidades de práticas, pois o estudo em tais comunidades direciona o olhar para os grupos de indivíduos engajados em uma determinada prática, buscando o aprimoramento das ações desenvolvidas na comunidade. Não obstante essa realidade, constroem suas representações sociais, por meio de práticas culturais, religiosas e linguísticas. Assim, a comunidade de práticas pode ser definida como “Um grupo de pessoas engajadas que se reúnem em torno de um objetivo mútuo em um esforço. Diversas formas de fazer, formas de falar, valores, relações de poder – em suma, práticas – emergem no curso desse

esforço mútuo” (ECKERT; MCCONNEL-GINET, 1992, p. 464<sup>4</sup>).

Ao conceber que o indivíduo por meio de suas representações linguísticas pode transitar entre os grupos, compreendemos que a matriz social das comunidades de práticas está ligada às formas estruturadas de engajamento. Com isso, as relações estabelecidas dentro das comunidades de práticas partem da construção estilística para a construção identitária. Assim, o indivíduo construiria sua identidade social sob influências e sob sua participação em várias comunidades de prática. Com isso, o processo de construção identitária seria a prática estilística (NOGUEIRA, 2010, p. 21).

Os estudos da terceira onda marcam a análise sociolinguística diante do seu iminente contexto social ao perceber o constructo identitário correlacionado ao significado social das práticas de linguagem, visto que assim como a língua, as nossas identidades estão em constante processo de construção e reconfiguração dos sujeitos às novas formas de participação em comunidades ao longo das nossas vidas (BOURDIEU, 2008). Com isso, percebemos que a mudança linguística de determinados fenômenos são frutos de múltiplos processos de inserção e interação através da língua.

A partir da construção identitária, o falante assume determinados posicionamentos que traduzem o significado social atribuído. E para este estudo compreendemos a identidade como algo dinâmico, flexível às diversas interações promovidas dentro de um determinado grupo. Sendo a identidade “complexos processos que levam o homem a ser aquilo que ele é, a agir, apresentar-se e auto-percepcionar-se de determinada forma” (PEREIRA, 2002, p.1). Este caráter de auto-percepção nos leva a suscitar hipóteses de que a identidade se constrói dentro do *continuum* estilístico.

Assim, partimos do pressuposto de que um indivíduo em um determinado grupo passa a reconstruir sua identidade ao longo da vida, instigado pelos processos temporais e sociopolíticos de interação com outros indivíduos ou grupos. Assim, ao analisar o *continuum* identitário, direcionamo-nos para a construção social da identidade nas práticas desenvolvidas pelos indivíduos, pois “a identidade é (re)construída ao longo da vida, como resultado de múltiplos processos temporais de inserção e interação, e como tal, deve ser vista como uma reconstrução permanente, flexível e dinâmica (PEREIRA, 2002, p. 108).

Nesse entremeio de construção, todavia, a reconstrução da identidade do indivíduo é

---

<sup>4</sup> Tradução nossa: “An aggregate of peoples who come together around mutual engagement in a endeavor. Ways of doing things, ways of talking, values, power relations – in short, practices – emerges in the course of this mutual endeavor” (ECKERT; MCCONNEL-GINET, 1992, p. 464).

realizada em um movimento entre os indivíduos dos grupos que transitam em diversos grupos e assumem diversas posições. Segundo Pereira (2002), esse transitar faz com que as diversas representações sejam compartilhadas ou absorvidas, de forma significativa ou branda, com trânsitos tênues ou frequentes. Com isso, compreendemos que esse transitar faz com que as representações sociais sejam partilhadas. Ao analisarmos sob o viés linguístico, a língua como representação simbólica do indivíduo também tende a ser compartilhada, assim como outros usos linguísticos tendem a ser adotados dentro desse processo identitário.

James (1916) defende que cada ser humano tem tantos eus sociais quantos são os grupos de indivíduos com que se relaciona e cujas opiniões valoriza. Inaugura-se com esta concepção um ciclo que coloca a identidade num espaço de tensão entre as relações que cada indivíduo estabelece com os diferentes grupos com que se relaciona. Nesta perspectiva o meio é encarado como fator de influências múltiplas tão plurais como os grupos de pertença. (BERGANO, 2012, p.3)

A reflexão proposta por Bergano (2012) reforça a condição dinâmica da identidade moldada pelas relações sociais que são configuradas através das interações entre os indivíduos. Nesse sentido, compreendemos que a construção da identidade se faz através da construção conjunta entre os indivíduos nesse movimento entre os grupos. Tais grupos se configuram através das práticas culturais desenvolvidas na comunidade, conferindo a prática cultural como elemento principal na construção da identidade do sujeito (HALL, 2000). A partir dessa concepção, Eckert (2012) conceitua as comunidades de práticas.

Tais comunidades denotam importância devido ao fato de que é dentro da comunidade de prática que a identidade pessoal é construída, sendo constituída não somente pelas escolhas e representações pessoais dos indivíduos, mas dentro de um contexto identitário, condicionando-os às influências das instituições sociais. Portanto, ao analisar a comunidade de prática, notamos um *continuum* identitário que influencia as práticas culturais bem como as representações simbólicas como a língua de determinada comunidade.

Compreendemos que tais práticas como configuração de uma prática social em comum desenvolvidas por indivíduos com interesses próximos a partir das construções identitárias promovidas. Dentro dessa perspectiva, o que nos indaga é: qual a motivação para as escolhas linguísticas de um determinado falante. Diante dessa questão, elencamos alguns pontos que julgamos importantes para compreender que o estilo tem influência de todo contexto, num espaço de intencionalidades que recai sobre os diferentes usos linguísticos, sendo eles: (i) O *continuum* identitário, como elencamos nesse texto. A partir dessa concepção do constructo

identitário, perguntamos qual é a representação da *persona* na comunidade de prática e, por fim, quais os estigmas e estereótipos associado ao fenômeno analisado?

Assim, nesta tríade de questionamentos, compreendemos que quanto aos usos linguísticos, em linhas gerais, o falante assume na comunidade de prática a sua posição identitária resultante desse constructo social flexível. A identidade revela um lugar que é assumido pelo indivíduo nas diversas relações que ele constrói. O sujeito atua nessas relações de acordo com os diversos papéis sociais que ele exerce e o *continuum* identitário fomenta as escolhas linguísticas da *persona* analisada. A configuração do *continuum* identitário é resultante do *continuum* estilístico, no qual as pessoas adotam diferentes estilos, em diferentes contextos dependendo da pessoa com quem fala, do tópico da conversação e do ambiente em que se fala (NOGUEIRA, 2010, p 10).

Dentro desse contexto, surge a representação da *persona* na comunidade de práticas. O *continuum* identitário fomenta as escolhas linguísticas da *persona* analisada. Segundo Marshall (2019), ao analisarmos o conceito de *persona*, precisamos compreender primeiramente que *persona* não é indivíduo. É a projeção e a performance da individualidade. Tal projeção e performance se configuram a um tipo de público, em alguma comunidade de modo coletivo, compreendendo que esta coletividade é parte dessa construção, pois, em segundo lugar, a *persona* não é coletiva, mas a sua representação se configura neste contexto coletivo. “Parte das negociações coletivas entre os grupos” (MARSHALL, 2019, p.4<sup>5</sup>).

No que se refere à representação social, Marshall (2009) postula que a *persona* parte dessa construção coletiva podendo ocupar o que ele conceitua como uma posição de *celebridade*. Nesse sentido, a *persona* se reconhece como representante de determinada prática. O autor salienta que há uma diferença entre os dois conceitos, embora um favoreça a compreensão do outro, sendo dois conceitos separados, pois a *persona* em si é como a representante de uma prática, uma representação pública de si mesma articulada a construção de sua identidade. Enquanto a *celebridade*, apesar da ampla visibilidade, configura-se como um subconjunto elaborado pela *persona*.

Com isso, Mashall (2009) nos chama a atenção para esta configuração de *persona*, que se modula através das interações midiáticas, pois segundo ele este fator remodela as nossas identidades. Bebemos nesta fonte, pelo fato de algumas *personae* da nossa análise fazerem parte de uma prática cultural e transitar nesse entremeio. Outra razão é por que compreendemos que essa remodelagem ocorre nos processos de transição interna entre as práticas de acordo com

---

<sup>5</sup> Tradução nossa: “Part of the collective negotiations between the groups” (MARSHALL, 2019, p. 4)

cada representação que se constrói na comunidade. Tal questão reflete na paisagem cultural das representações simbólicas da comunidade estudada.

Assim, podemos considerar que a representação da *persona* é o caminho para a análise do fenômeno em determinada comunidade de práticas, pois, “as origens gregas identificam que *persona* é uma máscara e derivada de desempenho e atuação<sup>6</sup>” (BARBOUR, 2014). Inicialmente, esta construção não foi vista de forma pejorativa, mas “em vez disso, era natural assumir uma *persona* pública/política que fosse excluída da esfera privada<sup>7</sup>” (BARBOUR, 2014 *apud* HANNAH ARENDT, 1958). Tais posicionamentos fortalecem a nossa posição, quando afirmamos que há uma motivação numa construção de representação pública da *persona* que constitui os participantes dessa pesquisa, a partir de suas representações de práticas culturais.

É nesse *continuum* que as representações da *persona* se constroem, dentro de determinadas escolhas de prestígio e são operadas pelo falante, resultando numa fala mais monitorada (LABOV, 1972) a partir de uma escala de valores. Partindo desse pressuposto, o estilo é concebido como um conjunto de escolhas relacionadas a cada situação de interação social e acrescentamos a partir do constructo identitário como fator preponderante para a realização de tal interação. Diante dessa tríade da construção linguística-identitária e estilística, surgem as expectativas e estereótipos. A variação da regra de concordância verbal atua como fator que desenha esse contexto no português brasileiro.

À medida que refletimos a respeito das expectativas desse trabalho, cunhamos nossas proposições na construção sócio-histórica na comunidade de fala do PB. As expectativas são definidas como estímulos que são produzidos em um determinado contexto (ALVES, 2015) e esse contexto da configuração sócio-histórica do Brasil nos leva a refletir que, a depender da *persona* analisada, os resultados tendem a se distanciar da norma padrão do português brasileiro. Tal resultado pode se configurar como uma questão da *persona* analisada.

Essas questões nos fazem refletir sobre o conceito de estereótipo. Segundo Labov (1972), os estereótipos são traços linguísticos socialmente marcados. Para Lopes (2004, p. 249), “o estereótipo é precisamente uma percepção extremamente simplificada e geralmente com ausência de matrizes”. Assim, Lopes salienta que as pessoas buscam os estereótipos para explicar determinadas razões que os grupos em si não compreendem.

---

<sup>6</sup> Tradução nossa: “the Greek origins identify that *persona* is a mask and derived from performance and acting” (BARBOUR, 2014).

<sup>7</sup> Tradução nossa: “rather it was natural to assume a public/political *persona* that was quite removed from the private and home sphere” (BARBOUR, 2014).

O estereótipo é “uma representação social sobre os traços típicos de um grupo, categoria ou classe social (Ayesteran e Pãez, 1987) e caracteriza-se por ser um modelo lógico para resolver uma contradição da vida quotidiana, e serve sobretudo para dominar o real. No entanto, também contribui para o não reconhecimento da unicidade do indivíduo, a não reciprocidade, a não duplicidade, o despotismo em determinadas situações. (LOPES, 2004, p. 249)

Em relação aos traços linguísticos socialmente marcados, ocorre um reconhecimento a uma unicidade da norma padrão como norma referencial para o PB. Para Lucchesi (2012), o que se configura na sociedade brasileira é que tudo que está distante dos padrões vigentes, ou seja, distante dos padrões europeus sofrem estigmas. Tal fato ocorre devido ao processo de colonização e a imposição da língua portuguesa no Brasil colonial.

### 3 O FENÔMENO LINGUÍSTICO: A CONCORDÂNCIA VERBAL

Nesta seção, realizamos uma revisão bibliográfica do fenômeno estudado, buscando compreender sua realidade frente à língua portuguesa no Brasil. Apresentamos algumas discussões vigentes ao processo de normatização da regra, traçando os contextos de realização do fenômeno, delimitando o objeto de estudo proposto para este trabalho.

#### 3.1 A CONCORDÂNCIA VERBAL – REVISÕES BIBLIOGRÁFICAS

A concordância verbal é um fenômeno bastante estudado no PB, mas, por se tratar de uma variável de suma importância, ainda se realizam muitos estudos deste fenômeno. Essa importância se deve, principalmente, porque o tema tem servido para discutir a formação do português brasileiro e a correlação do tema com questões de ordem social. Essas questões reforçam que o fenômeno se entrelaça com questões externas à estrutura linguística, que perpassam a realidade sociolinguística brasileira, destacando o caráter da língua não somente em sua perspectiva comunicativa, mas social.

##### **3.1.1 Algumas considerações sobre o fenômeno da concordância verbal no português brasileiro**

A variação no uso da morfologia verbal é um campo rico em diversas análises do português brasileiro. A ausência da regra padrão de concordância verbal na língua falada, por exemplo, é algo que estigmatiza a sociedade brasileira, devido ao fato de usuários da norma culta minimizarem a capacidade intelectual dos falantes diante da ausência de marcas de plural em formas verbais (LUCCHESI, 2015). Araújo (2014) explica que a concordância verbal é um fenômeno que se situa como uma área particular da gramática, entrelaçada pelos fatores socioculturais, sendo tais aspectos relacionados às questões pretéritas do Brasil desde o período colonial. Diante desses pressupostos, principalmente considerando a sócio-história do PB, notamos que o fenômeno de CV destaca a relação entre língua, cultura e sociedade, pois tais fatores e suas relações condicionam a variante frente à composição do PB.

A partir desse contexto, Lucchesi (2009), argumenta que a concordância verbal nas variedades urbanas cultas do PB se difere do português europeu pelo fato do padrão verbal de uso dos falantes do PB se reduzir a quatro formas, como aponta na norma culta brasileira no Quadro 1. Em relação a essa redução, verificamos que tal variação pode se reduzir em até duas formas, vide Quadro 1:

Quadro 1 – O paradigma da flexão verbal no padrão normativo e no português brasileiro culto

<b>NORMA PADRÃO</b>	<b>NORMA CULTA</b>	<b>NORMA POPULAR</b>
eu trabalho	eu trabalho	eu trabalho
tu trabalhas	você trabalha	tu/você trabalha
ele/ela trabalha	ele/ela trabalha	ele/ela trabalha
nós trabalhamos	nós trabalhamos	nós/ a gente trabalha
vós trabalhais	vocês trabalham	vocês trabalha
eles/elas trabalham	eles/elas trabalham	eles/elas trabalha

Fonte: Lucchesi, Baxter e Silva (2009, p.331). Ampliado pela autora desse trabalho adicionando a norma popular brasileira.

Ao observarmos o Quadro 1, observamos, na norma popular, o uso da forma *a gente* na função pronominal. Assim, para o estudo da variação da concordância verbal no paradigma de P4, deve ser levado em consideração a adoção do *a gente* no sistema pronominal do PB. Segundo Lopes (2002), esse termo surgiu da forma nominal, apresentando, inclusive, uma forma plural como *as gentes*, que acabou caindo em desuso. Ao perder o traço de número, passou por um processo de gramaticalização, sendo adotado o pronome *a gente*, sem traço de gênero passa a ser utilizado como a forma inovadora que varia a forma P4 (*nós*).

Apesar de a tradição gramatical não considerar a forma inovadora, as pesquisas demonstram que a forma pronominal *a gente* tem sido adotada em maior frequência do que a forma pronominal *nós* (LUCCHESI, 2009; RUBIO, 2012; VITÓRIO, 2015; NOVAIS, 2021). Tais estudos apontam que este é um fenômeno linguístico que denota pouca estigmatização e aqui acrescentamos ao fato de que a variação de concordância verbal para P4 (*nós*) e P6 ter um estigma pejorativo, depreciando a capacidade intelectual do falante que não emprega a regra padrão de concordância verbal (LUCCHESI, 2012). Desse modo, compreendemos o quanto a questão da avaliação subjetiva está latente nesse contexto; Afinal, a forma inovadora *a gente* tem sido bem avaliada na comunidade de fala do português brasileiro e tem sido adotada em diversas normas do PB (FREITAG, 2016), embora a não concordância verbal de número com essa forma pronominal não seja bem aceita, com usos como *a gente estudamos*.

Lucchesi (2009) realiza um breve panorama do processo diacrônico de gramaticalização de *a gente* e do quadro atual de variação nas diversas variedades do português brasileiro; segundo o pesquisador, “em todas as variedades da língua portuguesa na América e na África, o pronome pessoal canônico da 1ª pessoa do plural *nós* enfrenta uma concorrência crescente da

forma *a gente*” (LUCCHESI, 2009, p. 457), desde a década de 1970 à década de 1990, há um aumento no uso desse pronome (ZILLES, 2007).

Diante dessa realidade, compreendemos que os estudos revelam um estágio de mudança em progresso em relação a forma canônica *nós* (OMENA, 1996, 2003; LOPES, 1998, 2004, 2012; SEARA, 2000; ZILLES; 2007, LUCCHESI, 2009). Tais estudos coadunam com os resultados encontrados para os fatores condicionantes e sociais, o que evidencia que a forma inovadora *a gente* é mais frequente quando há menor diferença fônica entre as formas verbais, quando o traço do referente é [+ determinado], em formas verbais menos marcadas, quando o verbo se encontra na terceira pessoa do singular, entre os falantes do sexo feminino, menos escolarizados e nas faixas etárias mais jovens; configurando-se, assim, uma mudança em progresso (VITÓRIO, 2015, p. 128/129).

Percebemos que a forma inovadora, de acordo com os estudos citados, está sendo bem adotada na comunidade de fala do português brasileiro. Diante dessa realidade, interessa-nos refletir sobre a variação da regra de concordância verbal nos estudos realizados para P4 (com a forma *a gente*).

Naro et al (1999) estudam a variação da regra de concordância verbal no Rio de Janeiro com P4 (*nós* e *a gente*). Investigaram o fator saliência fônica considerando as (i) *nós* falamos/fala; (ii) *a gente* fala/falamos; (iii) zero fala/falamos. O grau de saliência é um fator preponderante nos estudos de CV no PB. Em relação à variação da CV, chama-nos a atenção o fato de *a gente* + flexão verbal no singular não ser vista como uma variação de forma pejorativa e diante disso, percebemos que a avaliação dos falantes.

Menuzzi (2000) analisa a variação da concordância verbal com P4 *a gente*, com dados de falantes do Rio Grande do Sul e afirma que *a gente* em situação pronominal tende a desencadear o verbo sempre flexionado em terceira pessoa do singular, mas pelo fato de a concordância verbal ser uma regra variável, o *a gente* mesmo em poucas ocorrências (como neste estudo), tende a apresentar situações com o verbo flexionado no plural.

A maioria dos estudos realizados sobre a forma inovadora (*a gente*) se dedica à análise em sua posição de sujeito. Outros estudos consideram o *a gente* contrapondo a forma padrão *nós* em outros contextos sintáticos também. Nestes estudos, a forma inovadora sempre apresenta uma maior frequência de aplicação da regra padrão pelo fato de considerarmos a flexão do verbo no singular, como já mencionado. Outro fato salientado nos estudos é como a forma inovadora está sendo adotada em maior frequência pela comunidade de fala do PB. Alguns estudos evidenciam que o tempo verbal é fator de destaque para o uso da forma inovadora (RUBIO, 2012; RODRIGUES, 1992).

Em relação à análise da regra padrão de concordância verbal para P4 (*nós e a gente*), as pesquisas confirmam a variação do fenômeno. Sabemos diante dos resultados dessas pesquisas que a frequência de variação da regra de VC com a forma *a gente* é bem menor do que para *nós*. Diante desse contexto, é possível aviltar que a análise para a regra de concordância verbal para P4 com *a gente* suscita um estudo aprofundado para compreendermos se as marcas de pluralidade do verbo tendem a direcionar os falantes ao uso da forma inovadora ao invés da forma padrão e, em relação a isso, faz-se necessário compreender as normas linguísticas que adotam a forma inovadora, o que fazemos a seguir.

Voltando à leitura do Quadro 1, observamos que a norma padrão se distancia dos usos das variedades do PB. Constitui o imaginário coletivo linguístico de que esta norma é a que mais se aproxima do português, tido por muitos como o português correto. Para Araújo (2012, p.3), esta norma não se encontra pautada no português de Portugal e muitos propagam essa ideia distorcida. Tal norma visa atender à gramática normativa e se refere “aos usos de literatos portugueses dos séculos XVI ao XIX, de brasileiros cultos do século XIX e início do século XX”.

O português brasileiro se configura em normas linguísticas, que, segundo Bagno (2012), podem ser definidas como o uso corrente, real ou “preceito estabelecido”<sup>8</sup>. O conceito de norma linguística pode ser compreendido como um esforço para entender os preceitos normativos e linguísticos. Isso ocorre com o fenômeno de CV e sua frequência de aplicabilidade nas diferentes normas linguísticas do PB. Assim, a norma na língua portuguesa é plural podendo ser compreendida como um conjunto de variedades históricas, políticas, culturais e regionais, ou seja, um conjunto de critérios externos que caracterizam as normas linguísticas (FARACO, 2008).

A norma culta brasileira está mais próxima à norma padrão, mas, por exemplo, quanto à referência dos sujeitos de primeira pessoa do plural, apresenta uma variação entre as formas pronominais (*nós/ a gente*), da qual não tratamos neste trabalho, mas em relação a essa variação, chama-nos a atenção o fato de não ser estigmatizado o uso de *a gente + verbo sem flexão*. A norma culta, segundo Cunha (1985), é uma tentativa de descrição do português atual em sua forma culta.

Já a norma popular brasileira sofre depreciações pela distância das regras impostas pela Gramática Normativa. Salientamos ainda, que a norma popular diz respeito aos usos feitos pelas camadas sociais mais baixas, fator que alimenta este estigma linguístico, algo que leva Araújo

---

<sup>8</sup> Aspas utilizadas por Bagno 2012.

(2014), com base em Lucchesi (1994), defender que a realidade linguística do PB deve ser considerada como um contínuo de normas dentro do quadro sociolinguístico polarizado. Tal fato demonstra que os falantes dessa norma sofrem estigmas por não aplicarem a regra de concordância.

Em relação ao que se apresenta no Quadro 1, notamos que a norma culta brasileira varia em relação à norma padrão e ainda a respeito dessa variação, percebemos que a norma popular brasileira, sobretudo a norma popular rural brasileira, distancia-se muito mais da norma de prestígio, configurando uma redução de até duas formas no que se refere ao fenômeno da CV. Essa variação pode ser compreendida à luz do processo de transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2009, 2015), fato este que deve ser levado em consideração na formação e descrição atual do português brasileiro (ainda mais em comunidades quilombolas), minimizando as práticas que suscitam o preconceito linguístico na sociedade brasileira.

Diante desses contextos, muitos estudiosos detiveram seus olhares para variação de marcação da regra de concordância verbal, sob viés linguístico, buscando compreender como a língua que aqui chegou no período colonial foi ganhando características próprias, deixando marcas evidentes de sua composição diversa. Esses estudos salientaram fatores como saliência fônica, posição acentuada do sujeito, marcas que conduzem marcas, efeito do traço humano etc., que fomentaram a variação da regra de concordância verbal, além de ressaltar que o fator escolaridade, também é fator latente para fomentar o uso da regra (LEMLE; NARO, 1977; GUY 1981; GRACIOSA, 1991; NARO; SCHERRE, 1991; RODRIGUES, 1992; SCHERRE; NARO, 1998; MONGUILHOTT, 2001; BORTONI-RICARDO, 2008 etc.).

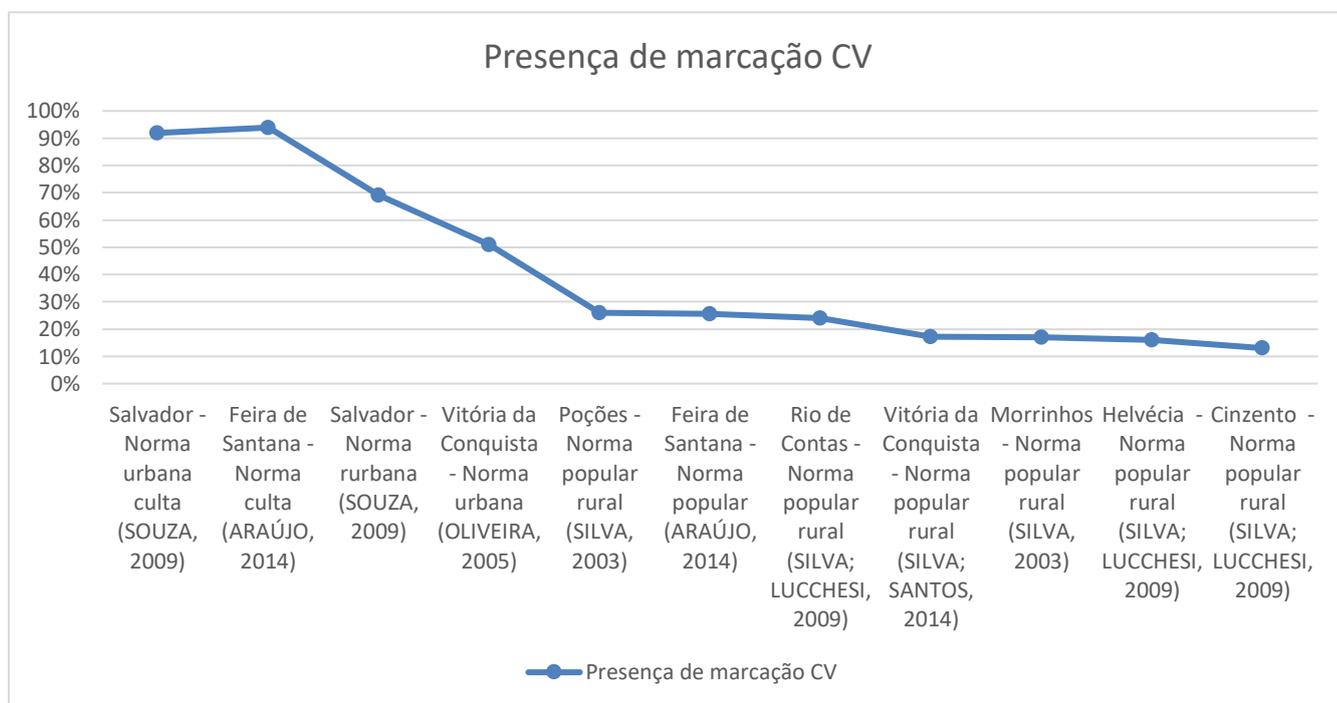
Apesar da importância dos estudos basilares, por instigarem o conhecimento da variação e mudança do fenômeno em questão, os estudos posteriores foram ganhando novos rumos acerca da análise da concordância verbal, traçando uma perspectiva sócio-histórica para explicar a variação da regra (SILVA, 2003; RODRIGUES, 1992; LUCCHESI, 2009; ARAÚJO, 2012; 2014; LUCCHESI, 2015, BENFICA, 2016, dentre outros). Tais estudos ressaltam a importância dos fatores históricos na participação do processo de formação linguística nas regiões analisadas. Alguns justificam a variação da regra às situações de contato proporcionado pelos fluxos migratórios que se deu de forma diferenciada nas diferentes regiões brasileiras.

Lucchesi (2003) defende que a história da língua portuguesa no Brasil teria se dado sob duas vertentes. “Durante o período colonial e do império, enquanto nas pequenas cidades da costa brasileira se falava um português muito decalcado dos modelos europeus, no interior do país a língua portuguesa sofria profundas transformações em função do contato com as línguas

indígenas e africanas”. Tal situação permitiu que o PB se formasse em dois polos: a norma culta e a norma popular, a primeira falada nos centros urbanos por pessoas escolarizadas e a segunda é a norma que se restringe ao interior do país. Mesmo com a hipótese de que essa polarização, a partir do século XX, começou a abrandar, suscitando um processo de nivelamento linguístico (LUCCHESI, 2015), em algumas regiões por conta de sua dinâmica sócio-histórica e de contato, permanecem ainda a perpetuar a variação do fenômeno em questão, visto que esse nivelamento linguístico teria como centros de difusão as grandes cidades. Nesse sentido, podemos pensar em um processo de difusão diatópica da mudança linguística desde os grandes centros urbanos, passando pelas cidades de médio e pequeno porte, até atingir as comunidades rurais (LUCCHESI, 2003)

Sob essa ótica, os estudos realizados na Bahia nos permitem aferir essa hipótese, pois os estudos variacionistas realizados em dados de fala partem de uma análise de comunidades de fala nos centros urbanos como em Salvador e Feira de Santana, assim como também em cidades do interior, bem como comunidades rurais, como se observa no Gráfico 1:

Figura 1- Gráfico de Percentual de aplicabilidade da regra de CV no estado da Bahia.



Elaborado pela autora deste trabalho.

Nesta Figura acima, notamos a variação do fenômeno em relação à norma linguística frente a dois *continua*. Salvador e Feira de Santana, pelo fato de serem centros urbanos de destaque, quando se trata de aplicabilidade da regra com base no fator escolaridade, possuem

percentuais bem próximos. Ao comparar tais percentuais, a norma culta *versus* a norma popular urbana, verificamos que a escolaridade fomenta um maior uso de aplicabilidade da regra padrão, desconsiderando o fator localização, quando se trata dessas duas comunidades, pois a norma culta em Feira de Santana se sobressai em relação ao percentual da norma rurbana encontrada na capital do estado. De acordo com a Figura 1, quando nos atemos ao fator localização, notamos que quanto mais próximo à zona urbana maior o uso do percentual da concordância verbal em relação às comunidades rurais do interior do estado (que apresentam um percentual mais baixo de aplicabilidade da regra), estas comunidades exibem grande variação no uso da CV e o acesso limitado à norma padrão. Outro fator que alimentou essa realidade foi a massificação do sistema de educação pública, a partir da década de 1970 e o massivo deslocamento populacional que fomentaram as bases para a implementação de mudanças “de cima para baixo” (LUCCHESI, 2017).

Por outro lado, o cotejo com as demais variedades populares do português no estado da Bahia descortina um *continuum*, com a proeminência da variedade da capital, de um lado, e, de outro, o distanciamento da variedade usada em comunidades rurais isoladas formadas por descendentes diretos de escravos africanos, muitas delas oriundas de antigos quilombos. (LUCCHESI, 2015, p.173)

Assim, ao analisarmos a interiorização do fenômeno, podemos afirmar que o nivelamento linguístico que perpassa o português brasileiro e que, segundo Lucchesi (2015), atinge os padrões de fala até às classes mais baixas, encontra-se frente a um contexto paradoxal, pois ocorre de maneira irregular, mantendo a implementação de cima para baixo, mas perpetuando a dinâmica dos processos de colonização, visto que as comunidades antes “isoladas” sofrem processos tardios de urbanização, o que alimenta o processo de variação e exclusão social. Desse modo, salientamos que o caminho que a comunidade de fala do PB, em relação ao fenômeno analisado, trilha rumo à normatização e encontra-se de modo diferenciado, fomentado de modo distinto à realidade dos falantes que compõem cada norma linguística do português brasileiro, tal realidade provoca o que Lucchesi (2015) conceitua como hierarquia social.

Assim, compreendemos que além dos fatores linguísticos indicarem os caminhos da realidade linguística da aplicabilidade da regra de concordância verbal do PB, o fato de contatos entre línguas e aspectos sócio-econômicos pelos quais estão alicerçados os usos linguísticas também fomentam evidências sobre a variação da regra, pois as análises traçadas permitem-nos considerar que embora as tendências da mudança em curso tenham demonstrado como os

falantes do PB estão mudando seu comportamento linguístico em favor do uso da regra padrão de concordância verbal, notamos que os percentuais, em relação às normas linguísticas, ainda apresentam resultados discrepantes. Devido ao processo sócio-histórico de formação da sociedade brasileira e pelo fato dessa sociedade perpetuar premissas desse processo de formação, visto que ainda hoje, o Brasil promove uma desigualdade social que corrobora no âmbito linguístico, como se pode observar nas análises dispostas no gráfico anteriormente apresentado.

A Figura 1 demonstra que as comunidades de fala mais distantes da elite letrada, dos centros urbanos e industrializados, são as que apresentam a maior frequência da não marcação da regra de concordância verbal de número. Diante dessa realidade, acrescentamos o sistema educacional precário nas zonas rurais (LUCCHESI, 2003), o que constrói o *apartheid* linguístico da sociedade brasileira desde o período colonial. Essa fronteira linguística que a regra variável estabelece, tanto na estrutura da língua, quanto em sua estrutura social, fornece evidências para compreendermos a trajetória da mudança, atrelada aos problemas da variação e mudança, visto que este processo, não ocorre de modo repentino. A variante padrão convive por um tempo com a variante não padrão, fato este que nos permite olhar para o problema da transição, que corresponde as fases do processo e conduz a substituição de uma forma linguística por outra. Ao considerarmos o desenvolvimento da mudança, notamos através dos estudos apresentados, que a mudança se processa “de cima para baixo” (LABOV, 1972), à medida que a escolaridade, o acesso à comunicação, o processo de urbanização ascende, o percentual de uso da concordância não padrão cai. Tal evidência, só não pode ser atestada no fator gênero do informante, visto que em algumas pesquisas corroboram a hipótese de Labov (2008 [1972]), de que as mulheres são mais sensíveis ao uso da regra, outros estudos apontam os homens, pelo fato, dependendo da comunidade, estarem imersos mais facilmente ao mercado de trabalho, assim utilizam mais a marcação da regra padrão.

Quanto ao encaixamento, observamos que a situação de contatos linguísticos impulsionou a variação do fenômeno, iniciada no período colonial. Atualmente, notamos que a variante conservadora do português impulsiona fatores que retardam a variação da regra. Diante desse pressuposto, compreendemos que a variação da marcação da regra de CV acontece, principalmente, na estrutura da língua e nas camadas sociais de suas comunidades de fala. Tais fatores podem ser observados desde os estudos de Scherre e Naro (1977), que exaltam o fator escolaridade, até os estudos com um viés sócio-histórico. Assim, podemos compreender que no PB a estrutura da língua se predispõe a fatores sociais análogos em diversos percentuais e regiões.

A partir do que se infere acima, olhar para a estrutura social do fenômeno se faz necessário, pois o movimento da mudança constitui numa mesma direção em diferentes comunidades de fala. Percebemos que as influências do contato fomentam o problema do encaixamento, pois dependendo de diferentes situações de contato, a comunidade apresenta um determinado nível de encaixamento. Quanto aos fatores sociais, segundo Lucchesi (2015) em consonância aos estudos de Naro (2003b), a variável faixa etária sustenta a análise de tempo aparente, pois a comparação da fala de diferentes gerações ofereceria uma imagem diacrônica da língua (LUCCHESI, 2015, p.191). Este fator somado aos fatores sexo, classe social e escolaridade refletem um processo de mudança em progresso na análise dos dados. Esta realidade recai sobre o problema da avaliação, pois notamos que, por resquícios de uma formação colonizadora que estigmatiza aspectos culturais e linguísticos não europeus, os falantes do PB estigmatizam a ausência da marca de CV, a exemplo do estudo de Bortoni-Ricardo (2008) e outros.

Ao olhar para a restrição do conjunto de mudanças, observamos que o nivelamento linguístico é liderado por um grupo de falantes com nível de escolaridade mais alto. Quanto maior a escolaridade do falante, maior é aplicabilidade de CV, tal fato corrobora com o percentual encontrado nas regiões Sudeste e Nordeste. Na região Sudeste, as práticas de letramento foram introduzidas inicialmente, bem como as práticas de urbanização e industrialização no Brasil. E assim, indaga-nos refletir em relação ao problema da implementação do fenômeno, pois tal variação passa a ocorrer, a partir dos demais problemas, resultando sua implementação na estrutura linguística, fator evidente nos estudos citados acima, afirmando que em relação a sua estrutura, podemos analisar os fatores condicionadores, como saliência fônica, marcas de sujeito, marcas de verbos, traço humano e traço semântico, atestando a CV como regra variável. Nas comunidades quilombolas, a questão da escolaridade associa-se à sócio-história das comunidades, por terem ficado à margem dos processos de escolarização e de urbanização, para além da questão de aquisição do português em situações de contatos linguísticos.

Desse modo, as análises revelam que a variação do fenômeno encontra-se tanto na estrutura da língua, quanto em seu contexto sócio-histórico e apontam uma mudança em progresso para o uso da regra, mas que ocorre em movimentos diferenciados, ou seja, quanto ao problema de implementação, em questão de nivelamento linguístico da regra, é algo a ser discutido e analisado, pois o contexto de uso da regra, neste dado momento, impõe-se em lugares e intensidades diferenciados, visto que os fatores como escolaridade, fluxos migratórios, urbanização etc., atingem fortemente a aplicabilidade da regra padrão.

### 3.1.2 Alguns estudos sociolinguísticos sobre concordância verbal no português brasileiro

As primeiras pesquisas que se debruçaram sobre a investigação da variação da regra de concordância verbal estavam interessadas nos aspectos internos. Estes estudos, para nossa análise, são de suma importância, pois compreendemos que a participação de diferentes povos é fator que fomenta o processo de mudança linguística, sobretudo quando se trata da formação do PB, que teve em seu processo de formação linguística, por exemplo, uma intensa presença de africanos escravizados. Esses aprenderam o português como segunda língua, em fase adulta e de oitiva, fato este que pode ter intensificado a diversidade linguística do PB, sobretudo a variação da regra de concordância verbal.

#### 3.1.2.1 A concordância verbal numa perspectiva de análise da estrutura da regra variável

Um dos primeiros trabalhos que contribuíram para a compreensão da regra em sua estrutura variável é o de Lemle e Naro (1977), que analisaram o uso da regra de concordância verbal na fala de indivíduos do Mobral – RJ. A partir desse estudo, com base nos moldes labovianos, os autores focalizam o fenômeno como regra variável, sendo que a presença da regra depende de fatores que servem como base para o uso ou não da norma padrão. Lemle e Naro (1977) e Naro (1981) investigam o fator de saliência fônica, partindo do pressuposto de que na 3ª pessoa do plural a crescente saliência fônica da oposição entre singular e plural está relacionada à probabilidade crescente de aplicabilidade à regra de concordância. Portanto, quanto mais saliente for a diferença fônica entre singular e plural, mais provável será o uso da regra de concordância. Em estudos posteriores, os autores realizam análises contrastivas com alguns estudos anteriores, a fim de identificar semelhanças, salientando que os níveis mais baixos de hierarquia da saliência favorecem menos a concordância do que em níveis mais altos. Essas hipóteses são comprovadas em praticamente todos os estudos sobre CV com dados coletados no Brasil.

Scherre e Naro (1993) estudam a concordância entre verbo e sujeito na fala de cariocas com o *corpus* do Programa de Estudos sobre Uso da Língua – PEUL. O que é evidente neste estudo é que, quando o sujeito aponta marcas de plural, o verbo exhibe também marcas de plural, levando os autores a postular o princípio “marcas conduzem marcas e zeros conduzem a zeros”. Quanto ao verbo isolado (não marcado), há o favorecimento da ausência da marca na ocorrência verbal. Em estudos posteriores, os pesquisadores propõem uma análise da regra focando nas

variáveis linguísticas de saliência fônica, a posição do sujeito e as variáveis sociais em *corpus* do PEUL. Tal análise demonstra que a oposição não acentuada desfavorece a concordância, independente da escolarização, que é fator determinante na escala de saliência fônica. Naro e Scherre (1998) estudam também o efeito do traço humano no sujeito e a interação do traço de número no controle da concordância de dados analisados na década de 90 e em dados do século XIII e XVI. Observam que os dados com traços humanos exercem influência nos dados de fala e escrita do PB e em dados do português antigo, confirmando a hipótese de que a regra de concordância verbal é uma regra variável, ou seja, de que a variação da regra se configura como inerente no PB.

Anjos (1999) delimita sua análise em variáveis linguísticas e variáveis extralinguísticas, utilizando amostras do Projeto de Variação Linguística do estado da Paraíba – VALPB, considerando falantes sem escolaridade e com até 11 anos de escolaridade. Confirma as hipóteses aventadas, mas observa que as variáveis revelaram duas formas convivendo dentro de um mesmo sistema linguístico.

O estudo de Monguilhott (2001), que analisou a CV com a terceira pessoa do plural, em Florianópolis apresenta evidências que reforçam a relação do traço humano, mas identifica um percentual significativo para o uso da regra padrão de concordância verbal, a nosso ver, por ter considerados falantes também com nível alto de escolaridade na cidade de Florianópolis. Além de confirmar a hipótese de Naro e Scherre (1997; 1998; 2001), sobre a questão de traço [+ humano], defende que maior frequência de concordância, [- humano] favorece a não concordância, salientando que a posição do sujeito antes do verbo e o fator de saliência fônica se fazem determinantes quanto à aplicabilidade da regra de concordância verbal, como demonstram os estudos anteriores.

Os estudos descritos acima tomam a análise do fenômeno preocupando-se em descrever a regra variável em seus limites de estrutura, embora reforcem a importância das variáveis sociais. Naro e Scherre (1997; 1998; 2001) argumentaram para a hipótese da deriva secular, compreendendo que, por meio de dados históricos e linguísticos, as línguas tendem a certas mudanças, como ocorreu no latim clássico. Não levam em consideração as participações de outros povos, conseqüentemente de outras línguas na formação diversa do PB. Desse modo, tais hipóteses afirmam que fatores que influenciaram a perda parcial ou total alimentaram a variável de concordância verbal da língua portuguesa no Brasil.

### 3.1.2.2 A concordância verbal numa perspectiva sócio-histórica do português brasileiro

As pesquisas iniciais já demonstravam a importância de um estudo levando em consideração o contexto de formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Apontavam que os resultados revelavam que os falantes sofriam pelo fato de o uso da variedade não padrão ser marginalizada frente aos padrões sociais vigentes, além do fato de que, diante do contexto da mudança linguística, o uso dessa variedade recai também sobre o problema da avaliação. Tal fato ocorre devido ao processo histórico de formação da sociedade brasileira, visto que a política colonizadora forjou de maneira abrupta a proibição das línguas gerais, bem como com qualquer traço de representação simbólica, cultural e linguística que compunha as populações não europeias. Esta realidade promulgou um extermínio de parte da população autóctone e junto com elas, suas línguas, fazendo com que o multilinguismo do Brasil fosse mutilado em detrimento do poder colonizador. Diante dessa perspectiva, alguns estudos sobre a variação da concordância verbal no PB passaram a levar os fatores sócio-históricos em consideração.

O estudo de Silva (2003), realizado nessa vertente, investigou a concordância verbal com sujeitos de terceira pessoa do plural em três comunidades rurais afro-brasileiras no interior da Bahia e atribui a presença ou não do uso padrão, em cada comunidade, aos fatores históricos que participaram do processo de formação linguística nestas regiões. Quanto às questões estruturais, ressalta que em relação ao percentual de uso da regra, ocorre uma maior marcação com o sujeito anteposto ao verbo. A análise do traço e saliência fônica confirmam hipóteses anteriores.

Rodrigues (1992) estuda a concordância verbal analisando sujeitos sintáticos de 1ª e 3ª pessoa do plural, entre falantes da periferia de São Paulo, com dados de 1986. Analisa o fator linguístico quanto à posição do sujeito sintático e o fator social – sexo dos informantes. Segundo a autora, o estudo foi motivado pela busca de características morfossintáticas que diferenciam o português em sua variedade padrão e não-padrão. Com base em seus estudos, fica evidente que o falante do português popular tende a não aplicar a regra padrão do uso de CV estabelecida pela gramática normativa, ressaltando que os casos de ausência do uso da regra encontram-se com maior frequência com a 1ª pessoa do plural.

Os estudos de Benfica (2016) esclarecem algumas questões interessantes sobre a variação e mudança em algumas regiões onde o fenômeno foi analisado. Com a pretensão de descrever o quadro variável da concordância verbal na fala de Vitória/Espírito Santo, analisa a 1ª e 3ª pessoa do plural em dados de fala do Portvix – português falado em Vitória e amostra gravada por Calmon (2010) - fala casual. Segundo o que já apontam algumas pesquisas, a autora

ressalta que o percentual de marcação da regra de CV é maior na zona urbana, em consonância a esta afirmação, cita os estudos de Mattos (2013) que pesquisou a aplicabilidade da regra em Goiás.

As análises apontadas acima apresentam resultados pertinentes para os estudos de mudança acerca do fenômeno analisado, pois se atrelam à hipótese de mudança em relação aos percentuais dos estudos anteriores até os atuais, devido à localização da região analisada, como no caso dos estudos realizados no RJ nos anos 80 que já possuíam um índice elevado de marcação da regra e nos anos 2000, notamos que tal frequência se elevou. Para a autora, este resultado se deve aos fluxos migratórios da região que favorecem a mudança em questão. A exemplo dessa situação, cita os estudos de Oushiro (2014), para salientar que São Paulo, cidade equiparada ao fluxo migratório do Rio de Janeiro, também apresenta este índice de variação.

Algumas pesquisas deixam evidente que, em relação ao nível de escolaridade, há uma frequência maior do uso da variedade padrão para aqueles que frequentaram a escola por mais tempo, visto que a instituição escolar monitora e alimenta o uso da variedade padrão da língua. Frente a essa concepção, notamos que estudos em relação às reações subjetivas são de grande valia para a análise desse fenômeno, visto que Lucchesi (2015) atribui essa polarização entre as normas de concordância também à hegemonia ideológica colonial sustentada pelo processo histórico de formação do PB. Diante disso, Bortoni-Ricardo (2008) traz importantes contribuições analisando as reações subjetivas em relação a não marcação da concordância verbal. Seu estudo identifica duas comunidades de fala constatando que os falantes que têm acesso ao curso superior estigmatizam a ausência da regra de concordância verbal, o que não ocorre com estudantes do supletivo, mesmo aqueles que moram em área urbana. A autora demonstra que nas classes menos favorecidas o percentual da não marcação do uso da regra padrão é maior do que nas classes escolarizadas, tal fato reforça a hipótese de que a variável escolaridade é um dos índices que determinam a frequência do uso da regra.

Lucchesi (2009) realiza um estudo contrastivo com os estudos anteriores reforçando o fato de que a variável escolaridade e as questões sociais que alimentam esta variável são fatores que condicionam a presença ou ausência da regra de concordância verbal. Cita os estudos de Monguilhott (2001), Coelho (2002), Scherre e Naro (1997), analisando o percentual da regra, atestando os fatores de escolaridade que alimentam a marcação da regra. Diante disso, os estudos de Graciosa (1991) e Almeida (2005) em contraste às pesquisas de comunidades rurais baianas, na qual os falantes possuem o nível de escolaridade mais baixo, apresentam uma maior frequência para a marcação da regra o que também reforça as hipóteses apontadas nesta mesma direção.

Araújo (2012), em seu estudo sobre *a concordância verbal e sua importância para os estudos sobre a formação do português brasileiro*, esclarece que o PB traz traços bem expressos da não realização das marcas de número nas formas verbais, visto que, segundo pesquisas, o português arcaico apresentava tendência quanto à aplicação da regra padrão de concordância. A variação deste fenômeno é um dos efeitos mais notáveis da polarização linguística do PB, como defende Lucchesi (2009; 2015) e Araújo (2012). O estudo de Araújo (2014) sobre a concordância verbal na fala de moradores de Feira de Santana–Ba, demonstra, segundo a autora, quanto a fala popular, os percentuais obtidos possuem uma similaridade com os resultados de estudos anteriores.

Os estudos citados nesta seção salientam a importância da análise da regra de concordância verbal para a compreensão dos fenômenos que alimentam a mudança no PB. Fica evidente como tais pesquisas dialogam com o percentual da regra variável e fatores linguísticos e sociais que fomentam a CV e, com base nas últimas pesquisas, nota-se uma importância da variação da regra e o processo de formação sócio-histórica da região estudada.

### 3.2 A ANÁLISE DO PERCENTUAL DE APLICABILIDADE DA REGRA DE CONCORDÂNCIA VERBAL

A partir dos estudos mencionados, é evidente a necessidade de compreendermos os percentuais de aplicabilidade da regra. Tal necessidade surge a fim de abonarmos as principais hipóteses suscitadas nos estudos discutidos, a primeira delas se a norma urbana pelo fato de sua comunidade de fala estar situada nos grandes centros urbanos tende a concordar de maneira padrão mais devido ao processo de industrialização e fácil acesso à escolarização. Quanto a sua influência sócio-histórica, entendemos que os grandes centros urbanos no período colonial tiveram uma maior participação de colonos portugueses, fato este que fomentou também uma maior proximidade em relação à norma culta do português. Diante disso, observamos o Quadro 2<sup>9</sup> abaixo, bem como as discussões propostas.

O quadro 2 encontra-se organizado numa estratificação regional a fim de salientar o percentual da marcação da regra de concordância verbal no PB. Apresentamos uma comparação entre os resultados dos estudos citados neste texto, buscando compreender inicialmente a

---

<sup>9</sup> Vale salientar que este quadro não abarca todas as pesquisas sobre a concordância verbal no português brasileiro. Os estudos selecionados condizem com a pretensão das autoras deste trabalho de realizar um recorte entre as regiões sudeste e nordeste - descrevendo as propostas de periodização (LUCCHESI, 2017) - para que, a partir disso, pudesse construir uma proposta de interiorização do fenômeno no estado da Bahia.

situação do fenômeno voltado para a frequência de aplicabilidade da regra.

Quadro 2 – Comparativo entre as frequências de aplicabilidade da regra padrão de concordância verbal em alguns estados brasileiros.

Pesquisador (a)	Região	Norma sociolinguística	Frequência geral de aplicação da regra
<b>REGIÃO SUL</b>			
Monguilhott (2001)	Florianópolis – SC	Norma urbana intermediária <sup>10</sup>	79%
<b>REGIÃO SUDESTE</b>			
Graciosa (1991)	Rio de Janeiro – RJ	Norma urbana culta – Falantes com nível superior	94%
Naro e Scherre (1997) <sup>11</sup>	Rio de Janeiro – RJ	Norma urbana intermediária	73%
Rodrigues (1992)	São Paulo – SP	Norma popular	53%
Benfica (2016)	Vitória – Espírito Santo	Norma urbana – Portvix	78,8%
		Norma urbana – Fala casual	70,3%
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>			
Sgarbi (2006)	Mato Grosso do Sul	Norma popular rural	27%
		Norma urbana	77%
Mattos (2013)	Goiás	Norma urbana	75%
<b>REGIÃO NORDESTE</b>			
Anjos (1999)	João Pessoa – Paraíba	Norma popular urbana	54%
Silva (2003)	Cinzento/Planalto – Bahia	Norma popular rural	13%
	Morrinhos/Poções – Bahia	Norma popular rural	17%
	Poções – Bahia	Norma popular urbana	26%
Oliveira (2005)	Vitória da Conquista – Bahia	Norma popular urbana	51%
Lucchesi (2009)	Rio de Contas – Bahia	Norma popular rural	24%
	Helvécia – Bahia	Norma popular rural	16%
Souza (2009)	Salvador Bahia	Norma urbana culta	92%

<sup>10</sup> Classificamos como norma linguística intermediária devido ao nível de escolaridade que corresponde a falantes de um a onze anos de escolarização. Segundo Lucchesi (2015, p. 250) “podem ser considerados como representativos do português urbano médio.”

<sup>11</sup> Este quadro utiliza alguns dados da pesquisa de Lucchesi. Segundo o autor, tais dados foram “arredondados” (2015, p. 251).

Araújo (2014)	Feira de Santana – Bahia	Norma popular	24,5%
		Norma urbana culta – Falantes com nível superior	93,9%
Silva e Santos (2014)	Vitória da Conquista – Bahia	Norma popular rural	17,2%
Pereira (2016)	Ceará	Norma popular urbana	65,4%
Silva (2017)	Manuma – Maranhão	Norma popular rural	12%
	Itamatiuia – Maranhão	Norma popular rural	16,5%
Silva (2019)	Serra Talhada – Pernambuco	Norma popular rural	73%
	Afogados de Ingazeira – Pernambuco	Norma popular rural	67%

Quadro 2- Percentual de marcação da regra de concordância verbal em algumas regiões brasileiras.<sup>12</sup>

Nem todos os estudos acima levaram em consideração as características sócio-históricas de cada comunidade analisada, mas a partir da leitura do quadro, propomos uma discussão embasada sob tal perspectiva. Notamos que a norma urbana apresenta índices próximos, mesmo em estudos com abordagens diferenciadas, isto é, os que se detiveram e os que não se detiveram a analisar o fator sócio-histórico em seu processo de análise. Segundo a proposta de periodização da história sociolinguística do Brasil (LUCCHESI, 2017), compreendemos que estas pesquisas foram desenvolvidas na quarta fase – fase de nivelamento linguístico. Embora, estejamos frente ao processo de nivelamento como aponta Lucchesi, observamos que o fenômeno ainda apresenta variação decorrente ao contato dos fluxos migratórios e do processo de urbanização que ocorreu no século XX. Tal processo permitiu que a língua daqueles que viviam em comunidades rurais mais isoladas participassem do processo de nivelamento linguístico em meios urbanos. Consideramos este fato nos estudos de Rodrigues (1992) que analisa falantes da periferia de São Paulo e atrela o percentual da variável ao fato de os participantes da pesquisa terem vindo de diversas regiões, inclusive de comunidades rurais.

Ainda em relação a essa situação e ao processo de variação, os estudos de Benfica (2006) e Oushiro (2014) ressaltam a importância da localização geográfica da comunidade analisada e as influências dos fluxos migratórios nos processos linguísticos. A exemplo, Benfica cita os estudos de Scherre e Naro (1977) em analogia com os mais recentes na mesma região do Rio de Janeiro, para justificar a frequência de marcação da regra acima de 70%. Em relação aos estudos sistemáticos desenvolvidos no Rio de Janeiro, Lucchesi (2017) menciona que este foi o estado mais beneficiado com o tráfico de escravizados, pois promoveu uma rede de comércios

<sup>12</sup> Elaborado pela autora deste trabalho.

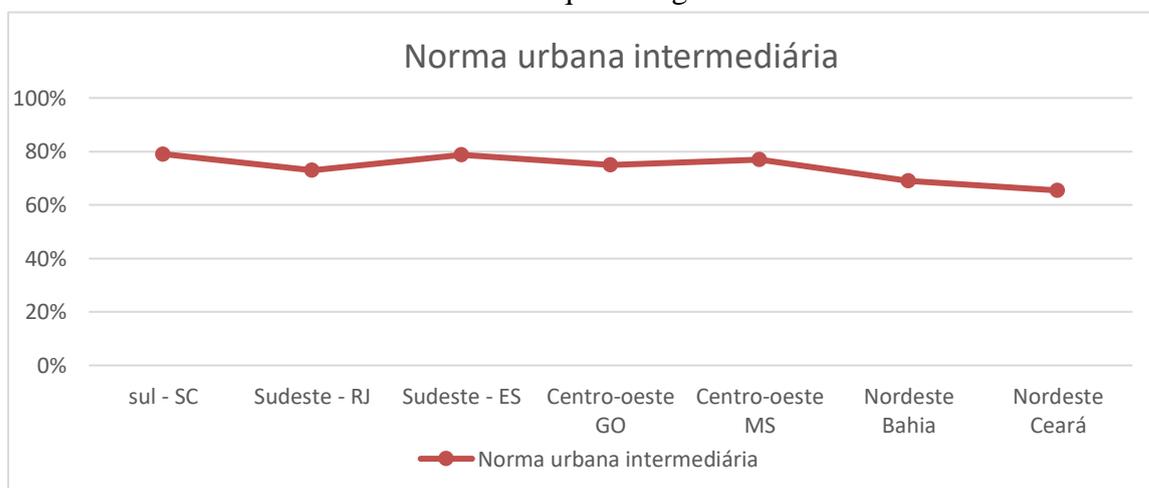
ligando o Rio de Janeiro às diversas províncias do Brasil. Dentro desse contexto se deu continuidade ao processo de homogeneização da língua, como afirma Lucchesi:

Dessa forma, o Rio de Janeiro deu continuidade ao processo de difusão da língua portuguesa e homogeneização linguística do Brasil iniciado com o ciclo do ouro, o que será aprofundado com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, definindo o início do segundo período nessa longa fase de homogeneização linguística. (LUCCHESI, 2017, p.369)

Em analogia a esse contexto, comparamos o resultado de aplicabilidade da regra na cidade de Poções no interior da Bahia, em que Silva (2005) apontou os fatores históricos como relevantes para a realidade do uso da regra de CV, pois embora estejamos falando da norma urbana, nesta região, o percentual de marcação da regra está distante do que foi encontrada na região Sul e Sudeste. O mesmo ocorre na pesquisa de Mattos (2013) que atribui o resultado às raízes rurais da cultura de Goiás, ressaltando que o contato com indígenas e escravizados no período de extração do ouro moldou a cultura e a língua.

As evidências linguísticas apontadas por Mattos (2013) corroboram com a proposta de periodização defendida por Lucchesi (2015), pois o centro-oeste foi influenciado pelo ciclo do ouro, período quando os colonos portugueses e escravizados africanos povoaram a região. Segundo Lucchesi (2017), um dos períodos mais importantes para a realidade linguística do PB, pois é nesse período que culmina a atual configuração da realidade linguística do Brasil. Notamos que, não obstante isso, encontramos resultados de tais evidências nas análises do fenômeno de CV do Português Brasileiro, que mesmo a caminho de uma homogeneização, encontra-se uma variação, como se observa no gráfico 2 abaixo:

Figura 2 – Gráfico do percentual de aplicabilidade da regra padrão de CV na norma urbana intermediária em quatro regiões brasileiras.



Elaborado pela autora deste trabalho.

Quanto mais estudamos sobre a heterogeneidade linguística, mais ela tem se mostrado complexa e mais se torna relevante o conceito de norma linguística. Esse panorama diverso aplicado à sociedade brasileira mostra que nenhum corte dicotômico é suficiente para demonstrar os recortes do português formal ou informal. Assim, adotamos a norma urbana intermediária. Esta norma configura-se diante da população urbana em nível de escolaridade de 04 até 11 anos. Atende uma comunidade de falantes que participou dos processos de escolarização, com um determinado nível de participação devido ao tempo de convivência escolar.

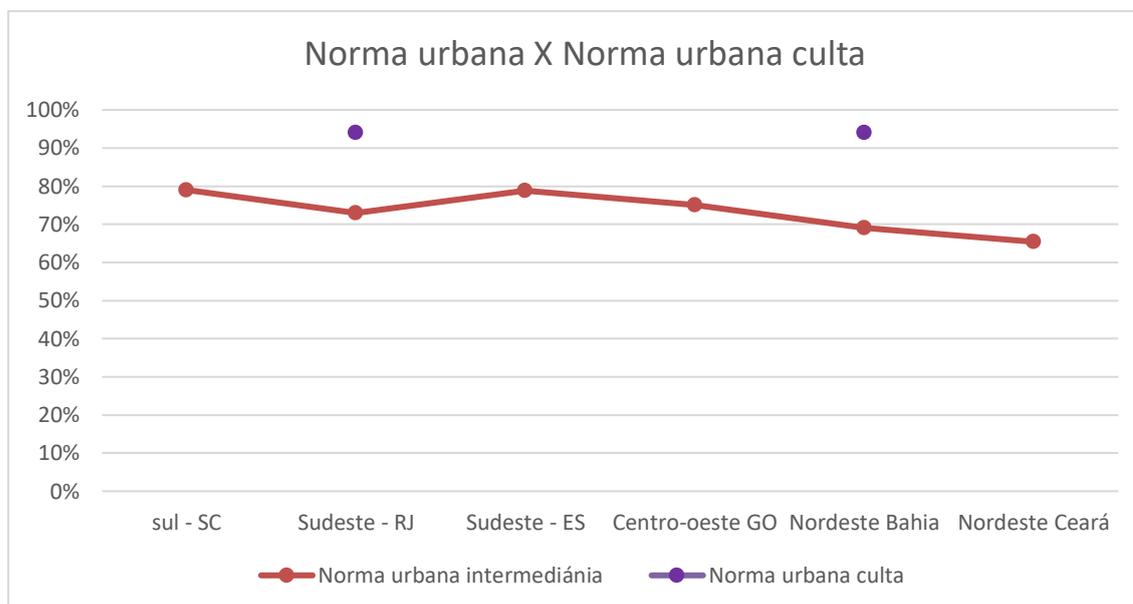
Assim, ao analisarmos a frequência de aplicabilidade dessa norma no gráfico acima, observamos que a variável na norma urbana intermediária caminha ainda sob os condicionamentos do processo de industrialização e urbanização no período de formação da sociedade brasileira e a realidade do fenômeno de CV. Este contexto aponta dados análogos, pois, como observamos na Figura 2, o percentual apontado pelos estudos é próximo, o que nos permite corroborar com as hipóteses apontadas para esta norma. Quanto ao encaixamento social do fenômeno, notamos que o fator escolaridade se encontra latente em relação ao uso da regra.

De acordo com as discussões propostas, observamos que nas camadas da norma urbana, o fenômeno encontra-se em um processo avançado para a homogeneização do uso da regra padrão, resultado do processo de urbanização e devido ao acesso à escolarização, observando que a sociedade brasileira tende a normatizar a regra de concordância verbal (ARAÚJO, 2014). Assim, as hipóteses a respeito do processo de escolarização se confirmam com os dados dos percentuais do uso da regra por falantes de nível superior encontrados por Graciosa (1991) em São Paulo, Borges (2009)<sup>13</sup> em Salvador- Bahia e por Araújo (2014) em Feira de Santana – Bahia que, embora em regiões diferentes, apontam percentuais muito próximos quanto à aplicabilidade da regra padrão, como observa-se na Figura abaixo:

---

<sup>13</sup> Borges (2009) apresenta um percentual médio de 92% de marcação da regra de CV com participantes de nível superior em Salvador/Bahia.

Figura 3 – Gráfico do percentual de aplicabilidade da regra padrão de CV na norma urbana X norma urbana culta.



Elaborado pela autora deste trabalho.

Vale ressaltar que embora estejamos contrastando frequência de aplicabilidade do fenômeno frente à norma urbana culta e norma urbana popular, tais resultados não remetem somente a questão da escolaridade, embora a escolaridade nos subsidie em relação ao processo de escolarização que recai no contexto de formação sócio histórica da região analisada.

Os estudos posteriores levam em consideração tanto as variáveis sociais, quanto linguísticas e reforçam as variáveis linguísticas encontradas nos estudos iniciais. O que nos chama à atenção é o processo sócio-histórico que influenciou na formação do Português Brasileiro, pois a sua sócio-história é fator que alimenta o processo de variação e mudança do fenômeno de concordância verbal. Segundo Lucchesi (2015, p.173) a CV “é a manifestação mais objetiva do fosso sociolinguístico que divide a sociedade brasileira”. Em relação às variáveis linguísticas da CV, observamos que as hipóteses traçadas demonstram que a saliência fônica, posição do sujeito e traço semântico de sujeito tendem a ser comprovadas. Quanto a posição do sujeito, na maioria das análises há um favorecimento à concordância com o sujeito anteposto.

Os fatores mencionados nas análises acima fomentam a distância entre a norma de prestígio e a norma estigmatizada. Dentro dos limites desse processo, temos a norma popular rural, norma a qual se refere às comunidades rurais e que se encontram mais distantes dos grandes centros. Diante dessa realidade, devemos destacar a precariedade do sistema de educação pública na zona rural que favorece a ausência de marcação da regra (LUCCHESI, 2009). Tal fato se justifica através da hipótese levantada por Lucchesi que devemos considerar

dentro do processo a difusão da mudança linguística diante dos modelos de prestígios que emanam os centros urbanos, além de terem a evolução tecnológica dos meios de comunicação e acesso à escolarização, tem uma maior disponibilidade de centros universitários e universidades. A esta realidade urbana, somamos o fator de redes sociais que também condicionam a mudança do fenômeno. Com base nesta discussão, compreendemos que as comunidades tradicionais tendem a ser mais isoladas com redes de relações restritas em oposição às comunidades dos centros urbanos que possuem um leque de possibilidades que os direcionam à oferta de um uso da língua próximo a sua normatização.

Com isso, confirmamos as hipóteses suscitadas ao início dessa discussão, pois a norma urbana culta, diante de sua realidade de fácil acesso à escolarização, do seu contexto sócio-histórico, da rede de relações, do perfil do falante, tende a aplicar mais a regra de CV, ao passo que diante do percentual encontrado, pode-se afirmar que caminha rumo ao nivelamento linguístico próximo à sua normatização, o que não ocorre com o percentual encontrado com as demais normas, deixando evidente o quanto o processo sócio-histórico de uma comunidade de fala é fator caracterizador das possíveis variedades linguísticas encontradas.

## 4 A COMUNIDADE QUILOMBOLA E A PERSPECTIVA DO CONTATO LINGUÍSTICO

### 4.1 A COMUNIDADE QUILOMBOLA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA LINGUÍSTICA

Para refletirmos a respeito da comunidade quilombola como espaço de resistência, analisamos o conceito filosófico sobre o que é poder. É fato que a colonização ocorreu pelas disputas e conquistas de territórios para exercerem este domínio na atual conjuntura comercial da época. Sendo assim, como podemos conceituar a dinâmica de poder dentro das relações sociais? Quais relações se estabelecem na constituição das comunidades quilombolas? Esses espaços são vazios de consciência política e estruturas de poder? Como tais discussões subvertem na dinâmica linguística destes espaços? Esses são os questionamentos que nos direcionaram diante das discussões propostas.

Segundo Aristóteles ([1956] 2016), o poder se configura como elemento natural que permeia as relações animais. O ser humano ultrapassa essa relação animal devido ao fato de exercer o seu poder de fala. Desse modo, o conceito de poder extrapola a força animal e atinge os limites das relações sociais por meio da língua.

Tais relações se constituem numa interface de poder e a resistência é como a força de atrito neste complexo social. Assumimos tal posição, pois compreendemos que os quilombos surgiram com a força resultante desta dinâmica de poder, constituindo-se como espaço politizado na composição do enfrentamento das políticas de escravização, exercendo sua força e poder, pois “o mundo das forças mantém-se como uma teia de aranha, da qual não se pode fazer vibrar um único fio sem sacudir todas as malhas” (MUNANGA, 1995, p.63).

As relações de poder se constituem através da dinâmica social e linguística. Não há como estabelecer relações sociais sem que haja comunicação e aqui percebemos que a língua é fator preponderante. Desse modo, faz-se necessário conhecer e discutir sobre tais dinâmicas, pois a resistência linguística gemina neste seio de lutas sociais. São nestes espaços de lutas sociais que analisaremos o surgimento dos quilombos. Munanga (1995, p. 58), em seus estudos antropológicos sobre os quilombos africanos, reforça a necessidade de compreender linguisticamente a origem da palavra e nos propõe uma reflexão de como tais espaços se constituem como instituição sociopolítica e transcultural, gestado numa “história de conflitos pelo poder, de cisão dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios”.

Para compreender quais relações se estabelecem na constituição das comunidades

quilombolas, recorreremos à antropologia e à historiografia do kilombo nas regiões africanas e para isso, notamos que as incidências linguísticas da origem da palavra quilombo apontam para o umbundo (MILLER, apud MUNANGA, 1995), do povo bantu que, por si só, apresentava evidências de um complexo cultural rico por sua expansão territorial e diversidade linguística, fruto dos “múltiplos contatos, mestiçagens e empréstimos facilitados pela proximidade geográfica entre eles” (MUNANGA, 1995, p. 57).

Segundo Munanga (1995), precisamos compreender a origem linguística da palavra para conhecermos os aspectos socioculturais dos povos africanos nos séculos XVI e XVII. Marcados por espaços de disputas de poder e governança de reinos. Kinguli, o irmão da rainha Rweej, descendente do povo bantu, ante a necessidade de fortalecer seu exército, pois não possuía autonomia para reinar, aliou-se ao povo jaga e adotou o quilombo fortalecendo seu exército. Segundo o autor supracitado, os quilombos eram uma iniciação militar e forneceu ao exército Kinguli estrutura firme, reunindo grande número de estranhos e uma estrutura militar capaz de derrotar grandes reinos. Os quilombos africanos possuíam “co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos” (MUNANGA, 1995, p. 59).

Ao correlacionar os quilombos do Brasil com a origem dos quilombos na África, percebemos o quanto esta instituição não surgiu de forma despreziosa, sem as relações de forças, não sendo estes espaços vazios de consciência política e estruturas de poder. Se os quilombos na África eram iniciação de homens à atividade militar para unir forças para se defenderem de ataques ao seu território e traçar estratégias para conquistas de novos, assim, podemos suscitar que os quilombos no Brasil tendem a mesma linearidade política, sob ótica de resistência ante a política de colonização.

O quilombo africano, no seu processo de amadurecimento, tornou-se uma instituição política e militar transétnica, centralizada, formada por sujeitos masculinos submetidos a um ritual de iniciação. A iniciação, além de conferir-lhes forças específicas e qualidades de grandes guerreiros, tinha a função de unificá-los e integrá-los ritualmente, tendo em vista que foram recruta dos das linhagens estrangeiras ao grupo de origem. (MUNANGA, 1995, p. 63)

No Brasil colonial, nos séculos XVI e XVII, surgiram os quilombos e apesar de terem em sua grande maioria a presença de negros fugidos do trabalho forçado, também se configurava como um espaço aberto para aqueles que resistiam de alguma forma ao sistema colonial, como indígenas. Desse modo, os quilombos no Brasil, configura-se como um espaço transétnico e plural que abrigava diversos fugitivos que resistiam e buscavam integrar-se à resistência, portanto, pertencer a um quilombo era um ato de consciência de poder.

A história dos quilombos aqui no Brasil se fundamenta na constituição histórica dos quilombos africanos. Esses espaços eram constituídos de diversos povos, numa efervescência linguística, numa organização política própria de denúncia social sob diversas formas de resistência perpetuando traços linguísticos de sua L1, mas também adquirindo a língua do colonizador como estratégia de sobrevivência dentro dessas relações. “O quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política” (MUNANGA, 1995, p. 63). Sob uma outra estrutura de poder, numa força contrária de resistência, fez-se uma nova dinâmica de relações sociais, que reflete no seio linguístico dessa estrutura, pois como afirmamos anteriormente a língua é parte conexas de toda essa gama de relações. O quilombo africano é uma história que envolve diversos povos, por isso o seu caráter transcultural, pautado na diversidade étnica (MUNANGA, 1995).

Os quilombos que se tornaram comunidades remanescentes ou comunidades quilombolas são bases estruturantes para compreender a política de resistência contra a escravização imposta pela sociedade colonial da época. Hoje estes espaços continuam a ser os espaços pluriétnicos e trazem através da memória e das práticas culturais em suas comunidades a consolidação enquanto organização social.

No âmbito linguístico, tais comunidades permaneceram mais tempos isoladas do ponto de vista geográfico e social, suscetíveis a diversidade linguística que compunha cada uma dessas comunidades. Essa gama linguística se compõe decorrente dos esforços socioculturais e políticos relativos às políticas linguísticas adotadas na época, como a necessidade de aprender português como segunda língua. Para Santana, Araújo e Freitag (2018), essas comunidades conservam em maior grau, ainda mais quando foram mais isoladas, costumes e tradições de seus fundadores ou de seus antepassados, preservando, também, seus usos linguísticos.

Diante desta realidade, é de suma importância analisarmos o contato diante das variedades linguísticas que se apresentam nas comunidades quilombolas, considerando os fluxos migratórios, pois a diversidade linguística está correlacionada à própria heterogeneidade das relações sociais que se estabelecem no interior de cada comunidade. Constituindo-se de forma política e politizada, os quilombos que resistiram nesse processo de formação enquanto comunidade linguística do português brasileiro, configura-se como um aporte importante para o estudo da diversidade linguística do PB, bem como da formação sociolinguística brasileira.

## 4.2 ESTUDOS SOBRE O CONTATO DO PORTUGUÊS COM AS LÍNGUAS AFRICANAS

Para realizar este estudo, adotamos o método de revisão sistemática, por meio da ferramenta Harzing's Publish or Perish (HARZING, A.W, 2007). Utilizamos na pesquisa as seguintes palavras-chaves: contato linguístico; africanos; mudança linguística; português brasileiro. Como filtro, adicionamos o operador booleano AND para realizar um recorte em relação aos trabalhos pesquisados. Detemo-nos aos dez primeiros estudos publicados como artigos entre 2006 e 2018.

Dos fatores de exclusão, excluímos quatro trabalhos selecionados pela ferramenta. Um pelo fato de ter sido um resumo e os outros três trabalhos por apresentarem relações de contatos para evidências de mudanças fônicas. Desse modo, optamos pela linha de estudo delineada nos estudos comentados a seguir.

Apesar de não terem sido selecionados pela ferramenta, precisamos levar em consideração os estudos de Mattos e Silva (2004) que reconhece a importância do contato linguístico para a formação do português brasileiro, defendendo que para compreender melhor os estágios da formação sócio-histórica do português brasileiro devemos considerar a sua demografia histórica e sua mobilidade social. Paul Teyssier (1977) ao indagar como reconhecer as particularidades do PB, mensura que tais particularidades partem da partilha com outras línguas, ou seja, também reconhece a perspectiva do contato como indícios para a diversidade linguística do PB.

Os estudos de Mussa (1991) e Pessoa de Castro (2001) ressaltam a presença dos africanos escravizados pelo longo período de escravidão. Estes estudiosos explanam que com o extermínio da população indígena e a quantidade de negros trazidos para o Brasil colonial, surge um cenário fértil para o contato entre línguas o que resulta nas particularidades linguísticas questionadas por Teyssier (1997).

Holm (1992), Baxter (1995), Lucchesi (2003) também reforçam a perspectiva do contato linguístico para estudarmos a variabilidade de alguns fenômenos linguísticos, mas essa perspectiva traça outros embates. Holm (1992) acredita que o português brasileiro tenha sido gestado em um semi-crioulo, enquanto Baxter (1995) e Lucchesi (2003) defendem uma proposta de um processo de transmissão linguística irregular, pois consiste num *continuum* de níveis diferenciados de nativização (LUCCHESI, 2003).

Associado aos estudos mencionado temos o estudo de Amélia Mingas (2000) que analisou o quimbundo no português de Luanda e, ao analisar os aspectos fônicos e

morfossintáticos, percebe um paralelo entre o PB e o português de Luanda. O fato é que, embora seja necessário empreender discussões a respeito da transmissão linguística irregular entre essas línguas, esses estudos demonstram que a diversidade linguística do PB sugere um estudo sobre a mobilidade da língua portuguesa no Brasil colonial.

Através da ferramenta Harzing's, o primeiro trabalho selecionado foi o de Humberto Borges, um artigo publicado que posteriormente foi parte de sua tese de doutorado. No artigo "A sintaxe do sujeito na história do português em Goiás: evidências oitocentistas de uma língua de sujeito nulo parcial", Borges (2019), discute as conjecturas de uma hipótese de linguística de contato para a emergência da gramática do português brasileiro a partir de dados históricos produzidos na capitania (1748-1821) e na província (1821-1889) de Goiás. O trabalho em questão apresenta dados linguísticos que atestam uma mudança na sintaxe do sujeito no português goiano oitocentista quando comparado com o português setecentista produzido em Goiás, discutindo conceitos-chaves da linguística de contato. Diante da nossa pretensão, realizamos um recorte e nos atemos à discussão sobre o contato.

Borges traz como referencial teórico os estudos de Thomason (2001) e Winford (2017) que explana sobre a metodologia para realizar uma análise de dados sob a hipótese de contato. Thomason (2001), enfatiza que é necessário adotar de critérios de análise de dados de línguas em contato para verificar se a mudança ocorre ou não face ao contato. Para Winford, devemos "analisar o aspecto psicolinguístico correlacionado aos dados linguísticos que servem de *input* para gerar mudança gramatical" (BORGES, 2019, p. 206).

Desse modo, o autor discute o conceito de contato linguístico sob o referencial teórico apresentado e afirma que para Thomason (2001), o contato ocorre quando há o uso de mais de uma língua em um mesmo lugar e em um mesmo tempo. Ressaltamos que essa realidade ocorreu no período do Brasil colônia e imperial, no qual houve a fase do multilinguismo disposta ao longo desse trabalho (LUCCHESI, 2015; SILVA, 2004), pois, "o uso de mais de uma língua por pelo menos um determinado grupo de pessoas em um mesmo lugar e em um mesmo tempo pode ter impactos bastante significativos nas línguas em uso" (BORGES, 2009, p. 206)<sup>14</sup>

Este estudo ainda ressalta, através de Thomason (2001), que a mudança pode ocorrer sob dois processos: manutenção e substituição, que podem ser desencadeados e definidos por fatores sociais. Salienta a importância dos fatores sociais em relação a mudança linguística, pois

---

<sup>14</sup> Salienta que os estudos de Thomason (2001) ressalta haver muitas mudanças linguísticas induzidas por contato e também possuem motivações estruturais internas, podendo ser resultantes de múltiplos fatores.

tais fatores fomentam o processo de aquisição imperfeita - “refere-se à situação de contato linguístico em que os aprendizes adultos utilizam uma série de estratégias específicas de aquisição de segunda língua (L2)” (BORGES, 2019 apud THOMASON, 2001).

Borges (2019) aponta as discussões dadas no trabalho de Thomason, para esclarecer os casos controversos de contato, como a transferência de padrões estruturais e de morfemas que a autora admite ter subsídios em alguns procedimentos para atestar se de fato a mudança da língua analisada ocorreu devido ao contato. Ressalta diante disso que, “tanto as motivações externas quanto as internas devem ser consideradas em qualquer relato sistemático da história de uma língua” (BORGES, 2019).

Em relação aos estudos de Winford (2017), Borges esclarece que o input linguístico em configurações ecológicas de contato linguístico deve ser relevante para estabelecer a natureza e a extensão das mudanças na língua-alvo. Observa que a análise em questão é composta por três aspectos: o sociolinguístico, o linguístico e o psicolinguístico. O primeiro detém o seu olhar para a propagação da mudança. O segundo se preocupa com os aspectos estruturais das línguas em contato. O aspecto psicolinguístico direciona para a maneira como os *inputs* atuam e delineiam a mudança linguística em situações de contato entre línguas. Nesse sentido, o autor através dessa pesquisa e de outras<sup>15</sup> explana sobre o conceito de reestruturação, citando exemplos provenientes do inglês coloquial de Singapura.

O estudo apresentado por Borges (2019) nos situa diante das análises da hipótese do contato linguístico sob as duas possibilidades, através da análise de Thomason (2001), que pontua conceitos a respeito do estudo do contato linguístico, bem como aponta para a necessidade de uma metodologia específica que atenda a análise em questão. O segundo esclarece a perspectiva do contato através das configurações ecológicas. Tal explanação apresenta como contribuição para o estudo que pretendemos desenvolver neste trabalho.

Além do estudo mencionado acima, a ferramenta Harzing's filtrou dois trabalhos de Lucchesi: *A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas e Parâmetros sociolinguísticos do Português Brasileiro*. Nesse artigo, o autor discute as diferenças da implantação da língua portuguesa aqui no Brasil e em outros países também colonizados por Portugal. No Brasil, a colonização foi marcada por um extermínio da população indígena e pela chegada dos escravizados, estes “foram forçados a abandonar as suas línguas nativas e adotar o português como língua de comunicação.” (LUCCHESI, 2011, p. 46)

Esse cenário fomentou a diversidade da língua portuguesa aqui no Brasil face à língua

---

<sup>15</sup> Huang (1984); Sato & Kim (2012: 865)

em Portugal. Segundo Lucchesi (2011), o português brasileiro apresenta distinção do português europeu tanto no nível da fonética e da prosódia, quanto no nível gramatical. “Há uma dimensão crucial da expansão da língua portuguesa no mundo: o contato massivo com muitas dezenas de línguas dos milhões de falantes que em todos os continentes a assimilaram, em algum nível.” (LUCCHESI, 2011, p. 47). Julgamos que essa assimilação, resultante desse contato, subsidia a variação linguística no PB, quando se trata da regra de concordância verbal.

O autor supracitado refere-se à situação linguística das regiões das ilhas do arquipélago de Cabo Verde, ilhas de São Tomé e do Príncipe e Guiné-Bissau que se formaram em um contexto de plantação extensiva (*plantation*) para justificar que na região nordeste do Brasil ocorreu algo muito semelhante nos séculos XVII e XVIII.

[...] defenderemos neste artigo que não se pode pensar a formação histórica do português brasileiro, particularmente de suas variedades populares, sem ter em conta centralmente a aquisição imperfeita da língua portuguesa por parte de milhões de indígenas brasileiros e africanos escravizados e a nativização dessa variedade defectiva de segunda língua entre os descendentes desses segmentos, que vão constituir praticamente dois terços da população do Brasil. (LUCCHESI, 2011, p. 47)

Diante do exposto, notamos que para este estudo é fundamental considerar o processo de aquisição imperfeita, por parte dessa população no período colonial do Brasil. Para justificar essa variação, Lucchesi (2011) realiza uma descrição das principais diferenças morfossintáticas que separam hoje o português brasileiro do português europeu.

Desse modo, o autor defende que, para uma melhor compreensão da realidade linguística do PB, é necessário olhar para o processo histórico de formação da língua. Devemos nos ater que o Brasil foi o maior importador de africanos escravizados, além disso a política de colonização mantinha o país isolado (LUCCHESI, 2011). Tais fatos fizeram com que a língua gestasse nesse período uma variedade do português. Para esclarecer como se deu o contato entre línguas africanas, Lucchesi (2011) descreve as condições desumanas da política escravagista que ocorreu no período colonial. Diante desse contexto, foi adotada tanto a violência física quanto a simbólica e, diante disso, justificamos o fato de nenhuma variedade africana ter resistido face ao processo de escravidão (LUCCHESI, 2011).

O contato linguístico gera a transmissão linguística irregular, que segundo Lucchesi (2011) ocorreu do tipo leve, devido ao fato de ter havido neste período a concentração de um grande contingente linguisticamente heterogêneo sob o domínio de um grupo dominante numericamente muito inferior, além da segregação da comunidade que se formou em situação

de contato. Nesse artigo, Lucchesi (2011) explana de forma objetiva que a diversidade linguística do PB é um fato de evidências de contato com outras línguas e que tal fato permanece latente na realidade linguística do português brasileiro. Devido a isso, para analisar a língua em questão, faz-se necessário olhar para seu contexto histórico e reconhecer as diversas que participaram de sua formação.

No segundo trabalho (Parâmetros sociolinguísticos do Português Brasileiro), citado anteriormente, Lucchesi (2006) ressalta a questão da polarização sociolinguística resultante de um estigma social, perpetuado desde o período do Brasil colônia, ressaltando a participação dos povos escravizados nessa formação social. Justifica o autor que essa clivagem social interfere na clivagem linguística. Percebemos que os estudos de Lucchesi esclarecem a situação de contato dentro de uma particularidade: o constructo sócio-histórico do português brasileiro e, diante dessa análise, o autor alcança possibilidades de descrição dos fatores resultantes que levaram o PB a este estágio de variação.

Os outros estudos selecionados foram dois artigos de Marcos Bagno, intitulados: “Genocídio, migração forçada e contato na formação do português brasileiro” e “O impacto das línguas bantas no português brasileiro”. Nestes dois estudos, o autor apresenta o mesmo posicionamento em relação ao contato linguístico postulado por Lucchesi nos artigos anteriormente citados. No segundo, apresenta uma análise mais centrada nas línguas bantas, por isso nos concentramos mais no primeiro artigo selecionado. Para iniciar este estudo, o autor justifica que o Brasil é o segundo país com a maior população de origem africana do mundo e assume uma posição semelhante à de Lucchesi, expondo crítica em relação à configuração racista que ainda permanece latente no seio da sociedade brasileira.

Face a essa realidade, este estigma é resultante de um negacionismo por parte do colonizador sobreposta à cultura que foi tida por inferior. Tais atitudes alcançaram o âmbito linguístico desses povos que tiveram seus hábitos e costumes negados. Diante dessa conjuntura, Bagno (2014, p.6) reforça que é necessário reconhecer que “durante mais de três séculos, a população negra e mestiça representou a maioria dos habitantes do Brasil.”

Assim, para justificar este posicionamento, atrela ao fato de as variedades estigmatizadas pertencerem às camadas mais populares e o contato ter permitido acelerar os fatores inerentes à mudança linguística, além de permitir que aspectos próprios às línguas africanas atuassem como substrato na constituição do português brasileiro (BAGNO, 2014). O africano é responsável por muitas das características gramaticais específicas do português brasileiro. Tais características tornam o português brasileiro diferente não só do português europeu como também das demais línguas da família românica e até, em alguns casos, das

demais línguas da família indo-europeia. Infelizmente, o profundo racismo entranhado na pequena parcela dominante de nossa sociedade tem levado ao descaso, ao menosprezo ou ao total obscurecimento o profundo impacto que os africanos e seus descendentes tiveram sobre o português brasileiro (BAGNO, 2014, p.8)

Como notamos, Bagno reforça de maneira proeminente a participação das línguas africanas na formação linguística atual do PB e, assim, como Lucchesi (2011), aponta os estudos de Serafim da Silva Neto como os primeiros a notar tal importância. Desse modo, reforma que o contato é a força impulsionou a mudança linguística que ocorreu no português brasileiro através da transmissão linguística irregular. “Esse português, então, era reestruturado, regramaticalizado pelas gerações seguintes para que pudesse atender a todas as necessidades de interação verbal de seus falantes” (BAGNO, 2014, p.9). Com este estudo, Bagno reforça o que foi apontado nas pesquisas mencionadas acima. Esclarecendo mais uma vez a importância do contato entre línguas para a realidade linguística que temos hoje.

O trabalho seguinte é intitulado: PB do século XIX: “uma Brasil África linguística?” Escrito por Marilza de Oliveira (USP) e Hélcio Batista Pereira (Mestrando – USP) (2006). Os autores explanam sobre as semelhanças entre Brasil e Moçambique, tomando como pano de fundo o comércio entre Brasil e África Ocidental; analisam dados linguísticos do português como L2 em Moçambique, apontando os complementos verbais preposicionados no PB e um panorama da implementação do PE. Para realizar tal análise tomam como fundamento o contato entre línguas no período do Brasil colonial. Atemo-nos a seção 1 desse estudo: Quando Brasil e África se encontraram.

A partir dos estudos de Alencastro (2000), os autores do artigo em questão, apresentam a mesma visão das pesquisas mencionadas anteriormente quanto à importância do contato linguístico. Delineiam uma análise sócio-histórica através das relações comerciais para esclarecer as relações sobrepostas pelo tráfico negreiro. Com isso, percebemos que os estudos elencados nesta revisão mencionam o fato de o contato com os escravizados no Brasil colônia ter fomentado a variação linguística existente no PB. Ainda, assumimos a posição de Thomason (2001) citada nos estudos de Borges (2019), qual seja, a necessidade de adotar uma metodologia para a análise, pois diante do que foi discutido, as evidências do contato entre línguas são basilares diante da atual conjuntura do PB<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> A partir dessa análise, discutiremos o tráfico negreiro e a transplantação linguística, os processos econômicos do Brasil colonial e a interiorização do contato linguístico, bem como a atual configuração sociolinguística no PB.

Considerando esses estudos, propomos com esta pesquisa analisar a realidade sociolinguística de uma comunidade quilombola do estado de Sergipe que até então não havia sido objeto de análise sociolinguística sistemática. Na próxima seção, fazemos uma contextualização sócio-histórica acerca do contato linguístico em Sergipe.

#### 4.3 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O CONTATO LINGUÍSTICO EM SERGIPE: PRESSUPOSTOS GERAIS

Quais direcionamentos este estudo sócio-histórico nos oferta em relação à comunidade de fala de Sergipe? O processo de periodização dessa região se encontra em processos análogos com a proposta de periodização sociolinguística do Brasil? Quais fundamentações esta análise nos possibilita? Estas são algumas questões que nos fazem refletir sobre este tema.

Análises que compõem os estudos sobre o contato linguístico priorizam o contexto sócio-histórico da formação de determinada comunidade de fala analisada. Partem do pressuposto de que correlacionar o contexto linguístico com a historiografia da comunidade analisada é compreender quais são os condicionamentos sócio-históricos que nos sugerem evidências para a variação linguística do fenômeno estudado. Desse modo, analisar como se constitui a política de contato em Sergipe é olhar para sua história de formação enquanto estado.

Sabemos que no período do Brasil colonial as capitanias hereditárias foram implementadas pela política administrativa da Coroa Portuguesa. Nesse sistema, a política de colonização foi se intensificando em cada Capitania de acordo com as atividades econômicas desenvolvidas. Diante desse contexto, consideramos que o processo de colonização, bem como de política linguística ocorreu de maneira particularizada em cada Capitania e, dessa forma, prosseguiu em cada estado e em determinadas comunidades. Essa realidade é factível quando analisamos o processo sócio-histórico da Capitania de Sergipe d'El Rey.

A região do estado de Sergipe está localizada na região Nordeste do Brasil, entre os estados de Alagoas e Bahia. Em 1534, o Brasil foi dividido em Capitanias Hereditárias, uma política administrativa para o povoamento da região. Os limites territoriais de Sergipe pertenciam a Capitania da Baía de Todos os Santos, doado por D. João III a Francisco Pereira Coutinho. Sergipe se localizava entre duas capitanias importantes: a Capitania de Pernambuco e a Capitania da Baía de Todos os Santos. Nesse período, sempre alvo de muitos conflitos, primeiro pelo fato de ter a presença indígena que resistia às políticas de colonização. Segundo, porque esta região foi alvo de invasões francesas, uma grande ameaça ao domínio português.

Segundo Lucchesi (2015), em sua proposta de periodização, procede a primeira fase

sociolinguística do Brasil, na qual houve uma efervescência do Tupi pelo litoral e se encerra com a política de colonização portuguesa com as capitanias hereditárias. A segunda fase é marcada pelo povoamento da costa do Brasil pelos portugueses, mas a região que atualmente se configura Sergipe, não tem registros desse povoamento, já que pertencia a capitania da Bahia. Somente no período de 1572, os portugueses compreenderam a necessidade da colonização desse território. Posteriormente, sob o comando de Cristovão de Barros, a corte portuguesa desmembrou esta região, transformando-a em Capitania de Sergipe d'El Rey.

Em 1590, Sergipe foi incorporado ao império português. Surgiu a sede administrativa Arraial de São Cristovão e foram distribuídas a sesmarias entre soldados e o filho de Cristovão de Barros (ANTONIO, 2012). Nesse período, inicia-se o desenvolvimento das atividades econômicas na região, fato este, que nos interessa, pois, essa dinâmica de relações comerciais que intensificaram o povoamento dessa capitania. Devido à independência administrativa e adoção de atividades econômicas na região, é neste período que a segunda fase sociolinguística toma impulso nesta região, fase esta que, em outras regiões, deu início em 1532 (LUCCHESI, 2015). Desse modo, compreendemos que esse plurilinguismo que marca esta segunda fase, chega até a região de Sergipe gestado por uma política linguística de contato de quase meio século após.

Com a criação de gado e atividades agrícolas, que se mantiveram até a segunda metade do século XVIII, a Capitania fornecia animais aos engenhos que surgiram na região (SANTOS; OLIVA, 1998). De maneira tardia, foram implantados os engenhos de açúcar e a medida em que o produto estava sendo valorizado, os engenhos foram crescendo e se intensificando como a atividade econômica no Vale do Cotinguiba (Laranjeiras e entorno)<sup>17</sup>. O estímulo do mercado internacional, no século XVIII, fez com que a produção açucareira fosse estimulada, sendo que Sergipe possuía um total de 31 engenhos de cana-de-açúcar (MOTT, 2008). Diante dessa realidade, o contingente de escravizados cresceu devido à necessidade de mão-de-obra para desenvolver os trabalhos e neste momento. Similar a este evento, intensificou-se a oferta de diversas línguas que vinham junto a este número de trabalhadores. Nesse período histórico, há um destaque para “o quimbundo, de uso corrente entre a população escrava, a qual pode ter correspondido a mais de dois terços da população da sociedade açucareira” (LUCCHESI, 2015, p. 365)

Diante dessa configuração social que se instaurou em Sergipe d'El Rey, percebemos

---

<sup>17</sup> A comunidade quilombo da Mussuca, objeto deste estudo, localiza-se nesta região. Julgamos ser salutar esta informação, haja vista que a atividade agrícola da cana de açúcar ocasionava alta concentração de africanos escravizados.

através dos contatos entre povos uma dinâmica linguística diante de uma assincronia em relação às outras regiões. Assim, ressaltamos que as propostas de periodização sociolinguística do português brasileiro não ocorrem de forma homogênea, visto que cada região perpassou por minúcias históricas únicas que permitiram a clivagem linguística com características próprias. Com Sergipe não seria diferente.

O fato é que segundo Lucchesi (2015), nesse período de colonização, foi o momento em que percebemos a diferença mais marcante da clivagem do português no Brasil. E na região de Sergipe ocorreu de maneira tardia, somente após ser elevado à condição de Capitania e com a introdução das atividades econômicas. Com a população indígena cada vez mais reduzida, a crescente mão de obra escrava e a presença de colonos portugueses, esta região inicia o período que Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004, p. 14) definiu como “um multilinguismo generalizado a um multilinguismo localizado”.

De um lado, está a evolução da língua transplantada pelos colonos portugueses, que transmitiam para seus filhos e netos, configurando assim um processo de transmissão geracional regular. Porém, esse universo compreende apenas cerca de um terço da população do Brasil até meados do século XIX. Os demais dois terços da população do Brasil eram compostos por africanos e índios, obrigados a adquirir o português como língua de intercuro na sociedade colonial e do Império. (LUCCHESI, 2017, p. 358)

Tal situação ocorreu em Sergipe com a intensificação dos engenhos de cana-de-açúcar em 1785, produzindo ainda mais em 1840 e 1850 (MOTT, 1986). Com a produção da atividade açucareira no auge, ocorre a interiorização da atividade econômica, eclodindo o processo de povoamento no interior do estado. Nesse período, o Brasil passa por uma terceira fase sociolinguística. A população indígena reduzida pelo extermínio português e o processo de aculturação forçada fomentaram o processo de homogeneização linguística. Marcada pelo ciclo econômico do ouro, com a chegada da Corte portuguesa em 1808 e com a independência em 1822 (LUCCHESI, 2015, p. 366), a língua do colonizador se sobressai ante a diversidade existente na segunda fase.

A terceira fase é marcada pela hegemonia ideológica da colonização. Sergipe, mesmo em meio a conflitos e imposições da Bahia, em 1696, torna-se Comarca de Sergipe, promovendo uma autonomia judiciária. (SANTOS; OLIVA, 1998). A independência da Capitania de Sergipe D’El-Rey da Capitania da Bahia, veio por Carta-Régia de D. João VI, em 08 de julho de 1820. governo próprio e partidos políticos locais. A sociedade formada por proprietários de terras, homens livres, escravizados e indígenas; e a língua portuguesa caminhou

rumo à terceira fase, a qual descreve Lucchesi (2015) em sua proposta de periodização sociolinguística no Brasil. Em 17 de março de 1855, nasceu a nova capital, Aracaju, com a Proclamação da República, passou a ser Estado da Federação.

“E o progresso econômico ia alcançando todas as regiões, com as mazelas de uma sociedade profundamente desigual, promovendo, assim, o avanço da língua portuguesa” (LUCCHESI, 2015, p. 371). Como ocorreu com o processo de povoamento de Sergipe, de maneira tardia e desigual em relação ao restante do país, justifica o fato do fosso linguístico existente na comunidade de fala do português brasileiro e que ainda permanece profundo quando se trata de determinados fenômenos.

Essa diversidade linguística, Lucchesi (2015) define como uma polarização fomentada por uma constituição histórica da língua no período de consolidação da nação. Os caminhos que o português do Brasil percorreu tem sido algo incitado desde as políticas de colonização, por isso a necessidade de um estudo sócio-histórico para a compreensão linguística de determinada comunidade. Sendo a língua produto das relações sociais, não há possibilidade de não sofrer resquícios com o seu devir histórico e carregar em seu processo de formação características socioculturais de sua comunidade.

Diante da reflexão exposta acima, percebemos que ao propor um processo de periodização da região, baseado nos estudos de Lucchesi (2017), compreendemos que a polarização sociolinguística se configura na região como no restante do país, pois a diversidade linguística dessa comunidade de fala foi resultante dos processos socioeconômicos introduzidos pela política de colonização. Tal fato comprova que o processo de periodização de cada região é único, devido à realidade cultural e sociopolítica de cada região. Tais fundamentações direcionam ao caminho de análise do fenômeno que propõe este estudo, compreendendo que a diversidade linguística é fator interligado ao produto das relações que se instaura ao longo de um processo histórico.

## 5 A METODOLOGIA E OS INSTRUMENTOS DA PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA

Com base na abordagem da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972), buscamos apresentar, nesta seção, os procedimentos metodológicos adotados durante a fase de levantamento e análise dos dados desta pesquisa, a fim de compreender o uso variável da concordância verbal de número com sujeitos de primeira e terceira pessoa do plural a partir dos fatores internos e extralinguísticos que condicionam a regra.

### 5.1 A CONSTITUIÇÃO DE *CORPUS*

O *corpus* de fala dessa pesquisa é composto por dois tipos de entrevistas, sendo o primeiro de entrevistas sociolinguísticas<sup>18</sup> realizadas sob os moldes labovianos na comunidade Mussuca em Laranjeiras-Sergipe. Este material reúne doze entrevistas com participantes de algumas práticas culturais desenvolvidas na comunidade. Cada entrevista tem em média uma hora de conversa sobre diversos temas, dentre eles a história de formação da comunidade e como se desenvolvem as práticas culturais como o samba de parelha e o samba de coco.

A partir das entrevistas com os participantes da pesquisa sociolinguística, realizamos uma busca de entrevistas públicas, no site do You Tube. O intuito foi localizar entrevistas dadas pelos mesmos participantes das entrevistas sociolinguísticas. Foram encontradas onze entrevistas de curta duração (em média com dez minutos) com duas participantes que são representantes das práticas culturais desenvolvidas na comunidade. Essas entrevistas foram transcritas compondo *corpus* de análise e controlados em conjunto com os dados das entrevistas privadas.

Com isso, o *corpus* desta pesquisa é composto pelos dois tipos de entrevistas mencionadas acima, entrevista privada (entrevista sociolinguística) e entrevista pública (entrevistas transcritas do YouTube<sup>19</sup>). As entrevistas públicas foram transcritas considerando os aspectos linguísticos de CV que marcam as falas dos participantes, mesmo que não estivessem de acordo com a norma gramatical padrão, tal posição se justifica pela natureza deste estudo. Foi dada uma maior atenção à presença e ausência da marca de plural no sintagma verbal.

---

<sup>18</sup> Projeto de Pesquisa de Pós-Doutoramento da professora Silvana Farias de Araújo - UEFS. Intitulado: **Caracterização do português popular falado em comunidades rurais afro-brasileiras da Bahia e de Sergipe**: documentação de comunidades de práticas afro-brasileiras para o estudo de contatos linguísticos. PPGL – UFS - PDJ/CNPQ - Processo:154982/2018:0

<sup>19</sup> Aprovado pelo CEP-UEFS. Número do Parecer: 4.602.450. CAAE: 43225820.6.0000.0053

Inicialmente, como proposta de pesquisa havíamos traçado alguns questionamentos para este estudo, porém no decorrer da pesquisa, devido à pandemia, deparamo-nos com algumas dificuldades. Uma delas foi a composição da amostra de análise, obtivemos poucos dados das duas variáveis estudadas e, assim, ficamos impossibilitados de realizar novas entrevistas. Desse modo, por questões técnicas, esse estudo foi tomando novas direções.

Diante da nossa realidade, notamos que as pesquisas sociolinguísticas consolidadas na literatura partem de uma análise de dados num contexto de larga escala, com padrões de análises que atendem a tais propostas, seguindo uma modelagem comum para o tratamento e análise dos dados. Tais pesquisas também demonstram a real necessidade das especificações das comunidades analisadas, partindo de estudos da comunidade de fala e algumas consideram também a comunidade de prática, a fim de estreitar o olhar analítico às construções linguísticas de cada grupo e, conseqüentemente do participante que compõe este grupo, compreendendo assim que, a análise linguística não parte de um contexto homogêneo, mas sim da especificidade da composição social de cada grupo, o que resulta na adoção ou não de novos termos ou de fatores que implicam a mudança.

Tal reflexão nos permite considerar que assim como a análise linguística parte das especificidades de cada grupo, a modelagem de análise de dados também pode ser adotada nessa linha, pois diante dessa nova realidade, deparamo-nos com o desafio de aplicar a metodologia de análise de dados de larga escala em uma pesquisa com uma amostra com pequeno volume de dados. Assumir a padronização dessa análise nos levaria a homogeneizar os resultados frente às questões sociais que se mostram relevantes na pesquisa desenvolvida.

Desse modo, como aponta Freitag (2014) a fim de garantir a confiabilidade de intersubjetividade da análise, devemos ter cuidado em dimensionar a amostra garantindo uma descrição mais detalhada dos perfis dos participantes da pesquisa assim como suas redes de relações. Com isso, corroboramos com o que aponta Freitag (2012) que a opção metodológica por homogeneizar as amostras tem por implicação a restrição, ou ressalva, da generalização dos resultados.

Assim, como explana o estudo de Freitag (2014), ponderar sobre tais necessidades não significa desconsiderar os bancos de dados constituídos, mas de redirecionar a análise dessa pesquisa tendo em vista as peculiaridades da amostra do estudo em questão, pois temos dados de análise assimétricos que visam a procedimentos metodológicos voltados para a descrição dos perfis dos participantes da pesquisa tendo em vista a busca da descrição mais detalhada das informações, das redes de relações dos participantes da pesquisa, o que nos traz indícios para a identificação da direção do fenômeno estudado na comunidade em questão. Com isso, as

variáveis sociais para Freitag (2014) continuam a ser consideradas, tendo em vista sua relevância para a descrição social da análise linguística em questão. No entanto, para novas análises faz-se necessário permitir a construção do perfil social do participante, a fim de compreender com maior clareza as escolhas de usos linguísticos adotadas pelos participantes.

Como um dos intuitos da pesquisa sociolinguística é traçar generalizações sobre a variação e mudança da determinada comunidade analisada, a partir do fenômeno analisado, ressaltamos que devido à falta de simetria da amostra, este estudo promove indícios de alguns resultados que poderão posteriormente ser analisados com maior profundidade. Diante disso, para a análise dessa pesquisa, a nossa amostra permitiu a realização de um estudo sobre os dois perfis que se apresentam para o P4 a partir dos traços específicos apresentados pelos participantes da pesquisa sociolinguística e confirmar resultados de estudos anteriores traçados para P6.

Associado aos estudos de terceira onda, a metodologia desse trabalho incorpora a dinamicidade da composição dos dados, analisando como a aplicabilidade do fenômeno se molda no cotidiano, com os condicionamentos sociais impostos, com a posição social ocupada pelo participante da pesquisa e com as relações de poder que atuam nessa dinamicidade.

## 5.2 AS VARIÁVEIS SOCIOCULTURAIS

De acordo com os princípios da Teoria da Variação, variáveis socioculturais constituem um importante aparato para a análise dos fenômenos linguísticos. Quando se trata do fenômeno de concordância verbal, essas variáveis são de grande valia para o desenvolvimento de um estudo fidedigno à comunidade estudada, pois a variação da concordância verbal no português brasileiro está calcada nos preceitos sociais resultantes da formação sócio-histórica do Brasil. Este estudo considera fatores de ordem social: sexo, faixa etária e nível de escolaridade e os perfis sociais dos participantes da pesquisa<sup>20</sup>, pois consideramos estas variáveis como forças externas que influenciam os usos linguísticos.

Somamos a esta realidade, a necessidade do olhar mais atento à composição desse participante da pesquisa. Nesse sentido, os estudos realizados até o momento nos trazem resultados de grande relevância para os estudos sociolinguísticos do português brasileiro, mas ainda assim é necessário realizar análises que denotem o significado social da língua a fim de compreender as identidades que estão sendo construídas nesta comunidade de fala em questão,

---

<sup>20</sup> Estes perfis sociais foram escritos com base na entrevista sociolinguística. Referem-se ao cotidiano e atividades sociais desenvolvidas pelos participantes da pesquisa, bem como sua trajetória profissional, entrada e saída da comunidade e participação em grupos de práticas culturais locais.

bem como as escolhas de seus usos linguísticos.

Somamos a essa realidade, a necessidade do olhar mais atento ao participante que compõe o *corpus* dessa pesquisa. Nesse sentido, os estudos realizados até o momento nos trazem resultados de grande relevância para os estudos sociolinguísticos do PB, soma-se a investigação em larga escala e a fotografia dessa comunidade o fato de se ter acesso à sócio-história da comunidade.

Com base na discussão postulada neste trabalho sobre a constituição da *persona* e em relação aos estudos anteriores, elencamos as variáveis sociais com a seguinte ordem: faixa etária, sexo, escolaridade e perfis dos participantes e a localização da comunidade:

Quadro 3 – Variáveis extralinguísticas dos participantes da pesquisa

<b>VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS</b>			
<b>PARTICIPANTE</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>
Participante 1	Feminino	72 anos	sem escolarização
Participante 2	Masculino	52 anos	Ensino Médio completo
Participante 3	Feminino	22 anos	3º Ensino Médio – cursando
Participante 4	Feminino	79 anos	Ensino Fundamental I
Participante 5	Masculino	25 anos	9º ano Ensino Fundamental II
Participante 6	Masculino	82 anos	sem escolarização
Participante 7	Feminino	62 anos	sem escolarização
Participante 8	Feminino	51 anos	1ª Ensino Fundamental I
Participante 9	Feminino	33 anos	6ª Ensino Fundamental II
Participante 10	Feminino	50 anos	7ª Ensino Fundamental II
Participante 11	Feminino	50 anos	3ª Ensino Fundamental I
Participante 12	Masculino	79 anos	sem escolarização
Participante 13	Masculino	49 anos	Ensino Médio completo

Elaborado pela autora

Com base na estratificação do quadro 1, fomos discorrendo sobre as variáveis socioculturais bem como a configuração dos perfis das *personae* que constituem a amostra analisada.

### 5.2.1 Faixa etária

Segundo Araújo (2014, p. 272), a faixa etária “É uma variável de presença obrigatória nos estudos variacionistas labovianos, porque permite que se façam projeções históricas acerca do fenômeno variável, tornando possível investigar o binômio variação-mudança.” Desse modo, a faixa etária nos permite traçar hipóteses sobre a formação sócio-histórica da comunidade que está sendo estudada, assim como lançar mão de questionamentos sobre a implementação do fenômeno, compreendendo a sua realidade linguística na comunidade analisada.

Ao realizarmos a análise sociolinguística em tempo aparente, esta variável nos direciona sobre o estágio do fenômeno estudado na comunidade, pois a partir dos índices de aplicabilidade, podemos averiguar se a realidade do fenômeno apresenta uma variação estável ou em curso. Sobre esse aspecto, vale ressaltar que tanto em estudos com a norma popular urbana, quanto em estudos com a norma popular rural, os jovens têm apresentado uma frequência relevante na aplicabilidade da regra padrão. Para Silva (2005), em relação às comunidades rurais, tal resultado se justifica devido ao fato de os jovens participarem de outros grupos sociais mais abertos, além do fato de saírem com frequência da comunidade e manterem um relacionamento em seu ambiente de trabalho. Essa realidade também se configura nos estudos de Oliveira (2005) que associa também a essa variável o fator escolaridade.

Tais prerrogativas são confirmadas em outros estudos (GUY, 1981; SOUZA, 1981; ANJOS, 1999; MONGUILHOTT, 2002). Diante do que postulam esses estudos, para esta pesquisa nos indagamos se os jovens da comunidade rural afro-brasileira Mussuca caminham na mesma direção dos outros estudos. Investigar essa questão direciona a nossa análise para a construção dos perfis que compõe tais jovens, observando se este grupo de jovens possuem saída da comunidade para outras relações sociais ou profissionais ou se esta faixa etária de jovens rompe com esta tendência mantendo um grupo restrito na comunidade. Partimos do que postula Rodrigues (1992), de que as pressões sociais da cidade grande tendem a levar o falante a aproximar a língua à forma de prestígio.

Tal análise nos direcionou para um resultado em contraposição aos estudos realizados sobre CV principalmente quando se trata de jovens em comunidades rurais, pois os participantes desta pesquisa possuem fácil acesso ao processo de escolarização, que, segundo Anjos (1999), é uma ferramenta que intensifica a normatização da regra no PB, mas também reconhecemos que os processos de escolarização em comunidades rurais ocorrem de maneira diferenciada, como reflete Lucchesi (2012). Com isso, reforçamos a necessidade de análise dos perfis dos

participantes, para compreendermos a realidade da concordância verbal empregada neste determinado grupo.

Tomando por base os estudos de Silva (2005), pelo fato de ter trabalhado com comunidades rurais, estratificamos nossa amostra em:

Faixa etária I – 20 a 40 anos

Faixa etária II – 41 a 60 anos

Faixa etária III – mais de 61 anos

A faixa etária também nos permite analisar o nível de escolaridade, pois sabemos que devido ao contexto de formação sócio-histórico do Brasil, nem todas as regiões possuíram acesso à escolarização no mesmo período, transformando esse processo, nas comunidades rurais, como um processo tardio e desigual. Sendo assim, podemos inferir, que nas comunidades rurais, quanto mais jovem, mais possibilidade de acesso à escolarização. Mesmo esta regra não sendo uma regra categórica, visto que cada comunidade possui suas particularidades (ARAÚJO, 2014) devemos levar em consideração este contexto para a análise dos dados.

#### 5.2.1.1 Os jovens da comunidade Mussuca

O grupo de jovens que constitui a amostra desse estudo está entre as idades de 22 e 33 anos. Compreende duas mulheres e um homem. Seguimos o mesmo quadro de estratificação apresentado acima e ressaltamos que as variáveis escolaridade e gênero denotam influência na construção desses perfis. Foi levado em consideração a rede de relações tanto sociais quanto profissionais, bem como entrada e saída da comunidade, assim, compreendemos que a posição linguística assumida pelo falante também depende da especificidade do indivíduo, pois devemos levar em consideração as características do comportamento distinto de cada falante.

Participante 3 – 22 anos

Cursando a terceira série do ensino médio na Educação de Jovens e Adultos - EJA, em Laranjeiras. A participante durante a entrevista conta história da sua vida, mencionou não participa das práticas culturais desenvolvidas na comunidade. Ao ser questionada se já saiu da comunidade menciona que não, salientando que foi somente até a capital Aracaju com seus amigos e que nesta oportunidade frequentou bares e lojas.

(01)

Documentador: você já viajou?

Participante: não ((RISOS))

Documentador: só por aqui mesmo?

Participante: é

Documentador: o mais- o mais longe que você foi onde?

Participante: é, não de sair assim eu saio pela aqui mesmo é Aracaju é, Aracaju

Documentador: só Aracaju?

Participante: é que eu num saio assim pra

Documentador: e lá em Aracaju cê já passou?

Participante: já, é um centro assim que vende muitas coisas

Documentador: ah de loja?

Participante: é

Documentador: hum cê gosta lá de Aracaju?

Participante: gosto, né? quando a gente tem dinheiro pra comprar pra tomar uma cervejinha que tem bares também sabe? tem um mercado lá que vende muitas coisa

Em relação às redes midiáticas, ressalta assistir somente novelas e em relação aos meios virtuais utiliza as redes sociais. Revela aspectos de sua escolaridade e dos jovens da comunidade, afirmando que muitos jovens da comunidade têm parado de estudar, enquanto os mais idosos têm frequentado mais o ambiente escolar. Alguns desses jovens, segundo a participante, vive em bares e festas. Em relação aos que trabalham, ela menciona que a maioria trabalha catando mariscos, pois outros tipos de trabalho têm se tornado difícil na comunidade, como podemos observar no excerto abaixo:

(02)

Documentador: e venha cá os jovens daqui todos estudam assim já tão no ensino médio como você?

Participante: assim todos não, né? porque muita gente desistiram muitos novo que cê procurar, aí parou tudo os estudo tipo na quinta série sexta série

Documentador: é?

Participante: é nem todos, né? alguns terminaram outros tá ainda, aí como eu e tem outros que desistiram

Documentador: (uma pena, né?)

Participante: é assim até esse ano melhorou mais porque muita gente até assim tipo, já idosos tá indo estudar pra poder terminar os estudo na onde eu estudo lá vai muito assim (gente)

Documentador: uh, e trabalho aqui os jovens tem conseguido trabalhos em quê?

Participante: rapaz trabalho trabalho assim antigamente tinha era mais fácil, né arranjar um trabalho tipo o quê? doméstica essas coisas e hoje não hoje tá difícil, hoje mais é mar- é maré mesmo

As atividades interativas desenvolvidas por esta jovem se configuram em ir com frequência em festas no entorno da comunidade:

(03)

Documentador: e final de semana assim vocês se reúnem?

Participante: é a gente sai pra beber em um bar bebe, aí lá em baixo onde tiver bar a gente tá tendo- indo aqui, bebe aqui, aqui ((RISOS))

Documentador: onde tiver bar vocês tão?

Participante: a gente tá indo tiver som

[...] Documentador: e tu começou a beber com quantos anos mais ou menos?

Participante: rapaz com uns dezesseis anos

Em relação à escola, menciona o processo de evasão escolar um problema muito frequente na Educação de Jovens e Adultos – EJA:

(04)

Documentador: e a tua escola os professores são bons?

Participante: são, né? porque assim tem três turma manhã tarde e noite não são todos os professores mesmo, sabe? cada turma muda alguns, mas sempre de a noite você mal estuda assim estuda sabe? mas só que às vezes os aluno que não querem, né? alguns sai fica só uma duas, três pessoa só dentro da sala com o professor é hoje.

Em relação à formação sócio-histórica da comunidade, a participante desconhece, menciona que já ouviu os mais velhos falarem sobre algo, mas salienta não ter domínio sobre esse assunto. Ressalta-se que na escola não é abordado tal conteúdo. A participante não trabalha, ajuda em casa com as tarefas domésticas.

Participante 9 – 33 anos

Esta participante estudou até a sexta série do Ensino Fundamental II. Denota que parou de estudar faz um tempo e que nunca saiu da comunidade:

(05)

Documentador: você estudou até a sexta série

Participante: a sexta série

Documentador: e já tem muito tempo que cê parou?

Participante: de como repare uma ruma

Documentador: quantos ano?

Participante: só minha filha que vai fazer onze ano ((RISOS)) hãhã?

[...]

Documentador: aí depois que você sai da escola com seis anos, depois da sexta série, cê vai fazer o quê? cê lembra disso?

Participante: nada, fiquei aí, no no mundão, aí perdida ((RISOS)) ((RISOS)) ((PALMADA))

Intruso: aqui mermo ((RISOS))

Documentador: aqui dentro de Mussuca mermo? mas aqui dentro, cê nunca saiu daqui?

Participante: não

Assim como a participante 3, percebemos que esta jovem também apresenta uma rede de relações restrita em face a outros grupos, a exemplo do grupo de idosos da faixa etária III, que saem com maior frequência da comunidade para o desenvolvimento das práticas culturais, mesmo permanecendo pouco tempo nessas viagens. Quanto à rotina social, segue o mesmo padrão apontado pela participante 3:

(06)

Documentador: a tur- a turma da sua geração num vai pra maré não? nunca foi?

Participante: ia

Documentador: mas cê saia de vez em quando?

Participante: é de vez em quando, eu, né ((RISOS))

Documentador: mai você ia quando tava assim, quando al- quando alguém lhe chamava?

Participante: é quando alguém chamava, né vamo vamo

Documentador: (o ôto amiguinho alí) vamo tomar cachaça

Participante: vamo, vamo pra maré, aí vamo

A participante revela que já trabalhou em uma lanchonete em Aracaju por pouco tempo, após este emprego não tem saído da comunidade e hoje trabalha vendendo macaxeira, visitando as casas e oferecendo o produto. Quanto à formação sócio-histórica da comunidade ressalta que foi trabalhado na escola, mas que não se lembra a respeito. Além disso, não participa das práticas culturais desenvolvidas na comunidade.

Participante 5 – 25 anos

Estudou até o oitavo ano do ensino Fundamental II. Os últimos anos foram cursados na Educação de Jovens e Adultos – EJA e há 7 anos não frequenta mais a escola. Este participante segue a mesma linha de atividades sociais das duas outras participantes acima. Frequenta o mangue, mas não como atividade profissional, mas para se reunir com amigos da comunidade e para beber. Como atividade econômica, vende produtos da agricultura familiar. Não sai da comunidade com frequência.

(07)

Documentador: aí, cê faz isso pelo menos umas- umas duas vezes por semana?

Participante: o quê?

Documentador: mangue

Participante: mangue? (hes) é (hes) duas, três

Documentador: maré?

Participante: às vezes, a gente vai mesmo só pra se divertir leva cachaça nós (deu) um tempo que nós levou a galera todinha.

O estudo dos perfis dos participantes da pesquisa, em relação à faixa etária, não poderia nos levar a uma generalização das *persona* que compõe este grupo. Mas nos revela a direção do grupo, não corroborando com o que afirma Silva (2005), quando analisa as comunidades rurais no interior da Bahia.

Como já exposto nesta dissertação, Silva (2005) postula que os jovens por apresentarem um grupo de relações mais abertas, por frequentarem a escola e na possibilidade de sair da comunidade para estudar, tendem a apresentar uma maior frequência de aplicabilidade da regra padrão. Tal prerrogativa é confirmada nos estudos realizados não somente em comunidades rurais, mas também com a norma popular urbana, atrelando à faixa etária um maior índice de marcação devido a escolarização.

Notamos, a partir da entrevista sociolinguística, que a faixa etária I da Mussuca possui um grupo de relações restritas com jovens da comunidade. Estes jovens não saem com frequência da comunidade, nem por questões acadêmicas, escolares ou profissionais. Não

participam das práticas culturais da comunidade e denotam ter pouco conhecimento no que tange à configuração sócio-histórica da comunidade, o que sugere não terem interesse por esse assunto.

No contexto do decorrer da entrevista sociolinguística, notamos que também se difere das outras faixas etárias. Os participantes falam sobre sua infância e os relacionamentos com a comunidade através de encontros com os amigos no mangue ou nos bares da comunidade. Enquanto os mais velhos falam das suas experiências profissionais, histórias sobre a comunidade e a importância das práticas culturais para a preservação da memória e cultura da comunidade.

A partir da análise desses perfis, nos indagamos saber, a partir do contexto sócio identitário dos perfis desses jovens, se eles tendem a caminhar em direção contrária ao que postulam os estudos sobre concordância verbal no português brasileiro, mas ressaltamos que, devido à disposição assimétrica da amostra, não faremos generalizações, mas explicitaremos a necessidade de retornar à comunidade para um estudo mais aprofundado para compreender o parâmetro de aplicabilidade da regra nesta faixa etária.

Questionamos também se tais jovens aplicam menos a regra padrão pelo fato de terem perpassado mais tempo no sistema de escolarização. Para isso, valemos da terceira onda da Sociolinguística para explicar o significado social, através da análise do perfil social de cada participante, associando a construção desse perfil à frequência de aplicabilidade da regra padrão para esta faixa etária.

### **5.2.2 Sexo**

A variável sexo tem apontado, desde os estudos de Labov (1975), evidências sobre como as relações sociais estabelecidas entre os sexos fomentam a normatização da regra. Em relação ao fenômeno de concordância verbal, Guy (1981), em seu estudo com cariocas, estudantes do Mobral, ressalta que as mulheres tendem a seguir a regra padrão por pressões sociais, corroborando com o que postula Labov (1975, 1981) em sua pesquisa em Martha's Vineyard. Segundo Oliveira (2005), pelo fato de as mulheres assumirem papéis sociais relevantes em seu grupo de análise, elas também apresentaram uma maior aplicabilidade da regra padrão.

Entretanto esse resultado não se configura de forma homogênea nos estudos de concordância verbal no PB. Anjos (1999) aponta em seus estudos que os homens apresentam uma maior aplicabilidade da regra padrão. Monguilhott (2002), ao apresentar o cruzamento entre sexo e escolaridade, identificou que os homens com quatro anos de escolarização

apresentam um maior percentual de uso da regra padrão. Rodrigues (1987) corrobora com tais resultados e salienta que os homens são mais propensos a adquirir marcas do falar urbano.

Chama atenção o fato de esta variável revelar que a rede de relações do participante fomenta os índices de aplicabilidade da regra padrão e, igualmente, chama atenção a maior predominância da regra padrão entre os homens nas comunidades de fala do português popular brasileiro. Neste estudo, contudo, partimos da hipótese de que as mulheres da comunidade rural afro-brasileira Mussuca, por participarem do grupo de práticas culturais locais, o que lhes proporcionam mais viagens, tenderiam a aplicar mais a regra de concordância verbal padrão.

Diante disso, surge a necessidade de conhecer os papéis sociais estratificados por sexo dos participantes da pesquisa, que são apresentados no Quadro 4:

Quadro 4 – Papéis sociais desempenhados na comunidade Mussuca em Laranjeiras – SE, estratificados por sexo

Papéis sociais desempenhados na comunidade Mussuca Laranjeiras – SE	
Mulheres	Homens
<p>Algumas mulheres não saem para trabalhar na cidade. Parte são marisqueiras e outras vendem produtos da agricultura familiar, produzida na comunidade, com isso contribuem com as questões financeiras em casa, a partir dessa atividade.</p> <p>As saídas da comunidade para a cidade de Laranjeiras-SE ocorrem de forma esporádica, ora para vender mariscos na feira, ora para realizar algumas compras.</p> <p>Temos duas participantes que trabalharam como domésticas em casas de familiares em Laranjeiras, mas que segundo elas retornavam para a comunidade após o trabalho.</p> <p>Parte dessas mulheres tem representação ativa na prática cultural da comunidade</p>	<p>Parte desse grupo trabalha ou na pedreira ou na salina e um participante vende produto da agricultura familiar. Outra parte também cata marisco, com exceção de dois participantes que trabalharam em empresas na região. Um deles teve oportunidade de estudar dentro do seu local de trabalho, por isso possui Ensino Médio completo.</p> <p>Não participam das práticas culturais como samba de parêla ou samba de coco.</p> <p>O mais jovem possui um grupo restrito com outros jovens da comunidade. Como atividade econômica realiza algumas plantações ou criação de alguns animais.</p> <p>Aos finais de semana, sai para beber na maré (como faz referência) com pessoas da comunidade.</p>

<p>conhecida como samba de coco e samba de parêlha. Este grupo de mulheres já viajou para outros estrados, mas permaneceu por pouco tempo nestes locais. Após as apresentações, retornavam à comunidade.</p> <p>A líder do grupo de práticas culturais é uma mulher que é tida por todos na comunidade como a mestra do samba de parêlha.</p>	
---	--

Elaborado pela autora

Ao explanar sobre os papéis sociais desempenhados por mulheres e homens na comunidade estudada, compreendemos também alguns pressupostos pautados pela sociologia e antropologia, linhas teóricas que compreendem que tais papéis também podem ser mediados pela linguagem em consonância a construção identitária desses grupos, pois desse contexto parte as convenções e os valores associados à língua.

Desse modo, a análise do sexo como variável social é um caminho para a investigação das questões necessárias para uma análise pautada na terceira onda, pois nos interessa saber como se comportam estes dois grupos a fim de compreender as representações sociais da linguagem utilizada por cada grupo.

Sobre essa correlação, Araújo (2014) traça hipóteses nesse sentido:

A hipótese aventada nesta tese foi a de as mulheres com pouca ou nenhuma escolarização exibiriam maiores chances de externar a variante zero em sua fala, pelo fato de, nas comunidades mais carentes, terem menos oportunidades de adquirir o padrão culto. Já os homens, por interagirem com pessoas de diversos níveis socioculturais e por terem pretensões e pressões profissionais que os levam a “querer parecer de origem não rural”, devem usá-la com menor frequência. (ARAÚJO, 2014, p. 225)

As hipóteses aventadas por Araújo (2014) partem desse papel social desenvolvido por homens e mulheres. Na linha de raciocínio da autora, em comunidades mais carentes, as mulheres dificilmente desenvolvem outros papéis sociais e tendem a estar mais restritas desempenhando funções domésticas. Os resultados da pesquisa realizada por Rodrigues (1987) corroboram com essa afirmação e justifica o resultado da aplicabilidade da regra padrão ser menor entre as mulheres pela diferença do papel social do homem e da mulher nas comunidades

populares dos grandes centros urbanos.

Com isso, ressaltamos o valor do papel social na variação do fenômeno no que concerne à variável sexo e esclarecemos que, a partir da análise da terceira onda, estreitamos tais correlações, a fim de descrever a realidade do fenômeno com base nessas construções sociais.

### 5.2.3 Escolaridade

Essa variável denota grande relevância para os estudos de análise da concordância verbal no português brasileiro, pois pesquisas apontam que o processo de escolarização fomenta a normatização da regra (SILVA, 2005; LUCCHESI, 2012; ARAÚJO, 2014, entre outros).

Como aponta Lucchesi (2012), os processos de escolarização não ocorreram de forma homogênea em todo país. Este fato deve-se também aos processos de industrialização e urbanização das grandes cidades. Outro fato importante, que devemos validar é que, por meio do nível de escolaridade dos participantes da pesquisa sociolinguística, configuram-se as normas linguísticas do PB, mencionadas nesse texto.

Esta variável também fomenta uma polarização sociolinguística (LUCCHESI, 2015), pois, de um lado, estão os usuários da norma sociolinguística mais afetada pelo contato entre línguas na sócio-história do PB e, de outro, os da norma cujos falantes foram apenas indiretamente afetados por esse aspecto.

Para Lucchesi (2015, p. 252), quando se trata da variável escolaridade, devemos observar que as comunidades rurais brasileiras sofreram um processo anacrônico quando a adoção de instituições escolares locais. Para o autor, vide quadro 5 devido a esse contexto histórico, essas comunidades tendem a apresentar uma frequência de aplicabilidade da regra padrão mais baixa do que em outras regiões que tiveram fácil acesso à escolarização:

Quando 5 - Frequência de aplicação da regra de concordância verbal nas normas sociolinguísticas urbanas brasileiras

<b>Norma sociolinguística</b>	<b>Frequência de aplicação da regra</b>
Norma urbana culta (Falantes com nível superior)	95%
Norma urbana média (Falantes com 5 a 11 anos de escolaridade)	80%
Norma urbana média baixa (Falantes com 1 a 4 anos de escolaridade)	65%
Norma popular urbana (analfabetos)	50%

Norma popular rural <sup>21</sup>	24%
-----------------------------------	-----

Frequência de aplicação da regra de concordância verbal nas normas sociolinguísticas urbanas brasileiras (LUCCHESI, 2015, p.252). Percentuais arredondados para este efeito.

A partir da análise da tabela acima, observamos que a variável escolaridade é de suma importância para aplicabilidade da regra padrão. Tal variável nos indica o quanto a escola institui um sistema de normatização da regra, fomentando a padronização linguística. Assim, os participantes passam a utilizar a língua de forma mais monitorada. Utilizamos o termo fala monitorada para aqueles falantes que, com mais tempo de escolarização, tendem aplicar a regra gramatical mais próxima do uso das variantes cultas. Com isso, partimos da hipótese de que os participantes mais escolarizados tendem a exibirem mais marcas de número nas formas verbais, pelo fato de possuírem uma percepção maior face ao estigma associado à ausência dessas marcas.

#### **5.2.4 Os perfis que compõem a amostra**

Neste texto, buscamos construir a representação do perfil de cada participante que compõe a amostra, para que, por meio da sua conjuntura de representação social dentro da comunidade, possamos analisar os resultados encontrados.

##### **Participante 1**

Esta participante relatou em suas entrevistas a história do surgimento da comunidade e a importância de figuras que participaram do processo de formação da comunidade. Falou a respeito de sua infância e das práticas culturais que são presentes na comunidade, assim como pessoas que participam de tais práticas.

Na comunidade, esta participante é considerada a representante da prática cultural do samba de parêlha local. Nas entrevistas, as pessoas da comunidade mencionaram a sua relevância para a preservação da prática cultural desenvolvida. O samba de parêlha é mencionado como o folclore, como a cultura da comunidade e os participantes da pesquisa reforçam essas falas nas entrevistas realizadas.

---

<sup>21</sup> O percentual da norma popular rural descrito nesta tabela foi extraído do quantitativo obtidos nos estudos apresentados nesse trabalho. Realizamos o cálculo do percentual geral de acordo com o resultado da aplicação da regra padrão de CV de cada participante em relação a norma popular rural do quadro apresentado. Salientamos que o percentual da norma popular rural do Quadro 5 se refere às regiões Centro-Oeste e Nordeste.

(08)

Ela é analfabeta de leitura. Mas dá de dez a zero no em quem sabe ler. Na cultura que ela faz.

Participante 1- Entrevista do You Tube – Masculino - <https://youtu.be/eG-X3Cx77iw>

Notamos que esta participante ocupa o lugar de líder para o coletivo da comunidade. É mulher, negra e líder da comunidade através dessa prática:

(09)

A continuidade da vida dela é esse folclore dela. A cultura dela que tá na cabeça dela. E a minha é essa mermo. Ela não vai deixar a cultura, né? Como diz a história, queira ou que num queira, é a mestra da cultura, né? Como é nos três grupos folclóricos aqui da redondeza e alguém talvez uma subrinha ou neta ou que fosse substitua pra cultura num morrer, né?

O pai dela num morreu e num deixou pra ela a herança? É uma coisa que num pode morrer, é uma cultura que num pode morrer. Tem que ser de raízes passadas, de raízes antepassadas pa hoje a presente, né? E quando ela fechá os zói daqui a trinta ou quarenta ano, ninguém sabe, alguém tem que continuar, né?

(Participante 2 - Entrevista do You Tube – Masculino - <https://youtu.be/eG-X3Cx77iw>)

Essa visão do coletivo da comunidade para com esta participante, também é marcada pelo sentimento de pertença dessa participante, pois reafirmou em sua entrevista o prazer de representar a cultura local e de morar no povoado Mussuca:

(10)

A Mussuca é um quilombo, a Mussuca é um quilombo, eu nasci e me criei aqui. Ô cadê o samba óiêle ali, ô cadê o samba óiêle ali. Na Mussuca eu nasci, na Mussuca eu me criei. Com o samba de parea, na Mussuca Morrerei. ô cadê o samba óiêle aqui, ô cadê o samba óiêle ali.

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

Reforçou a história de que a Mussuca é um quilombo, contou as histórias que foram perpassadas de forma oral por seus antepassados e reconheceu a força e a persistência do trabalho do povo negro na formação dessa comunidade em questão. E é através da comunicação que impõe o seu lugar de fala:

(11)

Documentador: e a mestra F... a mestre faz ensaio?

Participante: é... eu dou o faço a comunicação, né? quando a gente vai sair, aí eu falo pra cada uma pra ( ) direito pra responder os o... a... a... a... a (musga) certa pra não errar as pisada pra num ir com cara feia se tiver com má vontade não vá, né?

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

Quanto aos meios midiáticos mencionou assistir novelas, jornais, além de ouvir a rádio local. Tem um filho pastor, mas é católica e frequenta festas religiosas da região. Mencionou que a comunidade além de igrejas evangélicas e católica, tem religião de matriz africana que eles denominam de Xangô.

Em relação às atividades econômicas desenvolvidas, a participante cata mariscos no mangue e viaja esporadicamente para outros estados para apresentar o samba de parrelha.

Permaneceu pouco tempo fora da comunidade. Seu pai trabalhava na salina e sua mãe era marisqueira. A participante cresceu nesse entremeio da representação da prática e menciona que desde sua infância seu pai era o representante do samba.

Estas falas nos fornecem indícios para compreender as redes de relações de cada participante. Percebemos que esta participante possui um lugar de destaque dentro da comunidade, com as mulheres do grupo de samba de parelha e com aqueles mais envolvidos com a prática. Assume no grupo a posição de celebridade (MARSHALL, 2009) se reconhecendo como representante do samba de parelha. Assumindo uma representação pública de si mesma articulada a construção de sua identidade com ampla visibilidade dentro da comunidade.

A participante não frequentou a escola, mas trabalhou como auxiliar de serviços gerais no prédio escola e catando mariscos. Como mestre do samba dá várias entrevistas para falar da história da comunidade e sobre o samba e é convidada pela escola local para proferir palestras sobre o surgimento da comunidade, assumindo sua posição de celebridade da prática representada.

## Participante 2

Este participante nasceu em um povoado próximo à comunidade Mussuca. Com uma família de oito irmãos, mãe marisqueira e o pai agricultor. Este senhor de 52 anos, não participa das práticas culturais da comunidade atualmente, mas, já participou da prática de São Gonçalo como chefe de Xerequexe e ressaltou a importância de tais práticas para a preservação cultural local.

Em sua entrevista, relatou sobre aspectos da sua vida com seus familiares e da comunidade na sua época de infância. Falou a respeito da quantidade de casas que eram poucas – de taipa e chão de barro – e as relações que se estabeleciam com os poucos que moravam por ali.

Na sua vida adulta, trabalhou na pedreira. Casou-se com a filha do vereador local, tal menção se torna importante, pois o seu sogro exerce um papel social na comunidade e, a partir dessa relação, este participante passou a trabalhar em outros locais socialmente mais valorizados, como guarda municipal em Laranjeiras-SE, posteriormente, representante de sindicato e, por fim, numa empresa da região na qual se aposentou. Saía sempre da comunidade para trabalhar, mas sempre retornava para casa. No período da entrevista, as saídas da comunidade eram eventuais ligadas à necessidade de compras na cidade de laranjeira e por questões de saúde.

Juntamente com sua esposa tem um restaurante na comunidade e três filhas, uma assistente social, casada com o filho de uma vereadora de Laranjeiras–SE. Outra filha é professora e a mais jovem estudando medicina.

Percebemos que este participante em sua rede de relações foi participando de determinadas relações que detinham uma determinada representação social na comunidade. Percebemos que este é o único que possui filhos com nível superior, o que também amplia seu contato com pessoas com nível de escolaridade próximo à norma padrão.

### Participante 3

O perfil da participante 3 já foi descrito na seção 4.3.1.1 desse texto, pois esta participante faz parte do grupo de jovens que compõe esta amostra.

### Participante 4

Esta participante possui um perfil similar ao da participante 1. Mulher, 79 anos, representante da prática samba de coco na comunidade. É procurada por todos quando se trata do assunto que segundo ela é chamado de *folgado junino*. Em sua entrevista, ressaltou a importância das práticas culturais desenvolvidas pela comunidade e contou a história do surgimento e preservação de tais práticas:

(12)

Desde os nove ano de idade, que eu já cantava no coro lá em cima... as novena de coração de Jesus novena de Santo Antônio novena de senhor São João.

(Participante 4 – Feminino, 79 anos, Fundamental I)

(13)

Então o o a o samba de coco o samba de parea, o samba de roda, samba de coxa essas coisa era tudo só folgado juninos só pra época de São João quando dizia assim hoje é primeiro de São João, aí começava esse negócio

(Participante 4 – Feminino, 79 anos, Fundamental I)

Embora não tenha nascido na comunidade, mas sim em um povoado vizinho, chamado Várzea, a participante mencionou morar na comunidade Mussuca por trinta e seis anos e, por isso, conhece as práticas desenvolvidas pela comunidade.

(14)

Todo ano era de sambar, a gente a- começava quando amanhecia o dia tava as mulher com as barra do vestido embaixo com a- a- manchado do- do da poeira do que era tijolo era tijolo tijolino e os homem também com as pernas de calça pronto, aí amanhecia o dia pegava o sol assim olhe tudo cantando sambando

(Participante 4 – Feminino, 79 anos, Fundamental I)

As práticas culturais desenvolvidas na comunidade Mussuca detêm grande relevância para aqueles que participam, criando entre si uma inter-relação através das práticas e do

interesse de preservação cultural da história da comunidade.

(15)

Aí, fiz o samba de coco já tá com- tá completando vinte- vinte parece que é vinte e dois anos

(Participante 4 – Feminino, 79 anos, Fundamental I)

(16)

E vou pra (festa) já tive um- uns Brasília já tive em Recife tive em uma opção de lugar com meu grupo e graças à deus ele tá no ar hoje sou mestra nos mestre da cultura popular graças a Deus tou com grande credibilidade no meu- na minha liderança do eu grupo e assim como ele hoje está em palco e é grupo fol- folclórico tá- tá brincando em palco especialmente em palcos em- nas cidades vai pra cidades brincar em palco

(Participante 4 – Feminino, 79 anos, Fundamental I)

A participante relatou sobre a história da comunidade e o que vem mudando atualmente. Suas filhas também participam de outras atividades culturais. Sai da comunidade de forma esporádica e por curto tempo para realizar as apresentações do samba de coco, por vezes em Laranjeiras e até outros estados. Percebemos que esta participante detém sua rede de interação com o grupo de práticas e com alguns turistas que a buscam com finalidade de pesquisar sobre a história da comunidade.

#### Participante 5

O perfil da participante 5 já foi descrito na seção 4.3.1.1 desse texto, pois esta participante faz parte do grupo de jovens que compõe esta amostra.

#### Participante 6

Este participante tem 82 anos, nasceu no povoado Mussuca e desde então vive na comunidade. Sai da comunidade de forma eventual para visitar dois filhos, um que mora em Candeias e outro em Salvador, cidades próximas, mas em outro estado.

Aposentado, relata sobre suas experiências profissionais e ressalta ter trabalhado sempre entre a comunidade até Aracaju. Desenvolveu trabalhos em fazendas, cortando lenha, na pedreira da comunidade, na maré e em navegações no rio.

Quanto às práticas culturais desenvolvidas na comunidade, já participou quando mais jovem:

(17)

Hoje só tem um que é de N., samba de pareia, mas, naquele tempo, noite de São João, nós tudo sambava as casa era tudo cheia, cheia de gente

(Participante 6 – Masculino, 82 anos, sem escolarização)

(18)

Olhe os folclores mais bonito é o daqui, aqui tem o samba de côco da senhora aqui

minha vizinha, num é M da casa de R?

(Participante 6 – Masculino, 82 anos, sem escolarização)

Durante a entrevista, relatou sobre os trabalhos que desenvolveu, as festas que frequentou com seus amigos. Em relação à religião mencionou que o povoado é eclético e possui igrejas evangélicas, católica e locais de candomblé conhecidos como Xangô, este último, segundo o participante, frequentava as sessões toda quarta-feira. Frequenta festas religiosas juntamente com a esposa em Laranjeiras e toda semana iam à feira de Aracaju. Também visitavam cidades próximas como Riachuelo, São Cristóvão e Capela onde possuem outra casa.

Como entretenimento na comunidade, assiste aos programas televisivos e escuta a rádio local. Todas as noites joga dominó com os vizinhos próximos. Possui uma relação com o pessoal da comunidade e familiares próximos.

#### Participante 7

Esta participante nasceu e passou a sua infância na comunidade. Com 62 anos, ainda é marisqueira e leva o pescado para vender na feira em Laranjeiras–SE.

Em sua entrevista, faz menção ao seu trabalho na maré e a importância das práticas culturais desenvolvidas pela comunidade:

(19)

Aqui nessa comunidade ele foi muito importante, tanto do Samba de Pareia, como do São Gonçalo

(Participante 7 – Feminino, 62 anos, sem escolarização)

Casada, mãe de quatro filhos que moram também na comunidade, esta participante relatou sobre sua infância comparando com as brincadeiras do seu tempo, seguindo essa linha compara os relacionamentos e os tipos de música. Sobre as práticas culturais, participa e valoriza:

(20)

O Samba de Pareia é muito importante porque não tinha e agora o Samba de Pareia aqui na Mussuca é bem importante

(Participante 7 – Feminino, 62 anos, sem escolarização)

#### Participante 8

Esta participante possui 51 anos, nasceu em Laranjeiras, mas mora na comunidade Mussuca desde criança. De uma família com seis irmãos que moram no povoado e em outra comunidade próxima chamada Cedro.

Relatou que foi criada pelos avós e não teve oportunidade de estudar, pois trabalhava catando mariscos e pegando lenha. Após ter se casado trabalhou na pedreira e posteriormente

vendendo frutas que colhia nas plantações locais.

Mãe de cinco filhos, trabalhou por vinte anos como doméstica na casa de uma prima e posteriormente na casa de uma tia, em Laranjeiras, mas retornava para a comunidade todos os dias no final do expediente. O seu marido trabalha como carregador de cimento no sindicato de arrumadores de Aracaju.

Em sua entrevista referiu não fazer parte das práticas culturais da comunidade, mas assiste. Em relação a história de formação da comunidade ressaltou desconhecer. Relatou sobre aspectos gerais de sua vida quando criança e adolescente e também sobre os trabalhos que desenvolveu, como os citados anteriormente. Sai da comunidade de forma eventual para feira em São Cristóvão ou Laranjeiras para visitar os filhos.

#### Participante 9

O perfil da participante 9 já foi descrito na seção 4.3.1.1 desse texto, pois esta participante faz parte do grupo de jovens que compõe esta amostra.

#### Participante 10 e 11

Estes perfis são descritos em conjunto, pois a entrevista realizada foi com as duas participantes juntas. A participante 10 tem cinquenta anos e cursou até a sétima série do Ensino Fundamental II, mãe de dois filhos. Sai da comunidade somente para ir em Aracaju fazer compras e vender o pescado.

Relatou aspectos de sua infância e descreve como era a comunidade neste período. Quando se trata de entretenimento, escuta a rádio local e assiste novelas na TV.

A participante 11 também possui cinquenta anos de idade, cursou até a terceira série do Ensino Fundamental I, mãe de três filhos. Esta participante faz parte do círculo de amizade da participante 10 e inclusive frequenta a sua casa, devido a sua presença no momento da entrevista foi realizado uma conversa com as duas participantes.

Mencionaram aspectos da comunidade como era no período de infância delas. Relataram que a maioria das mulheres da comunidade trabalham pescando marisco ou como domésticas e em relação a isso, uma grande dificuldade é o fato de a comunidade não possuir creche que atendam as crianças para as mulheres trabalharem fora. A comunidade possui posto médico, mas ainda restrito para alguns atendimentos, se ocorrer algo mais grave, deve-se buscar atendimento em Laranjeiras.

Não participam das práticas culturais da comunidade e mesmo pelo fato de os jovens não se interessarem por tais práticas, ressaltaram que a tradição é forte:

(21)

Tem pouca assim gente porque as maiorias assim dessas meninas hoje, né? nunca é que nem a de antigamente que quer andar nessas coisas, né? mas não está acabando não, não acaba o folclore daqui, não acaba, não. É tradição, é raiz, já vem dos velhos

(Participante 10 – Feminino, 50 anos, Ensino Fundamental II)

Estas participantes se autoafirmaram como quilombolas e ao serem questionadas sobre a história de formação da comunidade, mencionaram que tem algo ligado a uma gruta da região, mas desconhecem a história, que só ouviram avós e pais contarem sobre a formação do quilombo. Saem da comunidade de forma eventual:

(22)

Só mesmo para Aracaju quando a gente viaja para Aracaju para Laranjeiras

Documentador: só para... geralmente as pessoas não viajam muito aqui só viaja mais o pessoal do grupo de folclore, né?

É só esse folclore que viaja mesmo

(Participante 10 – Feminino, 50 anos, Ensino Fundamental II)

#### Participante 12

Este participante com 79 anos, nasceu no povoado Mussuca. Como atividade profissional trabalhou na comunidade como pedreiro, na salina e posteriormente, em uma firma ferroviária na comunidade mesmo. Em sua entrevista relatou sobre a sua vida pessoal, como era a comunidade em seu período de infância e aspectos do seu cotidiano.

Não participa das práticas culturais da comunidade e em relação a história de formação da Mussuca, mencionou ter ouvido parte da história de seus avós. Essa entrevista é centrada nos relatos de trabalho do participante, mas nos permite compreender que este participante, possui uma rede de relações mais restrita, primeiramente quando trabalhava mantinha contatos na empresa de ferrovia e agora aposentado, por questões de saúde, permanece mais em casa. Sai da comunidade para Aracaju quando há necessidade.

#### Participante 13

Este participante de 49 anos, reside no povoado desde que nasceu. Pai de três filhas as quais moram na região, entre o povoado e Aracaju. Sai com frequência para Aracaju e já viajou até Alagoas à trabalho. Trabalhou como operador de produção numa fábrica de cimento, por vinte e seis anos, em Laranjeiras. Neste emprego, a empresa oferecia aulas para que os funcionários concluíssem os estudos. Desse modo, o participante tem ensino médio completo.

Não participa das práticas culturais desenvolvidas na comunidade e em relação a história de formação, ouvia seus pais e avós falarem a respeito, mencionou que, inclusive, que seus avós trabalharam em engenhos de cana-de-açúcar. Em sua entrevista relatou sobre o período que

trabalhou na empresa e como fez para ser promovido a operador de produção até se aposentar.

#### 5.2.4.1 Algumas considerações sobre os perfis da amostra

A análise dos perfis nos permite corroborar algumas hipóteses entre os resultados da amostra. Compreendemos que dentro do *continuum* de comunidades rurais os perfis são muito próximos, mas precisamos analisar as peculiaridades da amostra para identificar os resultados numa análise mais contextualizada.

Embora as comunidades rurais partilhem de uma composição social que dialogam entre si, as especificidades de cada comunidade promovem possibilidades de análise diversas especialmente quando se trata do aspecto linguístico. Nos estudos propostos por Lucchesi (2009), há hipóteses de que os homens por estarem em locais de trabalhos fora da comunidade tendem a aplicar mais a regra padrão, diante dessa realidade, questionamos se os homens da amostra dessa pesquisa tendem a seguir o mesmo padrão de Helvécia (LUCCHESI, 2009). Para os estudos realizados em comunidades rurais, a expectativa é de que falantes que saem da comunidade com uma rede de relações mais aberta tendem a aproximar a sua fala do padrão (SILVA, 2005).

Compreendemos a partir da construção dos perfis que a comunidade analisada, embora esteja localizada em uma região metropolitana de fácil acesso de entrada e saída da comunidade, alguns participantes não saem com tanta frequência, mantendo seu vínculo de relações sociais com pessoas de dentro da comunidade. Observamos também o engajamento dos participantes em relação às práticas desenvolvidas na comunidade bem como aqueles que se interessam pela formação sócio-histórica da região.

Podemos aventar hipóteses sobre a relação desses participantes com as redes midiáticas, pois, durante as entrevistas alguns participantes estão escutando a rádio local e outros ressaltam, como fonte de entretenimento, assistir novelas e shows de TV. Quanto às práticas culturais, percebemos que há um forte engajamento por parte dos participantes, mas que todos denotam a importância de tais práticas para a preservação da cultura local.

Buscamos descrever os aspectos gerais de cada participante de acordo com os seus relatos, nosso intento foi explanar sobre suas relações sociais que compreendemos influenciar nas escolhas linguísticas. Assim, diante dos resultados podemos justificar as escolhas de tais usos, pois, para Freitag, Martins e Tavares (2012, p. 920), as variedades linguísticas carregam o status social de seus falantes.

### 5.3 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

É de suma importância analisarmos o envelope de variação, partindo do princípio que a marcação do plural da regra de concordância verbal apresenta duas variantes: a presença ou ausência da regra de concordância. Essas variantes nos direcionam ao estudo do problema da implementação estrutural da regra analisada, a fim de compreender como se estrutura o fenômeno na comunidade analisada, diante das seguintes variáveis: (i) caracterização e posição do sujeito; (ii) caracterização semântica do sujeito; (iii) realização e posição do sujeito; (iv) tipo de verbo e (v) saliência fônica. Tais fatores foram selecionados com base em trabalhos anteriores.

#### 5.3.1 Concordância verbal: variável dependente

Direcionamos este estudo para a variável dependente de concordância verbal de primeira (P4) e terceira pessoa do plural (P6). Para P4, consideramos a variação entre *nós* e *a gente*, considerando *a gente* com verbo conjugado em terceira pessoa do singular como aplicação da regra padrão.

Alguns estudos sobre a variação de *nós* e *a gente* (LOPES, 1999, 2003; RUBIO, 2012), evidenciam que *nós* (eu + SN ou pronome) (RUBIO, 2012) tem sido substituído por *a gente* (a(s) pessoa(s) + eu). Observamos nesta pesquisa que a forma inovadora está sendo adotada em maior número de uso (233/527 dados). Para esta realidade, o que nos chama a atenção para esta variação é que nestes dois casos de análise (*nós* e *a gente*) a variável de concordância verbal com o *nós* e o verbo em terceira pessoa do singular é estigmatizado pela comunidade de fala do PB, denotando um estereótipo. Enquanto o *a gente* com a flexão verbal de terceira pessoa no singular, em substituição do *nós*, não é um uso estigmatizado socialmente.

Apesar de ser pouco produtivo o uso da flexão verbal com a forma *a gente*, a concordância verbal com essa forma é considerada como um caso de regra variável, pois ainda encontramos casos do *a gente* com o verbo flexionado com marcas do plural (RUBIO, 2012). O trecho, a seguir, extraído do *corpus* dessa pesquisa ilustra esse uso variável:

(23)

É... e a gente não tem mais oportunidade de ... te... de ser mais mais... mais além, né? Porque **a gente também somo pobre** a gente num tem aquela força pra poder montar mais grupo e o grupo fi... como é ficar ma... mais melhor, né? Porque o poder público hoje em dia já era... cê sabe, né?

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

(24)

Eu era, eu era alegre pra caramba me perguntaram "o que é que tá, ela começou a dar

risada. Aí, meu pai disse "ela não vai embora não". Ela vai ficar, aí com você "chegue aqui" e **a gente fiquemos**<sup>22</sup> quinze dia morando lá.

(Participante 2 – Masculino, 52 anos, Ensino médio)

Diante dos dados apresentados, levantamos as ocorrências com os dados referentes a P4 considerando a variação com os sujeitos *nós* e *a gente*. Vale salientar novamente que as ocorrências com *a gente* e o verbo flexionado na terceira pessoa do singular, foram classificadas como de presença da regra padrão (verbo concordando em pessoa e número com o sujeito). Seguimos, pois, o que postularam Naro, Görski e Fernandes (1999), para que ocorrências como *nós falamos* e *a gente fala* são consideradas como padrão em oposição as formas *nós fala* e *a gente falamos* como não padrão. Com isso, nesta pesquisa, dados como os exemplos abaixo foram classificados como presença da regra padrão:

(25)

Meladinha é- é (hes) é (hes) é cebola branca daquelas cebola que nós (hes) que **a gente come** é canela erva-doce (gengibre) ih mel ( ) mel não como é? ( ) açúcar ( ) e a cachaça ih ( ) e- e arruda, ah é cebola, é muita coisa na cachaça ( )

Documentador: até arruda, né?

Arruda vai- arruda vai é ( ) passa tudo no liquidificador ( ) naquela época **a gente pisava no pilão**, aí botava no (pó) lá, aí espremia ( ) uma cachaça e agora tem liquidificador, né? passa tudo, aí coa.

(Participante 3 – Feminino, 22 anos, Ensino Médio)

Em relação à presença da regra padrão para P4, também foram considerados casos de variação morfofonológica precedente ao sufixo de pessoa-número (PN) em 1ª pessoa do plural, que costuma ocorrer no presente e no pretérito perfeito do indicativo com verbos de 1ª e 2ª conjugação. Segundo Pereira (2021), parece que este tipo de variação ocorre com maior frequência nas localidades rurais e acresce ao seu estudo considerações sobre pesquisas já consolidadas como Amaral (1920), Bortoni-Ricardo (2005, 2011), que além de corroborarem com esta hipótese, ressaltam que este tipo de variação ocorre em localidades rurbanas, ou seja, de matriz rural. Diante desse exposto, consideramos que em oposição à flexão singular do verbo e em oposição à forma padrão, tal variação apresenta a flexão verbal de número, como no seguinte excerto:

(26)

Foi lá, **nós fizemo um treinamento**.

(Participante 3 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(27)

Eu passei e ele não passou, quando **nós chegamo** aqui de volta

(Participante 3 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

---

<sup>22</sup> Os traços de nasalidade foram adequados face à norma culta nas transcrições das entrevistas sociolinguísticas.

Assim, como foi feito em alguns estudos para P6 (SGARBI, 2016, p. 86) exemplos como *falaro, foro, tão*; foram consideradas como exemplos de aplicabilidade da regra, por considerarmos “variantes típicas do português falado, que correspondem às formas cultas *falaram, foram, estão*.”. Em relação à P4, exemplos como *fizemo* em oposição à *fizemos* também foram consideradas como aplicabilidade da regra padrão, como corrobora Araújo (2014). Tais casos representam exemplos da variação morfofonológica, para o nosso estudo é considerada como presença da regra padrão de concordância, pelo fato de o participante empregar a forma verbal mais próxima a estrutura do plural em oposição à estrutura verbal do singular. Temos os exemplos que seguem:

Quadro 6 – Variação morfofonológica precedente ao sufixo de pessoa-número (PN) em 1ª e 3ª pessoa do plural em oposição à flexão singular do verbo

Presença da regra padrão de concordância verbal Plural X singular		
Forma padrão plural	Variação morfofonológica	Forma padrão singular
Nós fizemos Eles fizeram	Nós fizemo Eles fizero	Eu fiz Ele fez

Elaborado pela autora

A variável dependente desta pesquisa é binária, constituída por duas variantes, a presença da marca de plural (variante padrão) e pela ausência da marca de plural (variante não padrão) para P4 e P6. Para os casos de P6, consideramos as ocorrências em que o verbo apresentou a marca padrão de flexão verbal, como:

(28)

**Eles corriam** não podia ver ninguém chamar.

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(29)

O pessoal pediu pra plantar, aí **eles liberaram, aí, deram** agora próximo ano quem vai plantar ...

(Participante 5- Masculino, 25 anos, Ensino Fundamental II)

Para a investigação da ausência e presença da regra de concordância verbal, foram consideradas as orações finitas. Os estudos a respeito da variação da regra no PB já são consolidados na literatura, apontando os principais fatores que condicionam a regra (LEMLE; NARO, 1977; GUY 1981; GRACIOSA, 1991; NARO; SCHERRE, 1991; RODRIGUES, 1992; SCHERRE; NARO, 1998; MONGUILHOTT, 2001; SILVA, 2005; BORTONI-RICARDO, 2008; LUCCHESI, 2009; ARAÚJO, 2014 etc.). Desse modo, selecionamos o grupo de fatores mais relevantes nas análises dos estudos anteriores em consonância com as

ocorrências levantadas, com o objetivo de estabelecermos uma possível relação com a aplicação da CV, também levamos em consideração o que abordam as principais pesquisas sobre concordância verbal nas comunidades rurais (SILVA, 2005; LUCCHESI, 2009; SILVA 2017).

Os fatores linguísticos utilizados para a análise desse *corpus* foram:

- a) Tipo de sujeito;
- b) Realização e posição do sujeito;
- c) Verbo;
- d) Tipo de verbo;
- e) Traço de especificidade;
- f) Saliência fônica.

### 5.3.1.1 Realização e posição do sujeito

Em relação aos tipos de sujeito, foram considerados com base nos estudos realizados anteriormente (NARO; SCHERRE, 1991; RODRIGUES, 1992; SCHERRE; NARO, 1998; MONGUILHOTT, 2001; ARAUJO, 2014). Para o controle, seguimos as seguintes especificações:

- (i) Sujeito elíptico: utilizamos essa designação para casos em que o sujeito aparecia na oração anterior. Segundo Rodrigues (1987), sujeito oculto favoreceria o aparecimento da concordância, a fim de confirmar tal hipótese, controlamos este tipo de sujeito.

Quando o sujeito elíptico ocorreu com um sintagma nominal classificamos como elíptico SN, quando ocorreu com um pronome: elíptico pronominal. Vale ressaltar que consideramos como sujeito elíptico pronominal os casos em que ocorre com o *a gente* em substituição de *nós* em oposição à Rodrigues (1992)<sup>23</sup>.

(30)

#### **Sujeito elíptico pronominal**

**Nós morava** no meio da mata, **fazia** o roçado no meio e **fazia** a casa ali escondido ali não tinha uma rodagem não tinha um na- tinha um caminho pro povo passar ali a pé

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(31)

#### **– Sujeito elíptico com SN**

Aí, **os home** comprava as cachaça, **botava** o litro aqui de baixo do braço.

(Participante 4 - Feminino, 79 anos, Ensino Fundamental I)

<sup>23</sup> Rodrigues (1992) analisa a possibilidade de se estabelecer relação entre aplicação da regra canônica de CV e presença e ausência do sujeito pronominal: *nós* e *eles/elas*. Em P4, opta por considerar apenas o sujeito preenchido pelo pronome *nós*, tendo sido descartadas as ocorrências de sujeito *a gente* com valor de *nós*.

- (ii) sujeito explícito: Scherre e Naro (1993) denotam uma importância para o sujeito explícito, pois um sujeito explícito no plural tende a suscitar marcas de pluralidade no verbo. Pereira (2016) e outros estudos (OLIVEIRA, 2005; SILVA, 2005; SGARBI, 2006) reforçam que o sujeito explicitamente marcado tende a influenciar a presença de concordância padrão. Assim, o sujeito explícito caracteriza-se pelo fato de estar marcado na oração, podendo vir com um sintagma nominal – um nome expresso que consideramos como explícito com SN; Acompanhado de pronome do caso reto – Sintagma pronominal ou com um pronome possessivo – Sintagma possessivo, como observamos nos contextos retirados do *corpus* de análise:

(32)

**- Sujeito explícito com SN**

**Os menino batuca a tarde** todinha de domingo, aí ( ) a família fica tudo aqui reunido compra cerveja liga o som, aí é ( ) começa a batucar  
(Participante 3 - Feminino, 22 anos, Ensino médio)

(33)

**– Sujeito com sintagma pronominal**

((RUÍDO)) Era finado Pisciano foi um dos que veio corrido também de lá de angola esse esse é de Angola

Documentador: ah de Angola

E ali se criaram, né?... que quando **nós cria** neto bisneto foi nascendo e já foi encontrando

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(34)

**– Sujeito com sintagma possessivo**

Foi nasci e me criei, **meus pai nasceu** aqui e se criou e morreu

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

- (iii) **Sujeito oracional:** para este tipo de sujeito consideramos os estudos de Lucchesi, Baxter e Silva (2009) e Araújo (2012) que consideram o sujeito oracional com uma relativa. Segundo Naro (2003), os casos de sujeitos com o relativo diminuíam as possibilidades de aplicabilidade da concordância verbal, ou seja, tende a desfavorecer a regra padrão.

(35)

Não. Ficava assim meio assustada porque assim **tem uns que é mais calmo e tem outros que já é mais violento** e sei lá a gente fica assustada porque nunca viu aquela cena ali, né?

(Participante 3 - feminino, 22 anos, Ensino Médio)

(36)

É. Nem todos, né? Alguns terminaram outros tá ainda, aí como eu e tem **outros que desistiram**

Documentador: (uma pena, né?)

É assim até esse ano melhorou mais porque muita gente até assim tipo já idosos tá indo estudar pra poder terminar os estudo na onde eu estudo lá vai muito assim (gente)

(Participante 3 - feminino, 22 anos, Ensino Médio)

Com base nos principais estudos realizados sobre a concordância verbal no PB (SCHERRE; NARO, 1998; MONGUILHOTT, 2001; SILVA, 2003; RODRIGUES, 1992; LUCCHESI, 2009; ARAÚJO, 2012;), em relação ao controle do tipo e realização de sujeito, segue o Quadro 7, que sintetiza como controlamos este fator:

Quadro 7 – tipo e realização de sujeito

Controle do fator Sujeito		
Tipo de sujeito	Realização do sujeito	Dado do <i>corpus</i>
Elíptico	elíptico com SN	Aí, <b>os home</b> comprava as cachaça, <b>botava</b> o litro aqui de baixo do braço.
	elíptico pronominal	<b>Nós</b> morava no meio da mata, <b>fazia</b> o roçado no meio
Explícito	sintagma nominal	Aí, tem um tamborim tem um ( ) tem um ( ) <b>os menino batuca</b> a tarde todinha de domingo aí ( )
	sintagma pronominal	que quando <b>nós cria</b> neto bisneto
	sintagma possessivo	<b>meus pai nasceu</b> aqui e se criou
Relativo	Oracional	é nem todos, né? alguns terminaram outros tá ainda, aí como eu e tem <b>outros que desistiram</b>

Elaborado pela autora

Em relação à posição do sujeito, Naro (1981), Guy (1981), Rodrigues (1997), Lemle e Naro (1977) desenvolvem estudos a fim de observar em que medida a distância entre sujeito e verbo interferia na CV. Em consonância com estes estudos, Silva (2003) aponta que a maior frequência de aplicabilidade da regra padrão é em relação ao sujeito anteposto. Tais resultados

corroboram com os estudos de Araújo (2012) e Lucchesi (2015). Monguilhott (2011) afirma que o português é uma língua SVO e esta composição favorece mais a concordância verbal padrão em sujeito anteposto do que em casos em que o sujeito aparece posposto, confirmando a hipótese traçada por Lemle e Naro (1977). Diante disso, controlamos a posição do sujeito de forma binária com o sujeito anteposto ou posposto ao verbo. Os exemplos abaixo tendem a confirmar a hipóteses dos estudos anteriores:

(37)

– **Sujeito anteposto**

Consumo (hes) **alguns plantam milho** pra vender assim, né? agora **outros plantam** pra consumo, feijão...

(Participante 4- Masculino, 22 anos, Ensino Fundamental II)

(38)

– **Sujeito posposto**

‘Tendeu? **Aí, depois que apareceu o o o a o os escravo**, uma mulher chamada (hes) a Maria Banguela

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

#### 5.3.1.2 Tipo de verbo

Para Novais (2021), a concordância verbal, tem sido ligada também ao fator semântico dos verbos apontando que a relação entre o tipo de verbo e a posição do sujeito deve ser considerada já que em determinadas situações nem todos os sujeitos nas sentenças podem mover-se livremente, pois depende do verbo. Araújo (2012) salienta que as pesquisas apontam que o tipo de verbo não tem se mostrado relevante. Esta afirmação pode ser corroborada com os estudos de Rodrigues (1992). Em relação a este fator Rúbio (2012, p. 767) considera para P4 o tempo e o modo verbal mais relevante do que o tipo verbal, pois, segundo “Fernandes e Görski (1986), tal hipótese leva à expectativa de que o pronome *nós* tenha seu uso mais vinculado a verbos no Pretérito enquanto *a gente*, a verbos no Presente”.

O que observamos é que embora o tipo de verbo não tenha se destacado em relação a aplicabilidade da regra na grande maioria das análises, percebemos que ainda, assim os pesquisadores optam por controlar tal variável, a fim de analisar a frequência de variação em relação ao tipo de verbo, além da possibilidade de confirmar resultados que dialogam com estudos anteriores. Vale ressaltar também que nos estudos de Monguilhott (2009) o tipo de verbo foi um dos fatores que se apresentou mais relevantes em detrimento dos fatores sociais como idade e escolaridade. Para Scherre, Naro e Cardoso (2007) este fenômeno possui efeito aparente calcado na correlação de outros fatores com fatores desse grupo, tal afirmativa é levada em consideração nos estudos de Monguilhott (2009, p. 91), visto que em seu estudo a correlação

entre tipo de verbo, posição do sujeito e traço humano no sujeito mostrou-se importante condicionadora da ausência de CV. Desse modo, a fim de verificarmos se o tipo de verbo favorece a aplicabilidade da regra, controlamos tal fator, a partir da seguinte estratificação de acordo com a definição da gramática normativa:

- (i) Verbos intransitivos: Não apresentam complemento verbal e pelo fato de selecionarem argumentos externos, assumimos a hipótese que tende a apresentar a regra padrão.

(39)

Meus pai **nasceu** aqui e se criou e **morreu**

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

- (ii) Verbos transitivos: apresentam complemento verbal com ou sem preposição. Definido com mais de argumento, favorece a posição típica do sujeito, com isso tende a apresentar a regra padrão

(40)

**Nós** morava no meio da mata **fazia** o roçado no meio

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

- (iii) Verbos de ligação: interligam o predicativo do sujeito ao sujeito

(41)

Ah, porque na época **os homem era era recrutado** pra ir pra guerra

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

Segundo Araújo (2012, p.295), quando se trata da análise da CV, na amostra do português popular de Feira de Santana, “os verbos intransitivos e os de ligação são os que atuam, de modo mais significativo, no favorecimento da aplicação da regra padrão da concordância verbal com P6”. Em relação aos verbos transitivos, os estudos de Araújo (2012) demonstraram que há um favorecimento da regra padrão com verbos marcados com concordância padrão. Não consideramos os verbos ergativos (doravante inacusativos), pelo fato de estes verbos em sua maioria favorecerem a posição verbo-sujeito, “percebemos que a inversão do sujeito é condicionada principalmente por contextos de inacusatividade”, (MONGUILHOTT, 2009), por apresentar contextos numa direção contrária aos verbos selecionados acima é que excluímos esse tipo de verbo. Desse modo selecionamos os tipos de verbos mencionados acima, a fim de dialogar com os resultados.

### 5.3.1.3 Traço semântico do sujeito

Ao tratarmos do traço semântico do sujeito, observamos o estudo de Souza (2017), que aborda uma discussão que nos permite compreender que o traço de especificidade do sujeito

está ligado a uma questão de impessoalidade, no sentido de que o falante não tem em mente um referente. Considerando, a partir de alguns estudos (CABREDO HOFHERR, 2003, 2006; SIEWIERSKA, 2007, CREISSELS, 2008; SIEWIERSKA; PAPASTATHI, 2011), que os traços de especificidade do sujeito partem de um contexto gradativo, assim associamos a este efeito o contexto mais específico e menos específico, tal fato coaduna com a pesquisa de Souza (2017) que afirma que as noções aplicadas ao traço semântico têm um estatuto importante nos critérios de impessoalidade. Para esta pesquisa, não controlamos o traço mais humano e menos humano pelo fato das ocorrências da nossa amostra só apresentarem exemplos com traço mais humano.

Ao subsidiarmos a noção de traço de especificidade aos critérios de impessoalidade, não estamos afirmando que este tipo de ocorrência apresenta sujeitos nulos ou verbos impessoais. A partir da noção de impessoalidade do contexto analisado, invesigamos o traço de especificidade do sujeito. De forma binária, com base no que postula Souza (2017), consideramos [mais específico] quando o participante tem em mente uma entidade específica ao se referir.

(42)

**[mais específico]**

Que começou assim e aqui era tão era uma lugar tão bom e até hoje é que aqui an... antigamente não entrava polícia não entrava polícia e quando tinha um fugitivo... um... um escravo fugitivo que se ( ) se acampava aqui, aí o... o... **os dono da fazenda, aí mandava** os capataz dele fazer visitar toda a comunidade a redor pra ver quem encontrava o escravo mas aqui na Mussuca eles nunca pegaram um escravo.

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

E consideramos [menos específico] a falta de um referente concreto, ou seja, “a ausência de um indivíduo concreto em mente ou grupo de indivíduos, ou ainda qualquer pessoa” (SOUZA, 2017, p. 59).

(43)

**[menos específico]**

É nem todos, né? **Alguns terminaram outros tá ainda, aí como eu e tem outros que desistiram uma pena, né?**

(Participante 3 - feminino, 22 anos, Ensino Médio)

Quando se trata da carga semântica de referência ao *a gente*, Seara (2000) menciona que, quer semanticamente ou gramaticalmente, o *a gente* sai de um lugar de referente indeterminado e assume a posição de referente de pronome sujeito como incluso na especificidade. A pesquisadora denota que o *a gente* poderá assumir contextos mais específicos e menos específicos, considerando o traço de menor especificidade quando o sujeito faz referência *eu + as pessoas em geral no mundo de hoje*. Tendo essa prerrogativa como parâmetro

para análise, consideramos o *a gente* em nosso *corpus* como traço [mais específico] por apresentar um referente restrito: *eu + as pessoas da comunidade*.

(44)

**[mais específico]**

Não tinha estrada nem pra pedestre não tinha e- era dentro dos mato **a gente passava** ( ) que nem formiga re roça e os mato cobrindo por cima espinho galho de pau era tudo acima de nós caminhar escuro direto de dia de noite era escuro porque era mato e o galho que tinha besouro no tronco dos pau velho fazia aquela zuada e a gente pensava que era bicho uh o besouro nos tronco.

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

Coadunando com a proposta de Souza (2017), estabelecemos critérios para a composição do sujeito com pronomes. Apresentando assim, a restrição de um referente quando se trata dos usos com pronome demonstrativo [mais específico] (*aqueles, esses, estas*) e [menos específico] quando se trata de numerais e pronomes indefinidos, pois dentro do contexto semântico compreendemos que esses casos não apresentam uma relação de referência específica ao sujeito.

(45)

– **[mais específico]**

Ou criava uma galinhazinha quem criava galinha, a galinha não podia nem crescer desse tamanhozinho assim, já pegava duas três matava, fazia um

Documentador: ensopado já

Um ensopado pro povo, eu alcancei muito tempo isso assim ainda depois ((RUÍDO)) meu pai muito inteligente que era muito trabalhador começou a ganhar mais um dinheirinho ia pra Aracaju com a mercadoria quando ele voltava voltava com muita fatura

Documentador: hum

**Trazia tinha na época na rua da frente aqueles me- aqueles armazém que vendia carne**

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(46)

**[menos específico]**

Documentador: e venha cá, os jovens daqui todos estudam assim já tão no ensino médio como você?

Assim, todos não, né? porque muita gente desistiram muitos novo que cê procurar, aí parou tudo os estudo tipo na quinta série sexta série

Documentador: é?

É nem todos, né? **alguns terminaram outros tá ainda, aí como eu** e tem outros que desistiram

(Participante 3 - feminino, 22 anos, Ensino Médio)

#### 5.3.1.4 Saliência fônica

Vieira (1995), Anjos (1999), Monguilhot (2002) consideram que o material fonético está diretamente ligado aos índices da presença ou ausência da CV. A saliência fônica é o traço que tem sido apontado como mais relevante nos estudos sobre o fenômeno no PB (LEMLE;

NARO, 1977; NARO, 1981; SCHERRE; NARO, 2007). Lemle e Naro (1977) dividem a escala de saliência fônica em níveis, observando as formas verbais a partir da distinção fônica do verbo, quanto maior a distinção entre singular/plural maior será o grau de saliência. Araújo (2014) afirma que é no contexto dos graus de saliência fônica em que a variação da regra se confirma, pois, mesmo nos mais altos graus, há marcas de ausência da concordância:

(47)

**Oposição entre *foi/foram* – mais saliente**

Documentador: não, né? só foram assim pessoas mais velhas foi?

**Foi só elas** mesmo do grupo

(Participante 3 - feminino, 22 anos, Ensino Médio)

(48)

**Oposição entre *é/são* – mais saliente**

Não ficava assim meio assustada, porque assim, **tem uns que é mais calmo e tem outros que já é mais violento** e sei lá a gente fica assustada porque nunca viu aquela cena ali, né? aí você vê, aí mas depois acostumei.

(Participante 3 - feminino, 22 anos, Ensino Médio)

Ao observar os estudos anteriores sobre concordância verbal, observamos o quanto a saliência fônica é um fator determinante nas análises. Para este estudo, consideramos os critérios postulados por Naro (1981), em relação a presença e ausência do acento da desinência, a quantidade de material fônico que diferenciam o singular e plural. Em relação à acentuação:

- a) não envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural (conhece/conhecem, consegue/conseguem, corre/correm, vive/vivem, sabe/sabem)
- b) envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural (ganha/ganham, era/eram, gosta/gostam)
- c) envolve acréscimo de segmentos na forma plural (diz/dizem; quer/querem)

Em relação aos pares acentuados, Naro (1981) propõe:

- a) Mudança na qualidade da vogal na forma plural (tá/tão, vai/vão)
- b) Acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural (bateu/bateram)
- c) envolve acréscimos de segmentos e mudanças diversas na forma plural: mudanças vocálicas na desinência, mudanças na raiz, e até mudanças completas (é/ são)

Monguilhott (2002) corrobora com a proposta de Naro, em que no nível 1 da escala encontra-se os verbos menos salientes e no nível 2 os mais salientes. Outros estudos também adotam a proposta confirmando as hipóteses aventadas. Diante do exposto, consideramos o grau de saliência a partir de um contexto binário, numa escala com verbos menos salientes até o mais saliente, considerando:

- 1- a escala proposta por Naro (1981) quanto maior material fônico e a diferença entre singular e plural maior o contexto de saliência fônica.
- 2- A tonicidade em relação a vogal temática (Araújo 2014):

Fora da sílaba tônica	(1) Nasalização sem envolver qualidade <sup>24</sup> ( <i>conhece/conhecem, consegue/conseguem, sabe/sabem</i> ) → 3ª pessoa do singular termina em “e”
	(2) Nasalização com mudança de qualidade ( <i>ganha/ganham, era/eram, gosta/gostam</i> ) → 3ª pessoa do singular termina em “a”
	(3) Acréscimo de segmento no plural ( <i>diz/dizem, quer/querem, sai/saem, vê/vêem</i> ) → acréscimo silábico
Dentro da sílaba tônica	(4) Ditongação e/ou mudança na qualidade ( <i>tá/tão, vai/vão</i> )
	(5) Acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade ( <i>bateu/bateram, viu/viram, foi/foram, disse/disseram</i> )
	(6) Envolve acréscimo e mudança de raiz, que pode ser completa ( <i>veio/vieram, é/são,</i> )

Consideramos nível 1, menos salientes, os verbos que apresentam a nasalização fora da sílaba tônica ou com um acréscimo silábico. Quanto ao nível 2, os mais salientes, aqueles que apresentam ditongação, acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular, mudança de tonicidade ou acréscimo e mudança na raiz do verbo, como aqueles verbos mais salientes, como se observa nos exemplos abaixo:

a) Menos saliente:

(49)

Sei que ( ) for contar essa mulher que mais velha que eu alcancei **elas comprava comprava** aquele pote de barro, aí encheu o o fazedor de cachaça morava em Laranjeira chamava Carisvaldo e ele vinha com aqueles barri e cheio de cachaça, aí enchia os pote, aí **elas fazia** que fazia aquela ( ) de pá de bananeira

Aí, **colocava** o pote em cima, aí todo dia e-**elas molhava** pra cachaça não esquentar nera?

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

b) Mais saliente:

(50)

Documentador: que bom, e médico por aqui apa\ tem posto médico aqui?

Tem

Documentador: e ele vem todo tem dia médico?

Tem não era não, mas agora vem

Documentador: e tem **eles dão** remédio também no posto?

**Dão** remédio sim para comprar, né?

(Participante 6 - Masculino, 82 anos, sem escolarização)

<sup>24</sup> Tabela extraída da chave de codificação de Araújo (2014).

De acordo com as análises dos dados, notamos que as hipóteses suscitadas pelos estudos mencionadas nesse texto corroboram quanto aos exemplos encontrados no *corpus* dessa pesquisa.

#### 5.4 CRITÉRIOS PARA A EXCLUSÃO DE DADOS

Para a exclusão de alguns dados, foram tomados por base a análise realizada nos estudos citados neste texto (LEMLE; NARO, 1977; GUY 1981; GRACIOSA, 1991; NARO; SCHERRE, 1991; RODRIGUES, 1992; SCHERRE; NARO, 1998; MONGUILHOTT, 2001; SILVA, 2005; BORTONI-RICARDO, 2008; LUCCHESI, 2009; ARAÚJO, 2014 etc.), tendo como base também os pressupostos da gramática normativa, a citar as formas verbais em contextos em que a gramática normativa considera facultativo o uso do plural, como:

- (i) Em casos da concordância semântica ou ideológica;

(51)

Assim todos não, né? porque **muita gente desistiram** muitos novo que cê procurar, aí parou tudo os estudo tipo na quinta série sexta série

(Participante 3 - feminino, 22 anos, Ensino Médio)

Este dado foi descartado pelo fato de o participante empregar o verbo no plural em um sujeito da terceira pessoa do singular por uma questão semântica.

- (ii) Orações com a expressão um dos + palavra no plural + que;

(52)

Era finado Pisciano **foi um dos que veio** corrido também de lá de angola esse esse é de Angola

- (iii) Usos de infinitivos flexionados.

(53)

**Nós, diria ficar, sempre numa casa de frente a turma**

**Eles**, aí com medo, criado tudo dentro do mato, de **ser** pego, né?

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

Tais contextos além de serem considerados como facultativos, suscitam outra perspectiva de análise em face à composição da ocorrência. Segundo Araújo (2014), tais ocorrências dão ensejo a outros estudos, pois podem ser considerados outros fenômenos para a pesquisa:

- (i) Contextos em situação de voz passiva:

(54)

Ah, porque na época **os homem era era recrutado** pra ir pra guerra

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(ii) Locuções verbais:

(55)

Aí, gostosa é, aí a canela (eu uso) com o mel da abelha **a gente chega fica** (com) aquele gosto da canela

(Participante 3 - feminino, 22 anos, Ensino Médio)

(56)

**Nós diria ficar** sempre numa casa de frente a turma

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(iii) Verbos com particípio em situação adjetivada:

(57)

Tem **muitas mi- pessoa** hoje em dia que **é formado** e aprenderam princípio comigo

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(58)

**Eles**, aí com medo **criado** tudo dentro do mato de ser pego, né?

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

Foram descartados dados em situação semântica ambígua, pelo contexto preceder dupla interpretação, não podemos afirmar com qual referente o verbo concorda:

(59)

Dia de domingo aqui às vez **os menino meu neto vem bota** uma caixa um microfone pega o microfone e canta uh tem um tambor, aí tem um tamborim tem um ( ) tem um ( ) os menino batuca a tarde todinha de domingo aí

(Participante 3 - feminino, 22 anos, Ensino Médio)

(60)

Então de noite **as mulher dos homem que ia** tava corrido ia tudo pra ali

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

Os dados que ocorreram com verbos conjugados no presente do indicativo, com as formas singular e plural consideradas homófonas, como os de verbo ter e vir também foram descartados, em face a esse contexto foram considerados os casos no pretérito imperfeito do indicativo, pois compreendemos que a oposição entre *tinha; tínhamos; tinham* não são consideradas formas homófonas. Seguem os exemplos abaixo:

(61)

É nem todos, né? alguns terminaram, outros tá ainda, aí como eu e **tem outros** que desistiram

(Participante 3 - feminino, 22 anos, Ensino Médio)

(62)

Dia de domingo aqui às vez os menino **meu neto vem bota** uma caixa um microfone pega o microfone e canta, uh **tem um tambor, aí tem um tamborim tem um, tem um** os menino batuca a tarde todinha de domingo aí

(Participante 3 - feminino, 22 anos, Ensino Médio)

(63)

**A gente tem**, né? eu tenho você bota ( ) no status, né?

(Participante 3 - feminino, 22 anos, Ensino Médio)

(64)

Aparece assim **algumas pessoas** que passam assim mal, né? que **têm** os sintomas dela  
(Participante 3 - feminino, 22 anos, Ensino Médio)

(65)

Documentador: quem pescava mais era os homem ou as mulher?

**Os homem tinha** uma função, era tirar caranguejo

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

## 5.5 REGISTRO

Em relação ao registro, controlamos a variável dependente face às entrevistas públicas e privadas. Consideramos as ocorrências obtidas nas entrevistas sociolinguística tipo DID como entrevistas privadas e para os dados coletados nas entrevistas do You Tube, como registro público.

Para o registro público obtivemos poucas entrevistas, assim, conseqüentemente, um número menor de dados que não puderam ser equiparados com as entrevistas sociolinguísticas, mas mesmo assim, realizamos uma análise na seção de análise de dados com o objetivo de levantar algumas possibilidades de interpretações em relação à variação da concordância verbal.

Com o objetivo de analisar a concordância verbal sob a perspectiva do estilo, mantivemos o levantamento de dados para que pesquisas futuras possam adotar essa metodologia e traçar análises sob a perspectiva da variação estilística.

As pesquisas sobre a variação da concordância verbal têm suscitado evidências para a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre a questão estilística, desse modo que este estudo busca, dentro dessa tentativa provocar evidência para este olhar voltado para a questão estilística. Assim, controlamos a regra variável analisando se os falantes exercem influência do espaço público ou privado diante da variação da regra, buscando compreender em que frequências a variação da regra padrão ocorre e em quais pessoas gramaticais. Ressaltamos que devido a assimetria da amostra, não traçamos generalizações, mas suscitamos evidências para estudos posteriores.

## 5.6 PROCEDIMENTO DE TRATAMENTO QUANTITATIVO

Ao realizarmos a etapa de codificação dos dados, utilizamos o programa computacional R (R CORE TEAM, 2021) para a análise estatística dos dados. Assim, conduzimos análise estatísticas descritivas através do conjunto dos dados, em função da presença ou ausência da regra de concordância verbal, com associação de testes de qui-quadrado, através de um modelo de decisões condicionais com o objetivo de analisar a partir dos fatores linguísticos e sociais na

variação de primeira e terceira pessoa do plural (*nós, a gente e eles/elas*) na fala dos participantes da pesquisa realizada na comunidade rural afro-brasileira Mussuca – Laranjeiras/SE. Por meio dela, verificamos se os fatores que controlamos apresentam interferências no fenômeno estudado.

A partir do teste de qui-quadrado, observamos se a distribuição encontrada é diferente da esperada. Nossas hipóteses para os testes são: H0 (hipótese nula), não há interferência das variáveis analisadas para a frequência de aplicabilidade da regra padrão, e H1 (hipótese alternativa) há interferência das variáveis analisadas para a frequência de aplicação da regra padrão. A análise multivariada das variáveis nos permite observar o efeito das variáveis em relação ao favorecimento por determinada variante. Diante disso, é possível descrever como se comporta o fenômeno considerando os fatores internos e externos, considerando o efeito na distribuição dos fatores analisados.

## 5.7 A COMUNIDADE DE PRÁTICA ANALISADA

Particularizamos uma discussão sócio-histórica da formação da comunidade de prática como espaço que demonstra particularidades linguísticas devido sua formação e contato com diversos povos. Desse modo, reforçamos a importância do conhecimento histórico da comunidade analisada, assim como os falantes que constituem tal comunidade.

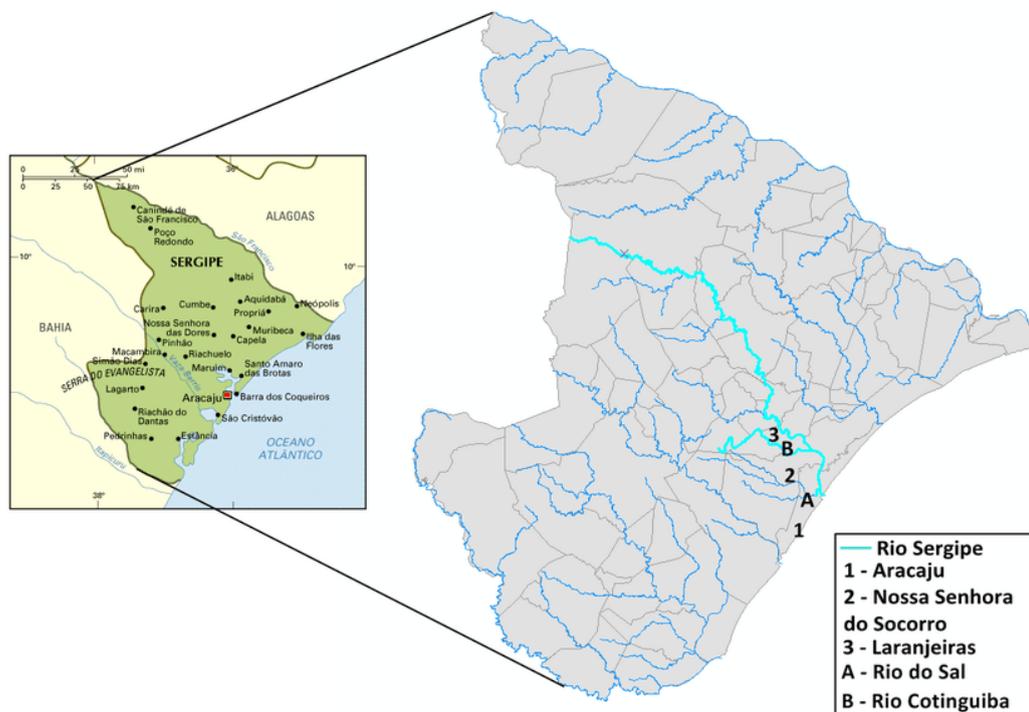
As comunidades de práticas se baseiam nas relações sociais com base em um empreendimento comum. Os quilombos sob a representação de espaços de resistências em prol de uma luta em comum, na busca da preservação de suas práticas, podem ser considerados uma das primeiras formas de comunidades de práticas que surgiu no período colonial sob o objetivo de resistência. Não obstante disso, as comunidades rurais afro-brasileiras seguem a mesma vertente a partir do momento que perpetuam suas práticas culturais, pois buscam, através das representações culturais, resistir para que as práticas culturais sejam preservadas.

### 5.7.1 Mussuca – Laranjeiras/Sergipe: da sócio-história à comunidade prática

A Mussuca é uma comunidade rural, situada na cidade de Laranjeiras-Sergipe. “Conhecida como lugar de negros” (SANTOS, 2019), encontra-se ocupada por uma população quilombola, que vivem nos entornos dos antigos engenhos do período colonial. É desse contexto histórico, como espaço de resistência e fuga ao sistema escravocrata que surge esta comunidade.



Figura 5 – Localização da cidade de Laranjeiras



Fonte: Google imagem

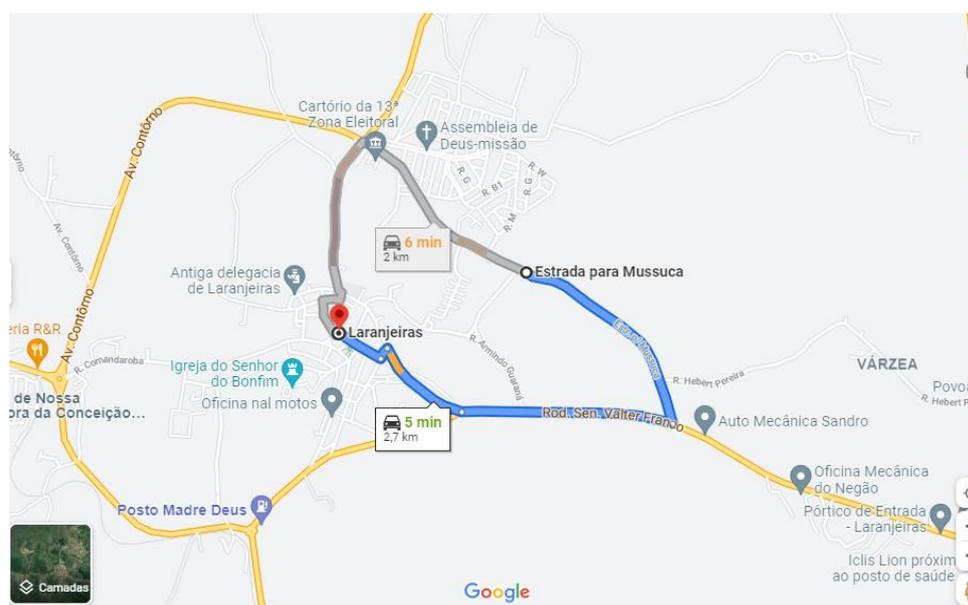
A cidade está localizada neste vale no ponto 3 e sua formação histórica é conhecida por abrigar a aristocracia açucareira deste período de efervescência. A historiografia da cidade de Laranjeiras é particularmente desenhada pelas políticas de colonização, num recorte de espaço tempo do período colonial do Brasil. Há estudos que mencionam a presença dos jesuítas na região e como marco a construção da primeira igreja (SANTOS, 2019; IBGE, 1958). Outros mencionam ter sido uma cidade que cresceu sob a participação tanto de portugueses quanto dos escravizados e ter sido a cidade com o maior número de engenhos em todo estado.

Em 1832, Laranjeiras foi elevada à condição de Vila, devido ao crescimento econômico (IBGE, 1958). Feitosa (2012) Realiza um estudo descritivo sobre os espaços da cidade de Laranjeiras, a partir do conceito de Flanêur, descreve os espaços arquitetônicos e memoriais da cidade e conclui ter sido um local de grande iminência. Em 1808, a cidade já contava com 600 casas. Em alguns estudos supracitados, referem-se à cidade como a Atenas sergipana devido a sua localização e a presença de um porto com movimentação intensa pela exportação de açúcar, registrando um grande fluxo de navegações, que “culminou com a instalação da primeira Alfândega de Sergipe em 1836” (OLIVEIRA, 2012).

Este delinear sobre a historiografia de Laranjeiras, permite-nos explicitar que esta cidade teve uma participação efetiva na consolidação dos engenhos de açúcar na região. A base

da mão de obra trabalhista era escrava, por isso o grande contingente de portugueses e escravizados na região. Não é ineditismo mencionar que as condições trabalhistas às quais os escravizados eram expostos foram desumanas. Com a grande massa trabalhando nos engenhos da região, surge a comunidade Mussuca, como espaço de resistência e fuga das condições os quais eram submetidos. “Antes mesmo do surgimento oficial de Laranjeiras, já eram conhecidas as propriedades do entorno da comunidade Mussuca, como o engenho Ilha, que sinaliza a importância econômica da região” (SANTOS, 2019).

Figura 6 – Acesso ao povoado Mussuca – Laranjeiras/SE



Fonte: Google imagem

Mussuca, como se pode ver no mapa, é um povoado muito próximo da cidade de Laranjeiras. Por muito tempo foi refúgio de negros fujões e libertos no período da escravidão até o século XIX. Essa comunidade tornou-se patrimônio histórico nacional, ser a representação de resistência da herança dos africanos no local, mantendo hábitos como religião e outras manifestações culturais (SILVA, 2012). A esta dinâmica de contato que este trabalho preconiza, notamos que, pelos intensos fluxos migratórios próximos e pelas políticas linguísticas adotadas, esta comunidade pode apresentar fortemente a alternância de variedades linguísticas. Diante dessa questão, ressaltamos a necessidade de refletir sobre os aspectos sócio-histórico-demográfico que propomos neste texto.

Devido a este contexto sócio-histórico, houve a presença dos escravizados no período da intensificação dos engenhos de cana-de-açúcar, é que a região é marcada por práticas culturais afro-brasileiras, desde a religião à culinária local. Como já abordado nesse texto, compreendemos por comunidades de práticas as representações de grupos engajados em prol

de um empreendimento comum. A partir dessa concepção recorreremos as formas identitárias implicadas nessas relações entre os grupos como resultantes das construções de sentidos e simbólicas no contexto de trabalho e/ou das representações das práticas.

A comunidade de práticas permite a construção do conhecimento, pois este é gerado e compartilhado através da interação. Esta realidade é conivente na comunidade Mussuca, uma vez que a comunidade possui um grupo de mulheres marisqueiras que desenvolvem a atividade juntas, em meio das músicas entoadas durante o trabalho. Além disso, a comunidade possui dois grupos de práticas culturais: o samba de parêla e o samba de coco que é conhecido por todos na região. Abaixo, fotos dessas práticas:

Figura 7 – Representação de práticas do samba de parêla



Fonte: Google imagem

Figura 8 – integrantes do samba de parêla



Fonte: Google imagem

Figura 9– integrantes do samba de coco



Fonte: Google imagem

Figura 10– representação da prática cultural na comunidade



Fonte: Google imagem

A representação do samba é frequente na região e é valorizado por todos da comunidade, além de ser representado no encontro cultural realizado em Laranjeiras. Percebemos através da análise dos contextos das entrevistas que o participante assume na comunidade de prática a sua posição identitária resultante desse constructo social flexível. A identidade revela um lugar que é assumido pelo indivíduo nas diversas relações que ele constrói. O sujeito atua nessas relações

de acordo com os diversos papéis sociais que ele exerce.

(66)

A continuidade da vida dela é esse folclore dela. A cultura dela que tá na cabeça dela. E a minha é essa merma. Ela não vai deixar a cultura né? Como diz a história, queira ou que num queira, é a mestra da cultura, né? Como é nos três grupos folclóricos aqui da redondeza e alguém talvez uma sobrinha ou neta ou que fosse substitua pra cultura num morrer, né?

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

Os participantes que compõem este trabalho participam de algumas práticas, a exemplo do samba de parrelha e denotam o seu orgulho por fazer parte de tal prática. Uma das participantes é considerada como representante dessa prática cultural e é a responsável por entoar músicas do samba e por comandar as coreografias. Tal prática é reconhecida na comunidade como folclore ou cultura que é representada pela participante da pesquisa. No excerto acima, o seu companheiro denota a importância do samba de parrelha para a participante e a possibilidade dela transferir esta responsabilidade para sua sobrinha, para que “a cultura não morra”. E abaixo a participante reforça:

(67)

Eu sou uma pessoa que sou da cultura. Já nasci da cultura, aquela raiz, né? Eu não vou perder a minha cultura por nada desse mundo, porque eu adoro, eu nasci da cultura, como pouco instante eu já falei. Meu pai foi um homem, ele era... fazia parte da cultura, ele nasceu também da raiz da cultura e ele mim deixou, eu no lugar pra fazer a cultura que ele fazia e eu estou fazendo, tá vendo! Mim ensinou muitas músicas nos grupo, né? Nos grupos que ele participava, nos grupos que ele foi nascido e criado aqui da Mussuca e todos esse grupo que ele mim ensinou, eu aprendi as músicas toda nos grupos, entendeu? E como eu falei pra vocês, aquele outro dia e o grupo mais popular que eu canto mesmo com emoção mesmo é o grupo São Gonçalo.

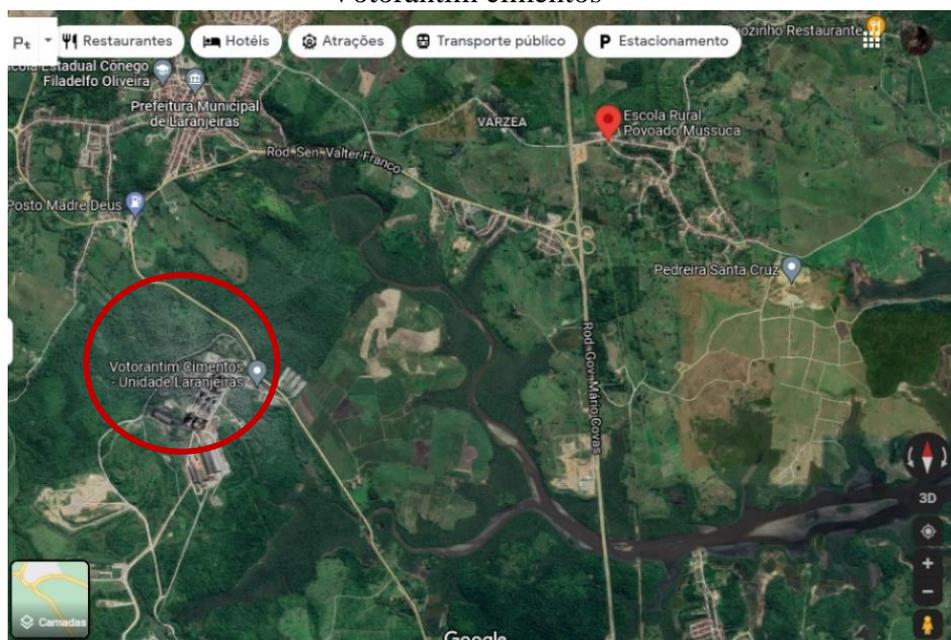
(Participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

Notamos que a participante assume a sua posição diante das práticas sociais que são desenvolvidas na comunidade. Evidencia sua autoafirmação identitária como mestre do samba de parrelha, assim percebemos que a *persona* se molda na diversidade dos contextos das práticas reconhecendo seu papel nas representações. Essa autoconsciência de representação é indissociável para a análise estilística, pois é necessário compreender a posição que esse sujeito/falante ocupa nessa hierarquia, já que as práticas linguísticas assumem significados específicos e a identidade está interligada às práticas sociais.

A comunidade hoje possui a Escola Rural do povoado Mussuca, que oferta o Ensino Fundamental I ao Ensino Médio. Possui uma igreja católica, duas igrejas evangélicas (Assembleia de Deus e a Igreja evangélica Jesus a fonte de vida) e um espaço de práticas de candomblé que os participantes da pesquisa denominam de Xangô. Como atrativo possui bares, festas na região e lanchonetes que atraem os jovens locais, como podemos verificar no mapa



Figura 12– Mapa da comunidade Mussuca com ponto de localização da empresa Votorantim cimentos



Fonte: Google imagem

Figura 13– Mapa da comunidade Mussuca com ponto de localização da Pedreira Santa Cruz



Fonte: Google imagem

Portanto, o que podemos considerar dentro dessa estrutura é que as percepções identitárias construídas em meio às representações das práticas, fazem dessa comunidade uma importante fonte de análise para compreender como os fatores sócio-históricos fomentaram a implementação de práticas culturais que se tornaram representações das práticas de linguagem de uma determinada comunidade de práticas.

## 6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção, apresentamos os resultados da análise qualitativa e quantitativa da variação na concordância verbal junto à 1ª e 3ª pessoa do plural (P6). Apresentamos o comportamento das variantes em relação aos grupos de fatores, buscando comparar os resultados obtidos com os resultados de outras pesquisas com o propósito de fornecer uma visão mais abrangente sobre a variação na concordância verbal, analisando as evidências de tais resultados, propondo identificar a realidade do fenômeno na comunidade estudada.

### 6.1 DISTRIBUIÇÃO GERAL E ANÁLISE DOS DADOS

#### 6.1.1 Variável dependente

Após a análise de 12 entrevistas sociolinguísticas e 8 entrevistas em espaços públicos, obtivemos um total de 527 ocorrências de dados da 1ª e 3ª pessoa do plural, considerando a variável *a gente* no *corpus* levantado. Como se observa no gráfico abaixo, a comunidade apresenta realidades distantes em face à aplicabilidade da regra padrão. Desse resultado, 71% (244/343) das realizações são da aplicabilidade da regra padrão para P4 nos exemplos (68) e (69), e 29% (99/343) são da ausência de aplicabilidade da regra padrão, como se observa em (70) e (71). Para P6, apresenta um resultado muito distante, 80% (147/184) para a ausência da aplicabilidade da regra padrão, como em (72) e (73) e 20% (37/184) para a aplicabilidade (74) e (75), como verificamos na tabela 1.

(68)

Aí de manhã **a gente desceu** direto

(Participante 13 – Masculino, 49 anos, Ensino Médio)

(69)

**A gente brincava e pegava** a noite toda só com uma mão.

(Participante 4 – Feminino, 79 anos, Ensino Fundamental I)

(70)

**Nós dava** até os vizinhos

(Participante 5 – Masculino, 25 anos, Ensino Fundamental II)

(71)

**Nós carregava** água onde?

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, Sem escolarização)

(72)

**Meus pai nasceu** aqui e se criou

(Participante 12 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(73)

**Eles** quando **precisava** de um ao outro chamava gritava oh fulano mas como o lugar era silêncio

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, Sem escolarização)

(74)

**Eles vão** e assim ele tem a banda de (init)

(Participante 11 – Feminino, 50 anos, Ensino Fundamental I)

(75)

Plantaram amendoim lá, o pessoal pediu pra plantar, aí, **eles liberaram aí, deram** agora próximo ano quem vai plantar é eu

(Participante 5 – Masculino, 25 anos, Ensino Fundamental II)

Obtivemos o seguinte quantitativo para P4 e P6:

Tabela 1 – Distribuição geral dos dados da CV com P4 na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca

Variável dependente	Nº de aplic/total	Percentual
<b>Concordância padrão</b>	244/343	71%
<b>Concordância não padrão</b>	99/343	29%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

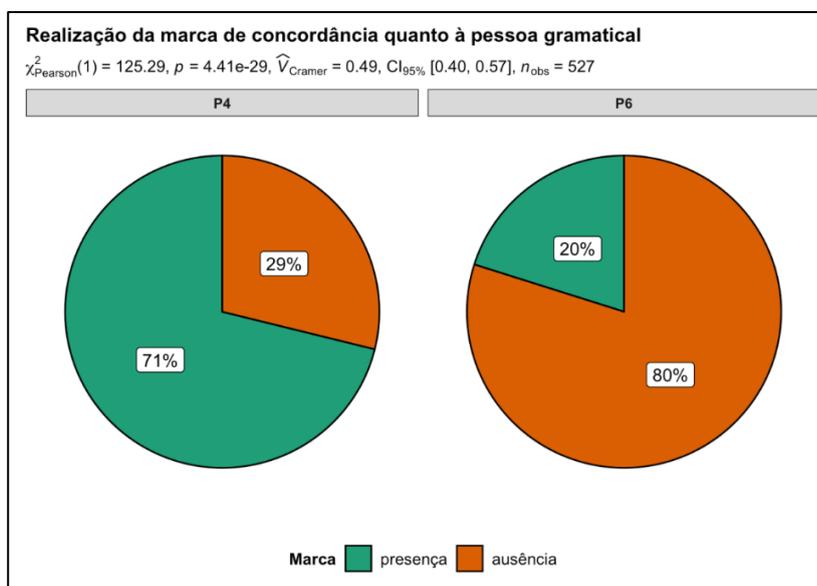
Tabela 2 – Distribuição geral dos dados da CV com P6 na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca

	Nº de aplic/total	Percentual
<b>Concordância padrão</b>	37/184	20%
<b>Concordância não padrão</b>	147/184	80%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para esta análise, devemos esclarecer os caminhos metodológicos que selecionamos, visto que a distância entre as frequências de aplicabilidade da regra tanto para P4 quanto para P6 se justifica pelo fato de observarmos a variação *a gente + verbo flexionado na terceira pessoa do singular* como presença da regra padrão de concordância em substituição de *nós + verbo flexionado na primeira pessoa do plural*. Consideramos as duas formas como presença da regra padrão de concordância. Desse modo, compreendemos que a presença da regra padrão para P4 ocorreu em maior percentual, pois para este estudo observamos a forma inovadora como a aplicabilidade da regra padrão.

Figura 14 – Gráfico de realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4 e P6



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como podemos ver, os resultados aparecem velados face aos paradigmas de P4, pois a alta frequência da presença da aplicabilidade da regra padrão se deve ao uso de *a gente + terceira pessoa do plural*. Ao desdobrar os resultados em relação aos paradigmas P4 (*a gente e nós*) e P6, podemos observar que P4 (*nós*) e P6 apresentam resultados próximos e que P4 (*a gente*) apresenta um contexto diferenciado. Os estudos realizados em comunidades rurais afro-brasileiras corroboram com este resultado de P6 e P4 (*nós*), deixando evidente que tais comunidades têm utilizado com maior frequência a forma inovadora P4 (*a gente*) (LUCCHESI, 2009; VITÓRIO, 2015; ALVES; SOUZA, 2020). Lucchesi (2009) menciona que a adoção do *a gente* em substituição de *nós* vem ocorrendo em maior frequência nas comunidades rurais afro-brasileiras e que além de motivações internas, as motivações externas também são relevantes somados às motivações sócio-históricas que também devem ser levadas em consideração nesse contexto.

Segundo Lopes (2003), a forma inovadora *a gente* é introduzida no português brasileiro desde o século XVII, mas apresentando uma forma plural como *as gentes*, que acabou caindo em desuso:

No que o moço cantava  
o judeu meteu mentes, e levó-o a ssa casa,  
poi se foram as gentes (LOPES, 2003, p. 09).

Em contrapartida, emergiu o uso da forma *a + gente*, esta expressão foi sendo cada vez

mais utilizada como 1ª pessoa do plural concorrendo com a forma *nós* (NOVAIS, 2021, p.20). Como podemos confirmar nos dados (76) e (77) extraídos do *corpus* de análise:

(76)

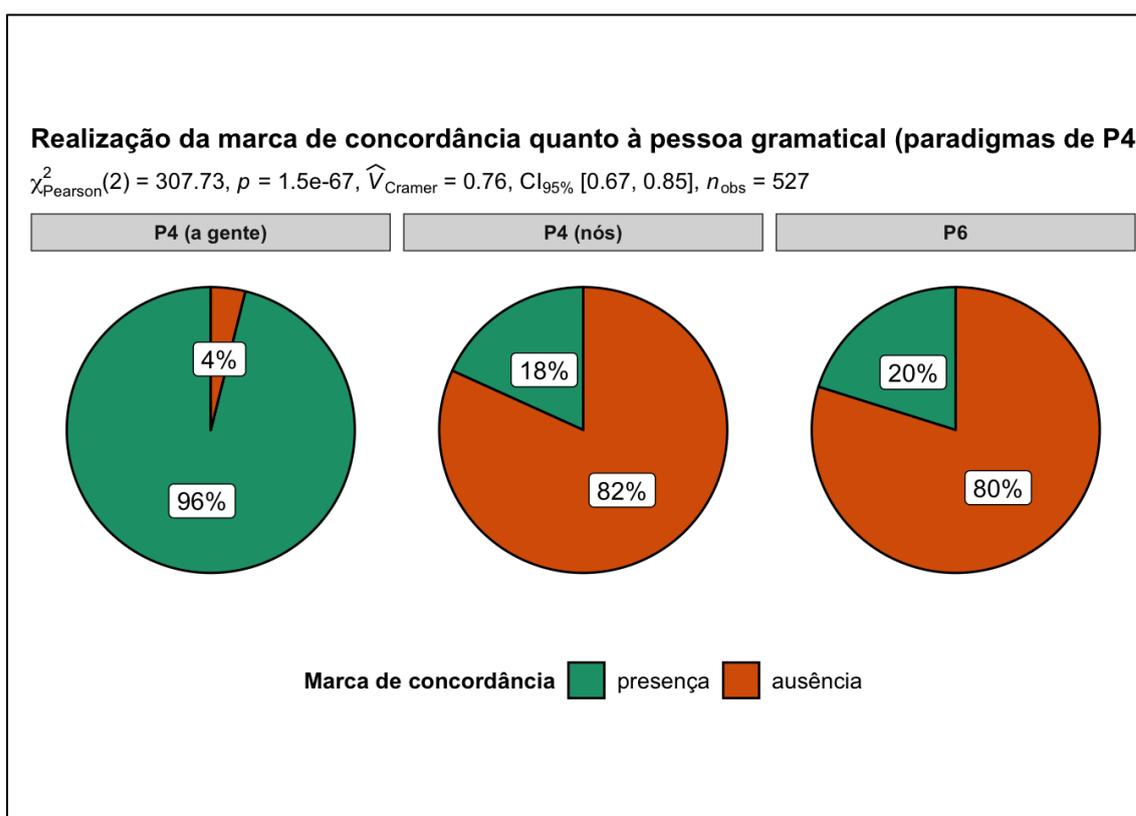
Não tinha estrada nem pra pedestre não tinha e- era dentro dos mato **a gente passava**  
(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(77)

Naquela época **a gente pisava** no pilão (hes) aí, **botava** no (pó) lá aí, espremia (hes) uma cachaça e agora tem liquidificador né? passa tudo aí coa  
(Participante 3 – Feminino, 22 anos, Ensino Médio)

Para Novais (2021), essa mudança na adoção de um novo termo para o sintagma pronominal tende a provocar mudanças na concordância verbal desde o nível micro ao macro, uma vez que, no português brasileiro, passa a existir uma nova regra de funcionamento, como a que foi considerado nesse estudo.

Figura 15 – Gráfico de realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical (paradigmas de P4)



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na tabela 3, podemos observar a distribuição dos resultados obtidos e o número de dados com a variante inovadora (*a gente*):

Tabela 3 – Distribuição geral dos dados da CV com Paradigma de P4 e P6 na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca

Variável	<b>P4 (a gente)</b>	<b>P4 (nós)</b>	<b>P6</b>
<b>Concordância padrão</b>			
<b>Nº de aplic/total</b>	224/233	20/110	37/184
<b>Percentual</b>	96%	82%	80%
<b>Concordância não padrão</b>			
<b>Nº de aplic/total</b>	4%	82%	80%
<b>Percentual</b>			

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Esses resultados nos demonstram indícios de um comportamento atribuído pela comunidade em que a forma inovadora apresenta uma frequência de aplicabilidade de 96% e é estatisticamente significativo. Em relação aos condicionadores internos, como abordados na metodologia, verificamos o tipo de sujeito, realização e posição do sujeito, verbo, tipo de verbo, traço de especificidade e saliência fônica.

#### 6.1.1.1 Saliência fônica

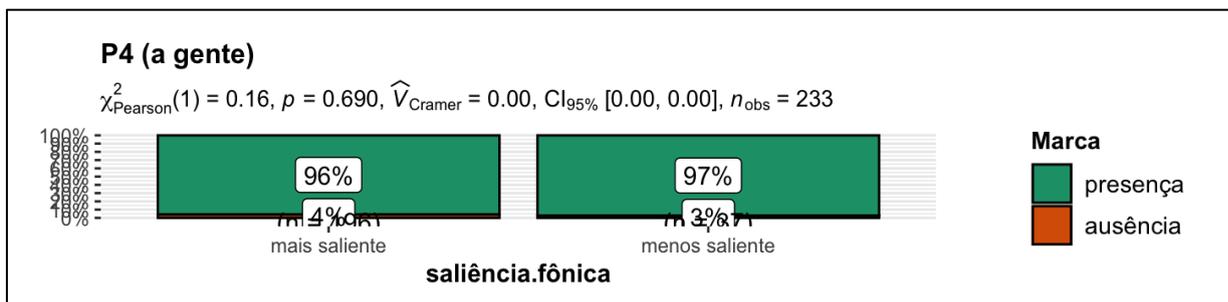
Ao analisar os condicionadores internos, a saliência fônica é o único traço estatisticamente significativo, mas somente para P6 ( $X^2(1, N= 184) 19.32, p = 1.1e-05$ ), embora apresente uma associação também considerada fraca de 0.32, o que difere do paradigma de P4 (*nós* e *a gente*), pelo fato de não apresentar diferença estatisticamente significativa, nem tampouco  $v$  de Cremer (0.00), como podemos observar na Tabela 4 e na Figura 16 abaixo:

Tabela 4 – Atuação da variável *Saliência fônica* no uso da CV padrão com P4 (*a gente*) na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual
<b>Mais saliente</b>	196/233	96%
<b>Menos saliente</b>	37/233	97%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Figura 16 - Gráfico de realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4 (*a gente*) – saliência fônica



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com isso, para P6, consideramos os estudos anteriores sobre a variação da CV e confirmamos os resultados encontrados. Assim, este estudo considera que quanto mais saliente for o grau de diferença entre as formas verbais, mais o falante tende em aplicar a regra. Estes resultados podem ser confirmados nos estudos de Lemle e Naro (1977) e Naro (1981) já mencionados na revisão teórica desse texto. Os autores investigaram o fator de saliência fônica, partindo do pressuposto de que na 3ª pessoa do plural a crescente saliência fônica da oposição entre singular e plural está relacionada à probabilidade crescente de aplicabilidade à regra de concordância, tal pressuposto se confirma nos resultados encontrados neste estudo, como verificamos na distribuição dos dados na Tabela 5:

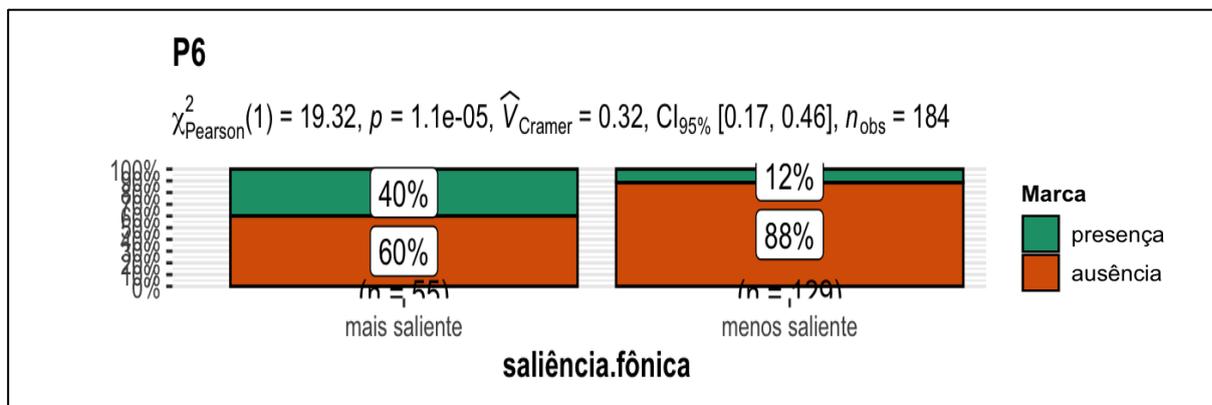
Tabela 5 – Atuação da variável *Saliência fônica* no uso da CV padrão com P6 na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca

Fatores	Ocorrências/Total	Percentual
<b>Mais saliente</b>	55/184	40%
<b>Menos saliente</b>	155/184	12%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação a distribuição dos dados no programa R, podemos visualizar a maior aplicação da regra padrão de concordância verbal em contextos mais salientes:

Figura 17 – Gráfico de realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P6 - saliência fônica



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao associar os resultados com outros estudos, verificamos que é fato de que os níveis mais baixos de hierarquia da saliência favorecem menos a concordância do que em níveis mais altos, como nos exemplos (78) e (79) extraídos do *corpus*:

(78)

Aí, **eles** já **trouxeram** um cumpadre meu

(Participante 6 – Masculino, 82 anos, sem escolarização)

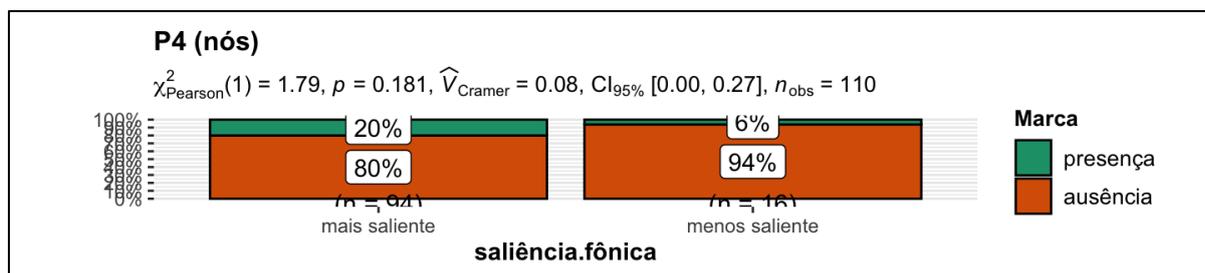
(79)

Pegou fogo quando **eles disseram disseram** que quando **eles desceram** já estava todos três mortos

(Participante 11 – Feminino, 50 anos, Ensino Fundamental I)

Essas hipóteses são comprovadas em praticamente todos os estudos sobre CV com dados coletados no Brasil, como Monguilhott (2001) que ressalta que o fator de saliência fônica se faz determinante quanto à aplicabilidade da regra de concordância verbal e Silva (2003), que realiza um estudo em comunidades rurais no interior da Bahia, também corrobora com estes resultados. Ao contrapor com os resultados em relação à norma culta, percebemos que o fator de saliência fônica também é relevante para esta norma (ARAÚJO, 2014; GRACIOSA, 1991; NOVAIS, 2021). Para Novais (2021), H1 é a de que a saliência apresenta efeito na distribuição da variável dependente, que se confirma em nossos resultados para P6, na norma popular rural, apontando um desfavorecimento para contextos menos salientes.

Figura 18 – Gráfico de realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4 (*nós*) - saliência fônica



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Tabela 6 – Atuação da variável *Saliência fônica* no uso da CV padrão com P4 (*nós*) na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca

Fator – Saliência Fônica	P4 ( <i>a gente</i> )	P4 ( <i>nós</i> )
<b>Mais saliente</b>		
Ocorrências/Total	196/233	94/110
Percentual	96%	20%
<b>Menos saliente</b>		
Ocorrências/Total	37/233	16/110
Percentual	97%	6%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As pesquisas realizadas entre *nós* e *a gente* têm mostrado que o grau de saliência fônica é relevante para explicar as escolhas dos falantes pelas variantes. Percebemos, a partir da tabela 6, que para o paradigma P4 (*nós e a gente*) o traço não foi significativo estatisticamente, mas que em contexto mais saliente, mesmo que em uma diferença pouco relevante apresenta uma maior frequência de dados com a ausência da regra padrão do que em relação à frequência do paradigma *a gente*. Obtivemos para o paradigma de P4 (*nós*) 80% de ausência da regra padrão para contextos mais salientes e 94% em contextos menos salientes, enquanto para o paradigma de P4 (*a gente*) 4% de ausência da regra padrão para contextos mais salientes e 3% em contextos menos salientes, assim consideramos a diferença entre os dois contextos de saliência pequena, mas ainda assim deve ser considerada.

Correlacionamos essa percepção ao nível de saliência fônica em relação aos verbos que empregados no singular, pois na forma P4 (*a gente*) tende ser notado uma maior diferença fônica em relação a P4 (*nós*), além de que a presença da aplicabilidade da regra em P4 (*nós*) é também decorrente da marca morfêmica *-mos*, além de considerarmos a marca morfofonológica como presença da regra padrão, como verificamos nos dados (80) e (81).

(80)

Lá **nós fizemo** um treinamento foi cinco dia

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(81)

**Nós fomo**, foi se criano tudo junto, tudo na mesma cidade, né? Aqui, né? No povoado Mussuca. **Nós somo** nascida e criada.

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, Sem escolarização)

A análise da saliência fônica apresenta a mesma linha de análise dos estudos supracitados, visto que foi o único traço que foi estatisticamente significativo e observamos que em relação a regra variável, os resultados apontam que falantes dessa comunidade seguem a mesma tendência apontada por Lemle e Naro (1977) e Naro (1981) pois, realizam a regra padrão de concordância verbal com mais frequência quando os verbos mais salientes estão presentes, ou seja, quando o verbo envolve acréscimos de segmentos e mudanças vocálicas na desinência, mudanças na raiz e até mudanças completas, os falantes tendem a utilizar a regra de concordância verbal mais próxima às variedades cultas do PB, enquanto os verbos menos salientes são menos perceptíveis na marcação da regra padrão de CV e conseqüentemente, menos marcados pelos informantes, como ocorre com os verbos em que a diferença fônica envolve nasalização sem envolver qualidade.

Desse modo, concluímos que pelo grau da diferença fônica, os falantes da Mussuca tendem a assumir o mesmo padrão em relação a análise da saliência fônica do PB. Quando se trata de concordância verbal, em que os verbos que possuem um alto grau de diferença fônica entre singular e plural são aplicados em maior número com a regra padrão. Com isso observamos que a tonicidade não deve ser descartada, pois os verbos oxítonos apresentam um maior favorecimento na aplicação da regra padrão de concordância verbal.

#### 6.1.1.2 Tipo de verbo

Em alguns estudos a concordância verbal tem sido ligada ao tipo de verbo. Nos estudos de Monguilhott (2001), a variável se destacou por significância estatística, (para o tipo de verbo apresenta verbos de ligação 319/408 com 78%, verbos intransitivos 101/123 com 82%, verbos transitivos 631/769 com 82% e os verbos inacusativos<sup>25</sup> 200/283 com 71%). Em outros estudos, o tipo de verbo não apresenta resultados equiparados ao de Monguilhott (2001) a exemplo de Araújo (2014). Em relação aos tipos de verbo os nossos resultados não demonstraram significância do ponto de vista estatístico, corroborando com os resultados

<sup>25</sup> Inicialmente, Monguilhott (2001) traça a hipótese de que, numa análise relacionada ao tipo de argumento, os verbos inacusativos ao selecionar argumentos mais ou menos humanos apresentariam mais ocorrências com o sujeito posposto, o que favoreceriam uma menor ocorrência da regra padrão de concordância verbal. Tal hipótese se confirma com os resultados e a análise de sua pesquisa.

encontrados por Araújo (2014). Embora que por uma inspeção visual P4 (*nós*) apresenta uma diferença. Na tabela abaixo podemos verificar como os dados estão distribuídos:

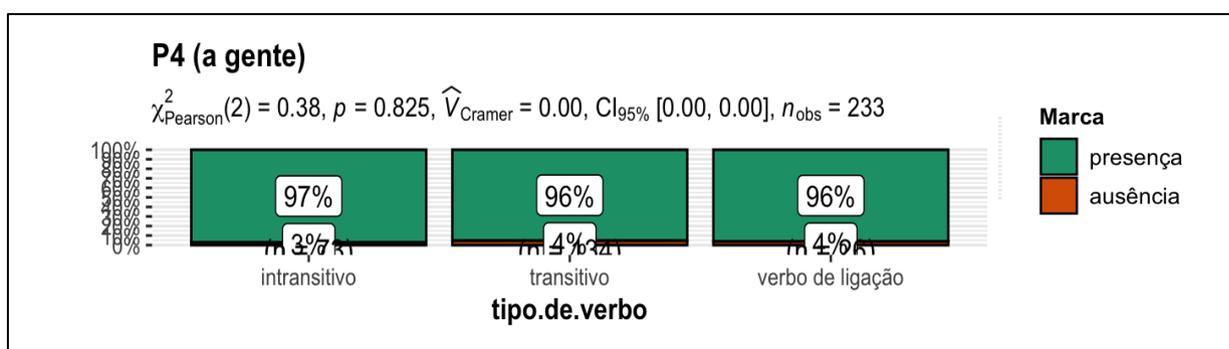
Tabela 7 – Distribuição da variante padrão de CV nos fatores da variável *Tipo de verbo* na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca

Fatores	P4 ( <i>a gente</i> )	P4 ( <i>nós</i> )	P6
<b>Intransitivos</b>			
Nº de aplic/total	73/133	06/27	08/33
Percentual	97%	22%	24%
<b>Transitivo</b>			
Nº de aplic/total	128/134	10/74	26/129
Percentual	96%	14%	20%
<b>Ligação</b>			
Nº de aplic/total	25/26	04/09	03/22
Percentual	96%	44%	14%
Total	233	110	184

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em análise dos dados da Tabela 7 e da figura 19, observamos que para o paradigma P4 (*a gente*) obtivemos o seguinte resultado: ( $X^2$  (1, N= 233) 0.38,  $p = 0.825$ ), com associação fraca, para P4 (*a gente*) apresenta resultados equiparados em relação à frequência de aplicabilidade da regra padrão para os três tipos de verbos, como podemos verificar na Figura 20 abaixo:

Figura 19 – Gráfico de realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4 (*a gente*) - tipo de verbo

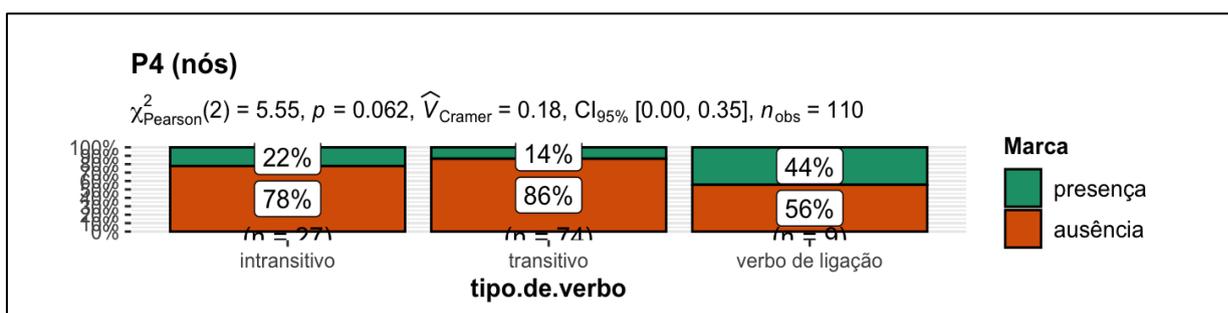


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para o paradigma P4 (*nós*), também obtivemos uma associação fraca, no entanto com diferenças mais expressivas do que para o paradigma de P4 (*a gente*). Com o resultado ( $X^2$  (1, N= 110) 5.55,  $p = 0.062$ ) e  $v$  Cremer 0.18, percebemos que para os três tipos verbais há uma diferença em relação a frequência de ausência da regra padrão. Os verbos intransitivos

apresentaram 78% da frequência de ausência da regra padrão. Os verbos transitivos 86% da frequência de ausência da regra padrão e a menor frequência apresentada para a ausência da regra foi dos verbos de ligação com 56% da frequência de ausência da regra padrão, como observamos abaixo:

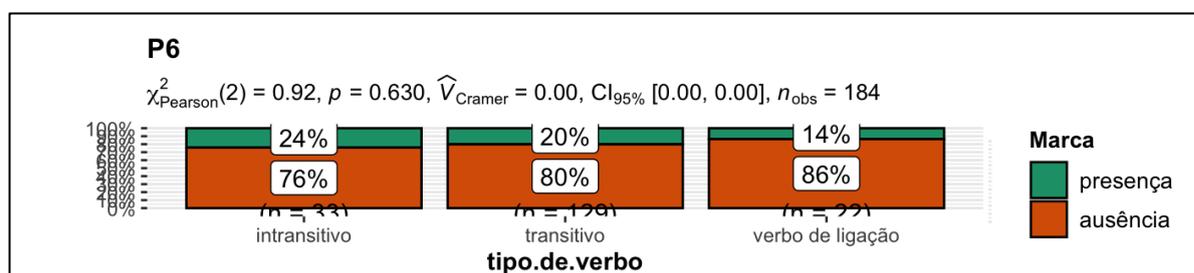
Figura 20 – Gráfico de realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4 (*nós*) tipo de verbo



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para P6, obtivemos ( $X^2(1, N=184) 0.92, p = 0.630$ ), mas por meio de uma análise da frequência de ausência da regra padrão, observamos que os três tipos de verbos apresentam uma variação em relação à aplicabilidade da regra padrão. Os verbos intransitivos apresentaram uma frequência de 76% de ausência da regra, com uma diferença pouco significativa os verbos transitivos apresentaram 80% da frequência de ausência da regra, enquanto os verbos de ligação apresentaram a maior frequência em relação a regra variável.

Figura 21 – Gráfico de realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P6 - tipo de verbo



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O tipo de verbo é um fator pouco controlado nos estudos sobre CV no PB. Mas com base em Silva (2005, p.164) e Graciosa (1991) controlamos tal fator a fim de verificar se a carga semântico-funcional pode determinar maior ou menor aplicabilidade da regra padrão. Para esta análise, assim como já mencionado nesse texto, devemos considerar a peculiaridade da amostra,

pois os dados são assimétricos (do total de 527 dados, obtivemos 57 verbos de ligação como os dados (82) e (83), 337 verbos transitivos como os dados (84) e (85) e 133 verbos intransitivos como os dados (86) e (87)).

Para a análise desse fator, detemo-nos à descrição realizada dos dados obtidos no levantamento das ocorrências. Direcionamos o nosso olhar para os resultados relacionados aos verbos de ligação, pois estes apresentam um maior número de ocorrências com ausência da regra padrão de CV relacionadas mais à P6 do que para P4. Obtivemos 57 ocorrências com verbos de ligação para P4 e P6, com 35 ocorrências para P4 (06 com ausência da regra padrão de CV) e 22 ocorrências para P6 (19 ocorrências com a ausência da regra padrão de CV).

Percebemos que tais resultados se inter-relacionam com o fator de Saliência fônica, pois os verbos de ligação para P6 apresentam um menor grau na diferença fônica entre as formas verbais singular *versus* plural. Embora não tenhamos realizado um cruzamento dos dados, observamos que os verbos que apesar de obter acréscimos de segmentos, alguns desses verbos não envolvem mudança na qualidade da vogal na forma plural, sendo classificados no nível 1 na escala de saliência fônica<sup>26</sup>. Tais verbos apresentam um número maior de ocorrências com a ausência da regra padrão, tal realidade corrobora com a explicação dos resultados encontrados por Monguilhott (2002) que observou um número bastante expressivo com maior ocorrência da regra padrão de concordância verbal com os verbos com maior diferença entre o grau de saliência fônica, suscitando a possibilidade de esta ser uma explicação para o número de ocorrências encontradas. Assim, pelo fato de o nível de saliência fônica ter sido em menor número nos verbos de ligação encontrados nesta análise, acreditamos que esta seja uma possível explicação para os resultados obtidos.

Tabela 8 – Distribuição da variante padrão de CV nos fatores da variável *Tipo de verbo e saliência fônica* na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca<sup>27</sup>

Fatores	Verbo de ligação	Verbo transitivo	Verbo intransitivo
<b>Mais saliente</b> Nº de aplic/total	28/32	189/337	111/184
<b>Menos saliente</b> Nº de aplic/total	04/32	148/337	22/184

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

(82)

Ah, porque na época **os homem era era** recrutado pra ir pra guerra

<sup>26</sup> Para esta análise utilizamos os estudos de Naro (1981) e Monguilhott (2002) discutido na metodologia desse trabalho.

<sup>27</sup> Não apresentamos percentuais nessa tabela, pois não houve cruzamento de dados pelo Programa R.

(Participante 12 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(83)

Aqui como **a gente tá** aqui

(participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

(84)

Aí, tem um tamborim tem um tem um **os menino batuca** a tarde todinha de domingo aí

(participante 3 – Feminino, 22 anos, Ensino Médio)

(85)

Aí, **nós botou** aquentinha os pessoal que vinha...

(Participante 2 – Masculino, 52 anos, Ensino Médio)

(86)

**A gente ia** pra escola e mãe dela não deixava ela ir para escola não

(participante 10 – Feminino, 50 anos, Ensino Fundamental II)

(87)

Aí, **nós ia**, todo mundo juntava aquela equipe de homem, mulher, menino, não tinha tamanho, não tinha idade e não tinha sexo

(participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

Araújo (2014) salienta que em seus resultados os verbos intransitivos e os de ligação são os que atuam, de modo mais significativo, no favorecimento da aplicação da regra padrão da concordância verbal com P6, com 31.5% dos dados. Na nossa amostra, os verbos intransitivos, mesmo sem significância relativa, mas por análise da frequência de aplicabilidade é o tipo de verbo que mais favorece a concordância da regra padrão para P6 com 24% de frequência de aplicabilidade da regra padrão, seguido dos verbos transitivos com 20% de aplicabilidade para a regra padrão. Corrobora com a frequência encontrada por Araújo (2014), pois os verbos transitivos não se mostraram favorecedores com seus pesos relativos muito próximos ao ponto neutro apresentando 21.5% de aplicabilidade da regra. Em relação aos verbos de ligação, Araújo encontra 31.7% de frequência de aplicabilidade e, neste estudo, *nós* encontramos 14% da frequência de aplicabilidade da regra padrão. Em relação ao controle dessa variável nas comunidades rurais afro-brasileira, Silva (2005) aponta que o verbo que apresentou a maior frequência de concordância foi o verbo de ligação (22%), seguido dos verbos transitivos (19%) e intransitivos (17%).

Em relação a quantidade do tipo de verbo mais encontrado, tanto Monguilhot (2001), quanto Araújo (2014) demonstram em seus resultados um número maior de ocorrências com verbos transitivos seguido dos verbos de ligação e posteriormente dos verbos intransitivos. Em nossa amostra, os verbos transitivos estão em maior número de ocorrências seguido dos verbos intransitivos e posteriormente, os verbos de ligação.

### 6.1.1.3 Especificidade do sujeito

Em relação ao fator de especificidade do sujeito, percebemos que na primeira pessoa do plural (*a gente*) temos sujeito mais específico para a marcação da regra para o paradigma P4 (*a gente*) com um resultado de forte associação, estatisticamente significativo ( $\chi^2(1, N= 233) 198.39, p = 4.69e-45$ ). Para a forma inovadora, é possível certificar que a aplicabilidade da regra padrão é relevante, garantindo a presença da regra em 94% das ocorrências:

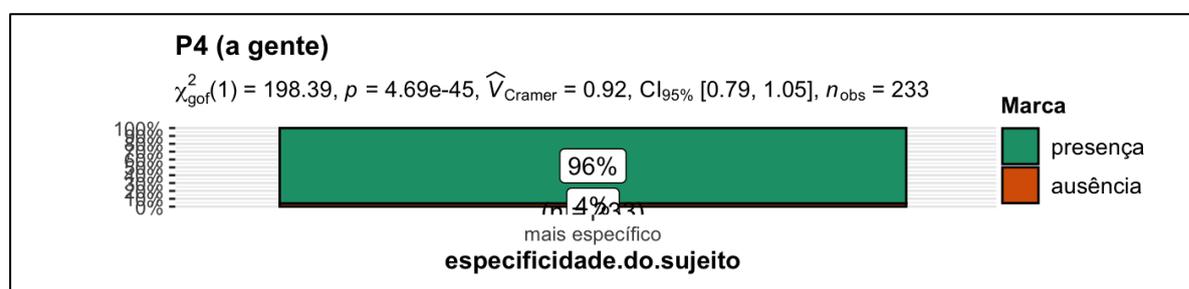
Tabela 9 – Distribuição geral da variante padrão de CV no fator *especificidade do sujeito* na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca

Fatores	P4 ( <i>a gente</i> )	P4 ( <i>nós</i> )	P6
<b>Mais específico</b>			
Nº de aplic/total	224/233	20/110	30/136
Percentual	96%	18%	22%
<b>Menos específico</b>			
Nº de aplic/total	-----	-----	07/40
Percentual			15%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao analisar a tabela, percebemos que a maior parte das ocorrências estão marcadas com sujeitos mais específico e que a variante inovadora segue a mesma tendência apresentada para os outros fatores, um maior percentual de aplicação da regra padrão de CV, enquanto para P4 (*nós*) e P6 os percentuais de aplicação da regra padrão de CV são mais baixos e apresentam também um menos número de ocorrências. A Figura 22, abaixo, confirma-nos essa tendência:

Figura 22 – Gráfico de realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4 (*a gente*) – especificidade do sujeito



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como podemos analisar no que nos chama a atenção nesse paradigma é que consideramos mais específico o sujeito *a gente* em situações em que se fez referência (*eu + nós* – referente próximo ou pessoas da comunidade) e, nesta direção, averiguamos que a aplicabilidade da regra ocorreu em contextos mais salientes. Desse modo, à medida que a

referência se fez mais específica combinado a um contexto mais saliente os falantes aplicavam mais a regra (de 233 casos de sujeitos mais específicos 196 dados foram com verbos mais salientes), como verificamos nos dados (88) e (89):

(88)

Galho que tinha besouro no tronco dos pau velho fazia aquela zuada e **a gente pensava** que era bicho.

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(89)

Documentador: De ônibus?

Não **a gente** daqui de Sergipe (pa) gente **ia** de avião

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

Para o paradigma de *nós*, observamos a mesma realidade, pois apresentou somente 18% de aplicabilidade padrão para contextos mais específicos como nos dados (84) e (85):

(90)

O nome dela é M R da S. **Nós** ainda **somo** parente.

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

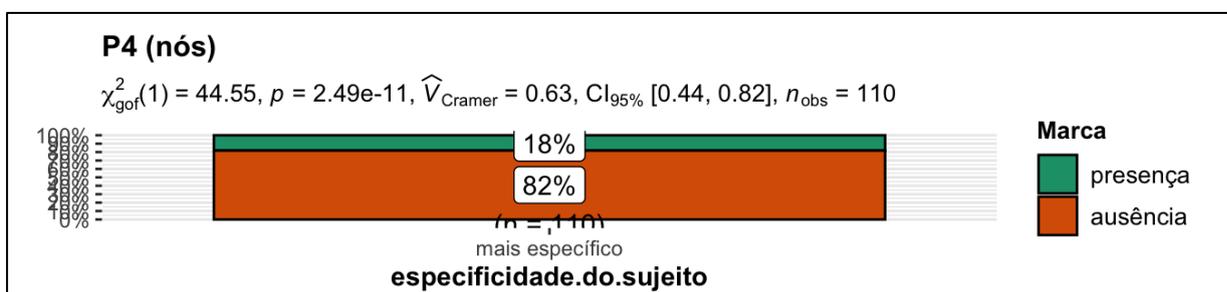
(91)

**Nós ganhamos** em primeiro lugar de Sergipe

(Participante 7 – Feminino, 62 anos, sem escolarização)

Embora com um número menor de ocorrências, a aplicabilidade da regra padrão para P4 (*nós*) (18%) foi muito abaixo em relação ao contexto P4 (*a gente*) (96%), julgamos tal realidade pelo fato de o paradigma *a gente* ter sido considerado com a flexão de terceira pessoa do singular.

Figura 23 – Gráfico de realização da marca de concordância quanto a pessoa gramatical P4 (*nós*) – especificidade do sujeito



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Tais resultados contrapõem os resultados analisados por Souza (2020) que constatou que os participantes da pesquisa usavam preferencialmente a forma *a gente* com o referente indeterminado. Em relação a variante padrão *nós*, aplicava, preferencialmente, com o referente determinado. Em nossos resultados, constatamos que a especificidade do sujeito para *nós* não

favorece a presença da regra padrão, pois apresenta 82% para a ausência da regra padrão apresentando casos como nos exemplos (87) e (88) abaixo extraídos do *corpus*:

(92)

**Nós morava** no meio da mata

(Participante 4 – Masculino, 79 anos, sem escolarização)

(93)

**Nós vai** pra esse canto tudo pras procissão nós sai daqui

(Participante 6 – Masculino, 82 anos, sem escolarização)

Assim, partimos do pressuposto que para o paradigma de P4 (*a gente*) os contextos de especificidade do sujeito favorecem as marcas de concordância verbal em relação à regra padrão, enquanto para P4 (*nós*) o contexto mais específico favorece a ausência da regra. Vale ressaltar que não há estigma em relação ao uso da forma *a gente* e esta forma é utilizada sem a flexão do verbo no plural (FREITAG, 2016; VITÓRIO, 2015), com isso, por não apresentar avaliação social pejorativa pode favorecer os resultados que obtivemos nesta análise.

Em relação à posição do sujeito, estudos anteriores fundamentam que a ordem direta da língua portuguesa sujeito-verbo tende a favorecer a aplicabilidade da regra de concordância. Assim, os nossos resultados confirmam os resultados encontrados por Monguilhott (2001), Silva (2005), Araújo (2014), Novais (2021). Salientamos que tanto em estudos desenvolvidos em comunidades rurais no interior da Bahia, quanto com resultados com falantes da norma culta realizadas em Sergipe e Bahia, os resultados para as diferentes normas são os mesmos. Quanto à realização do sujeito, a nossa amostra apresenta contextos bastante diversificados: para o paradigma P4, temos sujeito elíptico, oracional, nominal e pronominal.

Ressaltamos que obtivemos poucos dados com ocorrência do sujeito em posposição do sujeito. Obtivemos um caso com P4 (*a gente*) com a presença da regra padrão, a exemplo do dado (94), um dado com posposição para P4 (*nós*) com ausência da regra padrão, a exemplo da ocorrência (95) e as demais para P6, nos dados (96) e (97), que corroboram com os resultados dos estudos anteriores mencionados nesse texto. Para o sintagma de *nós*, obtivemos um sintagma possessivo que amalgamamos com o sintagma pronominal, mas não modifica os resultados, pois seguem uma tendência que é que a posição do sujeito anteposto tende a favorecer a aplicabilidade da regra padrão.

(94)

O São João aqui que **faz** é a **gente** mesmo

(Participante 10 – Feminino, 50 anos, Ensino Fundamental II)

(95)

Aí, **saia nós** tudo pela estrada com a caixa pandeiro

(Participante 4 – Feminino, 79 anos, Ensino Fundamental I)

(96)

Aí, depois que **apareceu o o o a o os escravo**

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

(97)

**Ficava eles** tudo dentro de casa só que minha menina ( ) lavar o prato

(Participante 8 – Feminino, 51 anos, Ensino Fundamental I)

#### 6.1.1.1 Algumas considerações

A análise dos resultados proposta acima, leva-nos a considerar a estabilidade do fenômeno em relação aos fatores internos analisados. Ao comparar os fatores mencionados acima com os estudos sobre concordância verbal no PB percebemos que, independentemente da norma linguística, os caminhos que a mudança estabelece diante dos fatores apresentados é o mesmo.

Novais (2021) analisa a variação da concordância verbal com falantes universitários de Sergipe e os resultados das suas análises para os condicionadores internos corroboram com os resultados encontrados nessa pesquisa. Quando se trata de comunidades rurais, o trabalho de Silva (2005) também aponta resultados nessa mesma direção. Com isso, percebemos que, em relação a distribuição desses três contextos, pode nos fornecer pistas da caracterização da comunidade afro-brasileira, pois independentemente da comunidade, a motivação interna do sistema é o mesmo em relação a outros estudos. Com isso, consideramos que em relação a estes fatores, se houver mudança para a aplicabilidade da regra padrão, a motivação será a mesma nas comunidades analisadas.

Diante dessa consideração, a peculiaridade da amostra demonstra resultados relevantes em relação aos fatores socioculturais, os quais julgamos também como fatores que corroboram para a compreensão da aplicabilidade da regra padrão na comunidade analisada. Somamos a esta análise o estudo dos resultados à comunidade de práticas e ao perfil social de cada participante da pesquisa, pois como explícito na metodologia deste trabalho, adotamos o olhar analítico da análise estilística a fim de compreender o significado social atribuído através da linguagem em meio as práticas desenvolvidas nesta comunidade. Desse modo, a sessão seguinte trata da análise dos fatores socioculturais.

Assim, nas seções seguintes, apresentamos os resultados de cada variável controlada nesta pesquisa, atreladas ao contexto social.

## 6.1.2 Variáveis socioculturais

Para a análise desses fatores, consideraremos a construção do perfil de cada participante, como também de seus grupos. Nos estudos sociolinguísticos, as variáveis socioculturais apontam o quanto as variáveis extralinguísticas participam do fenômeno de mudança da língua. Ao considerarmos tais influências, compreendemos que a configuração da comunidade, bem como do participante, direciona-nos para um determinado caminho de análise. Desse modo, segue abaixo a análise das variáveis extralinguísticas:

### 6.1.2.1 Sexo

Como já explanado nesse trabalho, ao considerar a variável sexo, alguns estudos apontam maior sensibilidade das mulheres para a aplicação da regra padrão de concordância verbal. Consideramos que as mulheres da comunidade rural afro-brasileira Mussuca, por participarem do grupo de práticas culturais, saindo da comunidade para apresentações, tendem a aplicar mais a regra padrão de concordância verbal, pois assim, confirmam os resultados de estudos anteriores, devido a representação social, as mulheres tendem a serem mais sensíveis à aplicabilidade da regra (LABOV, 2008, p. 281)

Considerando toda discussão empreendida quanto à frequência de aplicação da regra padrão para P4 (*a gente*), nesta análise encontramos resultados equiparados aos estudos anteriores, quanto à frequência de aplicação da regra padrão de CV. Em relação ao sexo, é preciso considerar que os estudos sobre CV no PB (em diversas normas) apontam que quando se trata da aplicabilidade da regra padrão de CV para P4 (*a gente*) há uma maior sensibilidade para a aplicação da regra padrão de concordância entre homens. Em relação ao sexo é preciso considerar que tais estudos apontam para P4 (*a gente*) uma maior sensibilidade para a aplicação da regra padrão de concordância entre homens (CARVALHO, 2015; FONSECA E LOPES, 2020; E VITÓRIO, 2015). Quando se trata da aplicação da regra padrão de CV em comunidades rurais, Silva (2005) aponta que homens possuem maior frequência de aplicação quanto à norma de prestígio. Tal realidade é confirmada nos estudos de Rodrigues (1987) para P4 (*a gente*).

Com bases nos estudos apontados, questionamos se há interferência da variável sexo na aplicação da regra padrão de CV para P4 (*nós e a gente*). Com isso, consideramos como H1 se há interferência da variável *sexo* quanto a realização da regra padrão de CV, e a H0 que não há interferência da variável sexo quanto a realização da regra padrão de CV.

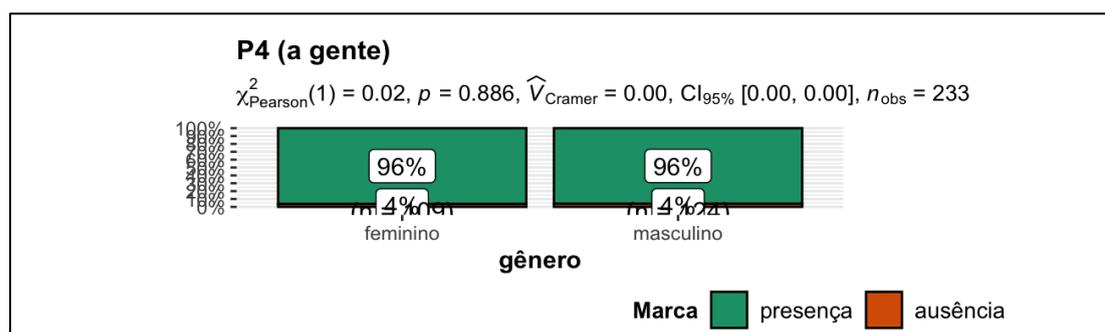
Tabela 10 – Distribuição das variantes padrão da CV com P6 nos fatores da variável *sexo* na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca

Sexo	P4 ( <i>a gente</i> )	P4 ( <i>nós</i> )	P6
Feminino	105/109 96%	11/32 34%	21/126 17%
Masculino	119/124 95%	09/78 12%	16/58 28%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com os dados obtidos, questionamos se os resultados apresentam frequências de aplicabilidade em relação à regra padrão de concordância equiparadas com os estudos anteriores direcionados ao P4 (*a gente*). Diante dos resultados, obtemos:

Figura 24 – Gráfico de distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P4 *a gente* na variável *sexo*



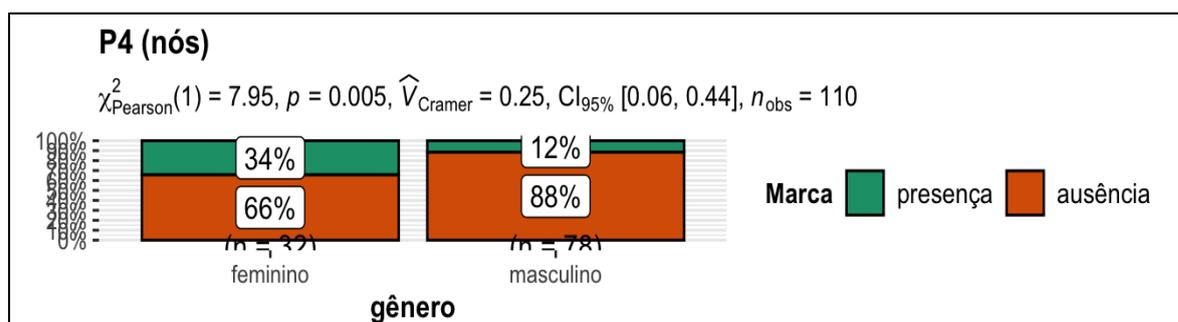
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Podemos perceber que homens e mulheres apresentam o mesmo comportamento linguístico no uso da regra padrão para P4 *a gente* (com 233/527 dados) na comunidade rural afro-brasileira Mussuca. Contudo, este resultado não corrobora com os resultados dos estudos anteriores, mencionados acima, quando se trata da aplicação da regra padrão de CV para P4 (*a gente*). Desse modo, nossa hipótese não foi confirmada, pois homens e mulheres apresentam percentuais semelhantes em relação à aplicação da regra padrão de CV para P4 (96%) em ambos os sexos, contudo não existem diferenças relevantes entre o sexo masculino e feminino na análise de P4 (*a gente*).

Quando se trata de P4 (*nós*) os resultados apresentam outro viés. E para esta análise confirmamos a nossa hipótese aventada. As mulheres são mais sensíveis a presença da regra padrão de CV para *nós*, apresentando 34% de presença da regra *versus* 12% para os homens. compreendemos este resultado pelo fato de parte das mulheres dessa amostra ocuparem uma forte representação social dentro da comunidade, falando por vezes em público e em redes

mediáticas, como pode ser confirmado na descrição do perfil social disposta na metodologia desse trabalho. Podem dentro dessa perspectiva, serem mais sensíveis à adoção de regras que se aproximam da linguagem padrão. Tais resultados corroboram com os estudos anteriores em que demonstram que as mulheres são mais sensíveis a regra padrão (GUY, 1981; LABOV, 1975, 1981; OLIVEIRA, 2005). Desse modo, ao olhar para a comunidade Mussuca e para as relações de representatividade social, compreendemos através dos relatos das entrevistas, que as mulheres estão imersas a esse contexto de maior representatividade social, devido ao fato de muitas participarem dos grupos de práticas culturais como o samba de coco e o samba de parêla.

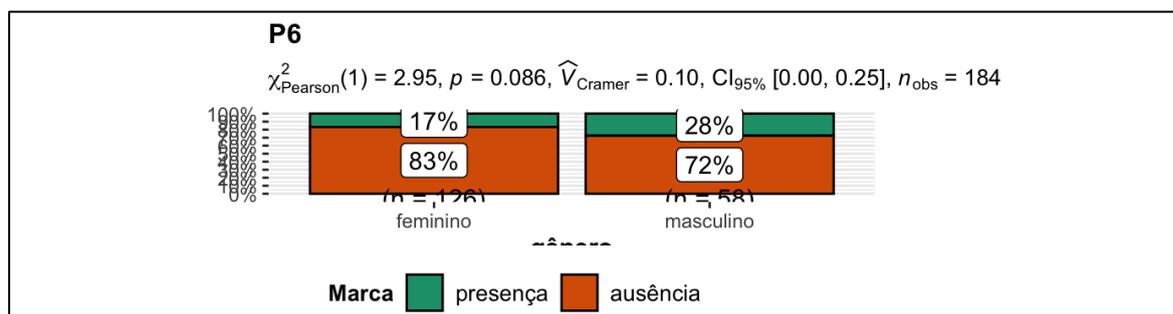
Figura 25 – Gráfico de distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P4 *nós* na variável *sexo*



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O mesmo padrão para P6, percebemos que não se configura diante da mesma realidade e que esta comunidade assume frequências de aplicabilidade da regra padrão diferenciadas quando se trata de cada pessoa analisada. No estudo de Silva (2005), os homens apresentaram 21% e as mulheres 17% da frequência de aplicabilidade da regra padrão, este resultado coaduna com os resultados apresentados por Lucchesi, também para a norma popular rural, em que os homens apresentaram 96% *versus* 95% de aplicabilidade da regra padrão (.56 para os homens e .45 para as mulheres). Em relação a norma popular a exemplo de Rodrigues, (1987) para P6 encontrou percentuais próximos (72% e 70% homens e mulheres) e para P4, os resultados apontam que os homens se apresentaram mais propensos a utilizar a forma padrão. Diante dos resultados encontrados, quanto à realização da aplicação da regra padrão de CV, percebemos que mesmo as mulheres assumindo uma posição social de destaque dentro da comunidade, para P6 obtivemos a maior aplicação da regra padrão de CV com os homens com 28% *versus* 17% das mulheres:

Figura 26 – Gráfico de distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P6 na variável *sexo*



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A partir dessa análise, consideramos que a comunidade afro-brasileira Mussuca em relação à variável sexo possui comportamentos diferenciados quando se trata da análise dos perfis P4 (*nós e a gente*) e P6. Para a forma inovadora *a gente*, considerando como regra padrão a presença do verbo no singular apresenta uma maior aplicação da regra padrão de CV, ou seja, devemos considerar que neste caso não há flexão do verbo. Para os outros perfis P4 (*nós*) e P6, a comunidade apresenta uma maior frequência nos casos de ausência da regra, tendo em vista a necessidade da flexão verbal para o plural para que consideremos a aplicabilidade da regra padrão. A H1 se confirma para P6, de que os homens apresentam uma maior presença da regra padrão, justificamos que tal realidade ocorre devido alguns deles ocuparem cargos mais valorizados socialmente, mas quando se trata do paradigma *nós*, os resultados dialogam com os estudos anteriores (OLIVEIRA, 2005), em que mulheres são mais sensíveis a regra padrão, pelo fato de assumirem papéis sociais relevantes em seu grupo, uma possível explicação para este resultado.

Esta análise apresenta indícios de uma configuração de aplicação da regra padrão dependendo dos perfis sociais da amostra, podendo então nos levar a considerar que o padrão de aplicação de concordância verbal em relação ao sexo pode levar à mudança da adoção da regra padrão mais em um determinado perfil do que em outro, não promovendo a normatização da regra de maneira equiparada em todos os perfis. Face a essa realidade, devemos considerar o estatuto social nas sociedades estratificadas, que segundo Rodrigues (1987, p. 128), “o papel social que o indivíduo tem nas instituições públicas, ou seja, em relação ao seu trabalho ou às suas possibilidades econômicas” também interferem nos resultados dos perfis analisados.

#### 6.1.2.2 Escolaridade

Como já discutido nesse texto, o processo de escolarização tende a homogeneizar o uso

da regra padrão da concordância verbal, tendo em vista que a escola preza pelo uso da língua próximo ao padrão. Desse modo, os processos de escolarização não ocorreram de forma homogênea em todo o país, assim, de vido a isso, julgamos que as comunidades rurais apresentem uma maior frequência de ausência da regra. Em relação ao tempo de escolaridade, partimos da H1 que quanto maior o tempo de escolarização, há maior interferência na realização da regra padrão, e a H0 que não há interferência na realização da regra padrão entre os falantes mais escolarizados.

Em nossa amostra consideramos sem escolarização participantes que não frequentaram a escola e que não sabiam ler ou escrever. Seguindo a estratificação, consideramos o seguimento escolar de acordo com o nível de escolaridade de cada participante da pesquisa consideramos a frequência do participante em cada segmento escolar (Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio). Segue a distribuição dos dados gerais:

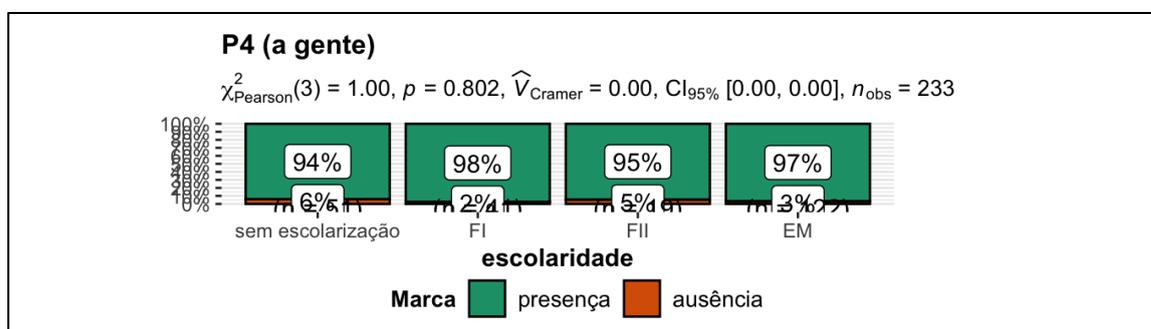
Tabela 11 – Distribuição das variantes padrão da CV nos fatores da variável *escolaridade* na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca

<b>Fatores</b>	<b>P4 (a gente)/Total</b>	<b>P4 (nós)/Total</b>	<b>P6/Total</b>	<b>Total</b>
Sem escolarização	48/51 94%	16/47 34%	17/116 15%	214
Ensino Fundamental I	40/41 98%	02/05 40%	05/17 29%	63
Ensino Fundamental II	18/19 95%	01/49 2%	05/21 24%	89
Ensino Médio	118/122 97%	01/09 11%	10/30 33%	161

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para P4 (*a gente*), percebemos que os resultados obedecem a um comportamento de alto índice de aplicação da regra padrão de CV em todos os níveis de escolaridade. Tal fato corrobora com as fundamentações que apontamos na análise para P4 (*a gente*) para sexo. Com isso percebemos que, os resultados para este paradigma não são estaticamente significativos, confirmados pelo valor de qui-quadrado, em que ( $X^2(1, N=233) 1.00, p=0.802$ ). Dessa forma, rejeitamos a H1 e a aceitamos H0, o que nos leva a considerar que o fator escolaridade para P4 (*a gente*) é pouco determinante para a escolha adotada pelos participantes, como podemos observar na Figura 27 abaixo:

Figura 27 – Gráfico de distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P4 (*a gente*) na variável escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como mencionamos anteriormente, apesar de ser pouco produtivo o uso da flexão verbal com a forma *a gente* + *verbo flexionado no plural* (RUBIO, 2012), casos como esse ainda ocorre, mesmo que em baixa frequência de aplicação da regra padrão de CV, como podemos perceber nos resultados da Figura 17 acima e nos exemplos (98) e (99) extraídos do *corpus*:

(98)

Porque **a gente** também **somo** pobre a gente num tem aquela força pra poder  
(Participante 1 – Feminino, 72 anos, sem escolarização)

(99)

Ela vai ficar aí com você, "chegue aqui" e **a gente fiquemos**  
(Participante 2 – Masculino, 52 anos, Ensino Médio)

Somamos a esta realidade uma relação de concorrência entre as variantes na comunidade do português brasileiro, pois, quando se trata do uso do *a gente* + *verbo flexionado na terceira pessoa do singular* e *nós* + *verbo flexionado na terceira pessoa do singular* conferem-se valores sociais diferentes a cada variante, consequentemente, tais valores interferem nas frequências de aplicabilidade.

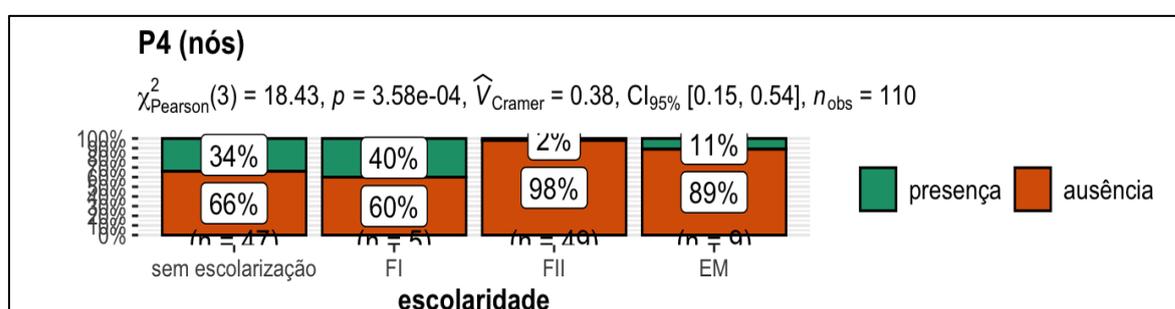
Em relação à aplicação da regra padrão de CV para P4 (*nós*), é o resultado que apresenta relevância significativa confirmado pelo valor de qui-quadrado, em que ( $X^2(1, N = 110) 18.43, p = 3.58e-04$ ), mas devemos desdobrar este resultado em virtude aos perfis que se apresentam em cada segmento de escolaridade. Para a análise dessa variável, traçamos como H1 que há interferência da escolaridade na realização da aplicação da regra padrão de CV, e a H0 que não há interferência da escolaridade na realização da aplicação da regra padrão de CV, com a ausência da regra padrão mais favorecida entre os falantes menos escolarizados.

Assim, os resultados apresentados abaixo vão de encontro aos resultados dos estudos

sobre CV no português brasileiro, principalmente quando se trata na norma popular rural e norma popular (SILVA, 2005; ARAÚJO, 2014). Para o controle dessa variável, Silva (2005) estratifica sua amostra em analfabetos ou iletrados (falantes com nenhuma escolaridade) e falantes com escolarização precária (aqueles que possuem de 1 a 4 anos de escolaridade. Silva salienta que o processo de escolarização na zona rural é precário, e diante dessa realidade, a variável escolaridade interfere nos resultados. Araújo (2014) controla essa variável de acordo com 1 a 5 anos de escolarização (Fundamental) (49%) e com 11 anos de escolarização (Média)<sup>28</sup> (65%). Este estudo confirma as hipóteses aventadas de que o processo de escolarização interfere nos percentuais de aplicação da regra padrão de CV. O que não ocorre com os dados dos participantes da comunidade afro-brasileira Mussuca.

A nossa H1 não se confirma, pois não há maior frequência de aplicação da ausência da regra padrão de CV entre os falantes menos escolarizados. Lucchesi (2009) encontrou um cenário parecido em Helvécia, em que os analfabetos apresentam um peso relativo maior do que os semianalfabetos (.53 *versus* .39), para esta realidade o pesquisador justifica o sistema educacional precário da zona rural. Observamos que a ausência da regra padrão de CV é relevante em todos os segmentos, mas o que nos chama a atenção é que quanto maior o nível de escolaridade, maior a frequência da ausência da regra padrão de CV. Esse resultado nos leva a analisar as ocorrências e perfil social de cada participante e em cada segmento de escolarização para que possamos refletir sobre esse comportamento inverso apresentado pelos participantes. Para tanto, analisemos a Figura 28 abaixo:

Figura 28 – Gráfico de distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P4 (*nós*) na variável escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao analisarmos a Figura 28, precisamos esclarecer e reiterar o que foi tratado nesse estudo: a peculiaridade da amostra. Dos 527 dados que obtemos para a análise, 110 ocorrências foram para P4 (*nós*). Dessas 110 ocorrências 47 foram dos participantes sem escolarização, 05

<sup>28</sup> Araújo (2014) controla o nível superior para esta varável. Não selecionamos por não fazer parte do nosso interesse de estudo.

ocorrências de participantes do Ensino Fundamental I, 49 ocorrências dos participantes do Ensino Fundamental II e 09 ocorrências de participantes do Ensino Médio. Com isso, percebemos que por se tratar de dados assimétricos não podemos assumir generalizações, mas podemos analisar o perfil dos participantes de cada segmento de escolaridade a fim de aventar possíveis hipóteses para os resultados encontrados.

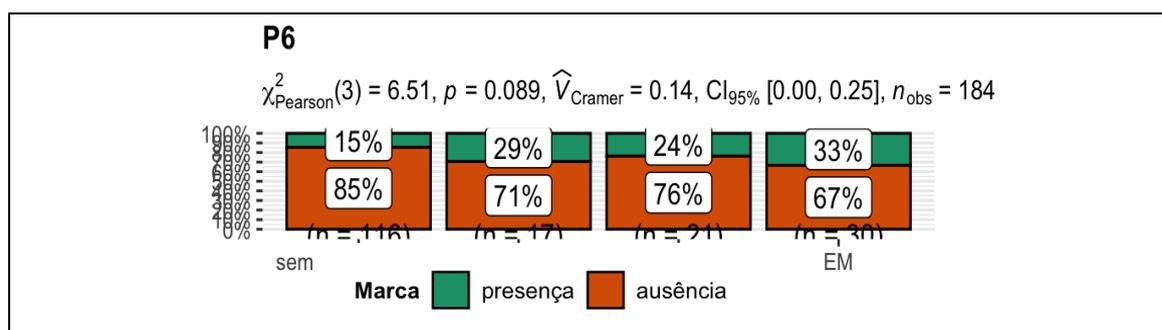
Os participantes sem escolarização são aqueles que estão mais engajados nas práticas culturais desenvolvidas na comunidade. Além disso, mesmo que esporadicamente e por pouco tempo, são aqueles que viajam para outros estados e estão sendo sempre solicitados para falarem sobre suas práticas, seja para turistas ou em fontes midiáticas. Por participarem dessa representatividade social, julgamos que tais participantes possuam uma maior aplicação de variantes próximas à regra padrão de CV. Esses dados reforçam o que apontam Silva (2005) e Oliveira (2005), que o contato entre grupos e a exposição aos novos padrões de linguagem podem influenciar a aquisição de padrões linguísticos prestigiados. Devemos considerar que o resultado dessa variável se encontra velado pela quantidade de dados, mas também existe uma forte relação dos papéis sociais desempenhados em cada grupo de escolaridade.

Partindo do pressuposto acima, os participantes do grupo do Ensino Fundamental I, possuem ainda uma quantidade de dados muito menor, são 05 ocorrências, nas quais aplicam a regra padrão em 02 delas. Para o Ensino fundamental II, temos a presença de um participante que com 49 dados aplica a regra padrão em somente uma ocorrência. Embora tenha uma maior escolaridade dos participantes dos outros grupos citados, é este participante que nos últimos anos, cursou a Educação de Jovens e Adultos – EJA e há 7 anos não frequenta mais a escola. Possui uma rede de relações restrita com as pessoas da comunidade, além de desenvolver trabalhos nos limites da comunidade, a exemplo da agricultura familiar.

Para a frequência de aplicabilidade da regra padrão para o grupo do Ensino Médio, também nos esbarramos em uma questão de quantidade de dados, pois para a análise da amostra possuímos 9 dados, dentre os quais 8 são para a ausência da regra padrão. Consideramos que a aplicabilidade da regra padrão para P4 (*nós*), em relação à variável escolaridade, é resultante de uma confluência de dois fatores, um é a quantidade de dados para a análise, e o segundo é o comportamento dos participantes de cada segmento de escolaridade, pois, embora algumas comunidade rurais afro-brasileiras partilhem de uma sócio-história similar quanto aos processos de urbanização e escolarização, cada comunidade carrega suas peculiaridades de acordo com o comportamento do grupo ou de cada participante. Tais peculiaridades podem ser gramaticais e lexicais que singularizam cada comunidade analisada, “inclusive em relação às variedades populares faladas no Brasil, não se pode generalizar as suas características, pois cada

comunidade tem idiossincrasias sócio-histórico demográficas que podem levar a diferenças em termos linguísticos” (SANTANA, ARAÚJO, FREITAG, 2018, p. 124). Embora em frequências diferenciadas, mas podemos observar o mesmo comportamento para P6:

Figura 29 – Gráfico de distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P6 na variável escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para P6 não obtivemos um resultado estatisticamente significativo ( $X^2(1, N=184) 6.51$ ,  $p = 0.089$ ), mas podemos confirmar o mesmo padrão de análise para o P4 (nós). Do total de 184 ocorrências para P6, o grupo sem escolarização obteve 116 ocorrências, das quais 85% (99 ocorrências) de ausência da regra de concordância verbal. O grupo do Ensino Fundamental I com 17 ocorrência obteve 71% de ausência (12 ocorrências). Para o grupo do Ensino Fundamental II, das 21 ocorrências 76% de ausência da aplicabilidade que corresponde 16 ocorrências. Para o Ensino Médio foram levantadas 30 ocorrências com 67% da frequência para ausência da regra (20 ocorrências).

### 6.1.2.3 Faixa etária

Como mencionado na metodologia deste trabalho, tomamos por base os estudos de Silva (2005) ao estratificar o nosso *corpus*. Assim, para a análise dos dados tomaremos a análise do perfil de cada participante. Para tanto, temos o grupo da faixa etária I – 20 a 40 anos com três participantes (participantes 3,5 e 9), para o grupo da faixa etária II – 41 a 60 anos, com quatro participantes (participantes 8,10,11 e 13) e para o grupo da faixa etária III – mais de 61 anos, cinco participantes (participantes 1,4,6,7,12).

Tabela 12 – Distribuição das variantes padrão da CV com P6 nos fatores da variável *faixa etária* na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca<sup>29</sup>

Fatores	P4 ( <i>a gente</i> )/Total	P4 (nós)/Total	P6/Total
Faixa I (20 a 40 anos)	35/35 100%	1/48 13%	13/38 53%
Faixa II (41 a 60 anos)	134/140 95%	2/13 11%	06/21 66%
Faixa III (acima de 61 anos)	55/58 94%	17/49 37%	18/125 23%
Total	228 96%	110 20%	184 47%

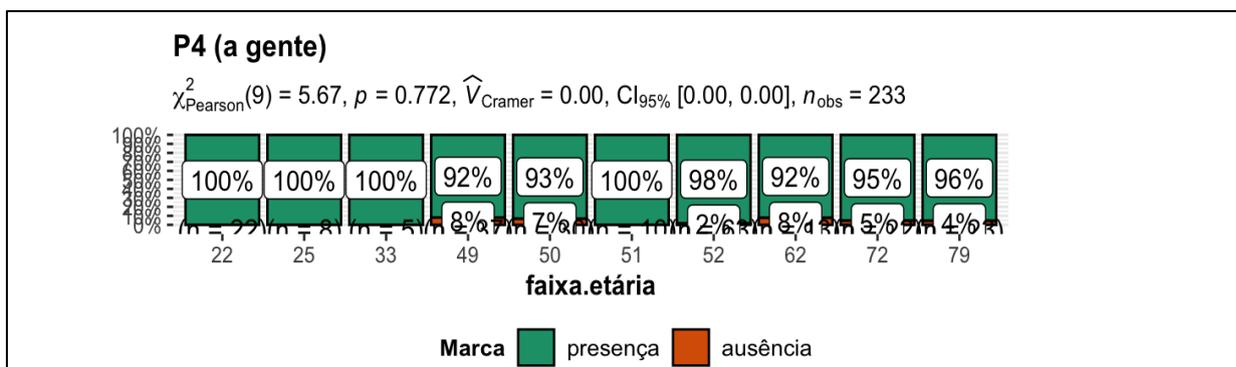
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Controlar esta variável suscita possibilidades em realizar projeções sobre o comportamento de fenômenos linguísticos variáveis em relação a uma possível variação estável ou mudança em curso “pois as diferenças entre os falantes de diferentes gerações são tomadas como o reflexo das diferenças na gramática da comunidade ao longo do tempo” (LABOV, 1981; LUCCHESI, 2001b, 2014, p. 464; etc.).

Diante do exposto acima, consideramos que esta variável nos permite traçar hipóteses sobre a formação sócio-histórica da comunidade que está sendo estudada, diante da análise da faixa etária III, partindo do pressuposto de que os mais velhos tendem a conservar mais os usos linguísticos da comunidade, a nossa H1 é de que a faixa etária interfere no uso padrão de concordância. Sendo que os mais velhos conservam o uso mais distante do padrão e os mais jovens aplicam mais a concordância. Quanto ao P4 *a gente*, consideramos que o fato dessa variante ser inovadora, assim a nossa H1 é de que o uso mais recorrente seja para os mais jovens com uma maior frequência de aplicabilidade da regra padrão. Com isso, a nossa H0 é de que a faixa etária não interfere no uso padrão de concordância e para P4 *a gente* H0 é de que o uso mais recorrente seja para os mais jovens e este grupo não apresentar uma maior frequência de aplicabilidade da regra padrão. Com isso, analisamos a Figura 30 abaixo:

<sup>29</sup> Realizamos o cálculo do percentual geral de acordo com o resultado da aplicação da regra padrão de CV de cada participante em relação a sua faixa etária obtido pelo Programa R.

Figura 30 – Gráfico de distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P4 *a gente* na variável faixa etária



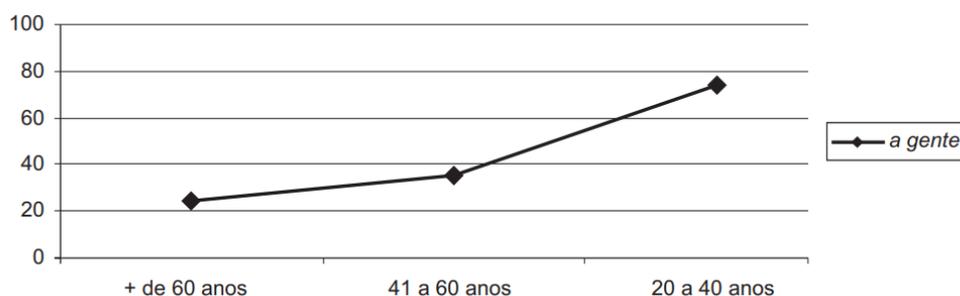
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Percebemos que diante da análise do Gráfico 30, a H1 traçada para P4 *a gente* se confirma, pois, mesmo que de forma sutil, os mais jovens apresentam uma maior frequência de aplicação da regra padrão de CV. Na análise realizada em Helvécia e Cinzento somente os jovens apresentam um uso mais recorrente, “decaindo na medida em que se passa para as faixas dos falantes de idade mais avançada” (LUCCHESI, 2009, p. 464). Tal fato não ocorre com os participantes dessa pesquisa, a partir dos resultados compreendemos que, em relação aos usos da forma *a gente*, os participantes apresentam um comportamento similar, dado que mesmo sem uma significância relativa, a aplicação da regra padrão de CV para P4 *a gente*, com todos os participantes, foi superior a 90%<sup>30</sup>. Isso nos leva à indícios de que a comunidade tem adotado de forma positiva a variante inovadora.

Tais resultados corroboram com as hipóteses levantadas por Lucchesi em seu estudo em 2009, de que “o cenário de uma curva ascendente, como mostrado na Figura 1, aponta para um processo de mudança em curso, de substituição da variante canônica *nós* pela variante inovadora *a gente* nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas” (LUCCHESI, 2009, p. 465):

<sup>30</sup> Ressalto que esta alta frequência de aplicabilidade da regra padrão seja por considerar *a gente* + flexão do verbo no singular como regra padrão para esta análise.

Figura 31 - Uso de *a gente* como pronome de primeira pessoa do plural no português afro-brasileiro segundo a faixa etária do falante (em peso relativo)



(LUCCHESI, 2009, p.465)

Tal contexto não aplica para a variação do fenômeno para P4 (*nós*). Apresentamos um resultado que se contrapõe com os resultados dos estudos sobre CV no PB, (ANJOS, 1999; LUCCHESI, 2004; SILVA 2005; RUBIO, 2009; ARAÚJO 2014) seja em comunidades rurais afro-brasileiras ou em comunidades urbanas. Pois, para Silva (2005), a análise da faixa etária corrobora com os estudos sobre CV. Para faixa etária I, houve uma frequência de aplicabilidade da regra padrão de 26% (.54), para a faixa etária II, uma frequência de 16% (.54) e para a faixa etária III, 7% com (.34). O pesquisador justifica que seus resultados se devem ao fato de os jovens saírem da comunidade e estarem expostos à variedade de prestígio, como explanamos na metodologia. Quando analisamos o perfil dos jovens da Mussuca, percebemos isso não ocorre na comunidade Mussuca, diante disso partimos para a análise dos resultados face ao perfil dos participantes jovens.

Para a aplicação da regra padrão de concordância verbal, percebemos que a maior frequência de ausência de aplicação de CV é de um jovem de 25 anos. Consideramos que este resultado nos leva a suscitar uma série de indícios que leva este jovem a contrapor com os resultados de outros estudos. A começar que este jovem não apresenta saídas da comunidade para questões de trabalho ou para escola. Este jovem está há 7 anos fora da escola e nos últimos anos estou através da educação de Jovens e Adultos – EJA. Sua rede de relações sociais é restrita a outros jovens dentro da comunidade em festas ou encontros para diversos. Percebemos que este jovem se contrapõe aos jovens da comunidade afro-brasileira do interior da Bahia, para Silva os jovens da comunidade estudada possuem o nível de escolaridade maior e saem da comunidade ampliando essa rede de relações.

Desse modo, atribuímos esta alta frequência da ausência da regra padrão de CV ao perfil social desse jovem de 25 anos, pelo fato de ele não estar imerso ao sistema de escolarização e por não possuir saída da comunidade para outros meios de trabalhos ou contatos com outras

peessoas que estão imersas à fala de prestígio, somamos a este contexto o fato deste participante e sua família, também não fazerem parte de alguma prática cultural da comunidade, pois compreendemos que a representação social também molda a fala em virtude dos usos de prestígio.

Desse modo, o participante de 25 anos apresenta 98% de ausência de aplicabilidade da regra padrão. São 47 ocorrências com ausência da regra padrão para P4 (*nós*) desse participante. Desse total de ocorrências, 6 casos com sujeito elíptico que o participante não marca a regra padrão de concordância e um único caso em que apresenta a presença de aplicabilidade da regra padrão:

(100)

**nós pegou e botou** dentro da escola

Participante 5 – Masculino, 25 anos, Ensino Fundamental II

(101)

O manguê é assim, no estilo uma tabuazinha, arma, aí vê cinco hora **nós** vêm... **vamo** vê se bateu se num bateu deixe aí.

(Participante 5 – Masculino, 25 anos, Ensino Fundamental II)

Em relação aos demais casos, o participante apresenta a ausência da regra padrão em ocorrências com o sujeito explícito. Foram 41 ocorrências com ausência da regra padrão com P4 (*nós*):

(102)

Por aqui tudo, onde tivesse mato aqui, a gente batia

Documentador: comia?

**Nós voltava** pra casa e quando voltava ( ) de novo

Documentador: não

Documentador: mas não tô falando de ( )

Os passarinho?

Documentador: sim

Documentador: ah então

Até hoje **nós come** ainda se tiver ((RISOS)) se tiver **nós come**

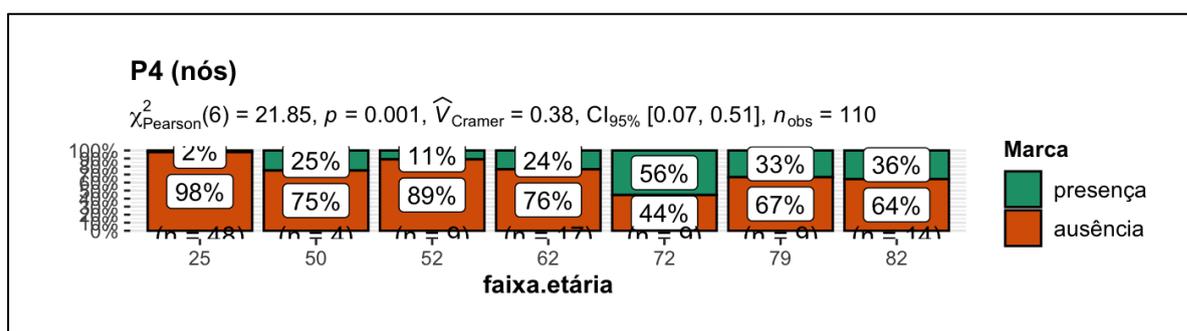
(Participante 5 – Masculino, 25 anos, Ensino Fundamental II)

A partir dessa análise, compreendemos que, o participante embora, seja jovem, não possui um comportamento que o sensibilize a aplicar da regra padrão, visto que os contextos de ausência da regra ocorrem em sua maioria e em ordem direta e com sujeito explícito. Tal realidade nos incita alguns questionamentos sobre estes resultados:

- (i) Se os jovens da Mussuca coadunam com a realidade deste jovem;
- (ii) Se os perfis dos jovens dessa comunidade rural afro-brasileira vão de encontro aos perfis de outros jovens de outras comunidades afro-brasileiras a partir dos estudos já realizados em CV no PB.

Nesta pesquisa não podemos traçar generalizações, mas podemos afirmar que os resultados e análise realizada nos fornece indícios para levantar indagações nesta vertente. Assim, podemos dizer com base na análise do resultado do participante 5, que ele possui um perfil diferente de outros jovens até então analisados nos estudos sobre CV no PB, como podemos observar nos resultados apresentados abaixo:

Figura 32 – Gráfico de distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P4 nós na variável faixa etária



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para o grupo da faixa etária II – 41 a 60 anos (participantes 2,10 e 11) imerso no mercado de trabalho, com um contexto familiar formado, estes participantes devido a faixa etária tendem a apresentar comportamentos sociais e linguísticos mais estabelecidos do que o grupo da faixa etária I. Estes participantes embora do mesmo grupo de faixa etária possuem perfis que se diferenciam dos participantes com 50 anos, pois, não possuem em seu ciclo familiar pessoas em contextos de representação social, trabalham catando mariscos e possui uma rede de relação mais ligada à comunidade, em relação a aplicabilidade da regra padrão apresenta uma frequência de 25%.

O participante de 52 anos trabalhou por alguns anos na pedreira, retirando pedras, após se casar com a filha do vereador local, teve oportunidades de emprego com maior visibilidade social como guarda municipal, embora suas filhas possuam nível superior, percebemos que o participante tende a conservar um comportamento linguístico mais ligado à variação da regra de CV – com a frequência de aplicabilidade da regra padrão de 11% - justificamos este comportamento, pelo fato de este participante ter frequentado empregos como a pedreira e a salina por anos, com um grupo restrito da própria comunidade, conservando, desse modo, os usos linguísticos que o distancia da regra padrão.

Em relação ao grupo da faixa etária III (participantes 1, 4, 6 e 7), e de acordo com os estudos anteriores (LUCCHESI, 2004; SILVA, 2005; ARAÚJO, 2014), os mais velhos tendem a

conversar mais com os usos linguísticos dos grupos da comunidade. Tal fato ocorre porque este grupo é formado por participantes aposentados. Para Silva (2005) diante dessa realidade, este grupo não sofre muita pressão social por se encontrar afastado dos espaços de trabalho.

No entanto este grupo da faixa etária III da comunidade Mussuca é o grupo em que seus participantes são representantes nas práticas culturais da comunidade. Inclusive a líder do grupo de práticas faz parte do grupo da faixa etária III. Desse modo, devido a esse contexto, temos como H1 que este grupo tende a apresentar uma maior frequência de aplicabilidade da regra padrão, devido as pressões da representatividade social desenvolvida nas práticas culturais da comunidade. Para H0 é que não há interferência da representatividade social para esta faixa etária.

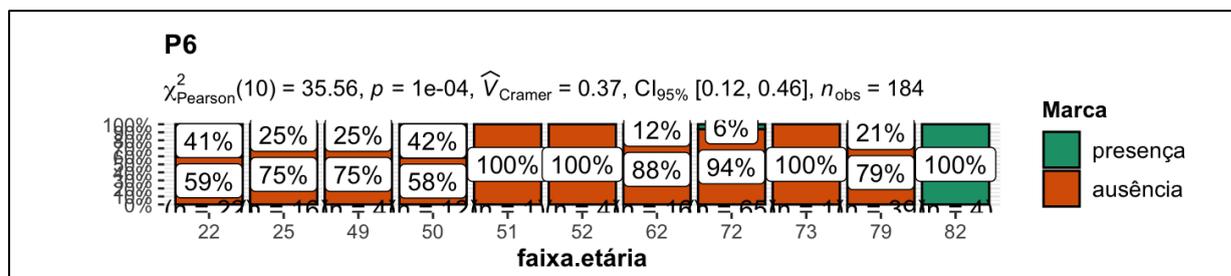
De acordo com a Figura 32, percebemos que a frequência de aplicabilidade da regra padrão para este grupo é maior do que para outros grupos. Desse modo, confirmamos a H1 de que este grupo tende a apresentar uma maior frequência de aplicabilidade da regra padrão, devido as pressões da representatividade social desenvolvida nas práticas culturais da comunidade. Para P4 (*nós*) os grupos da faixa etária I e II apresentam 61 ocorrências das quais 58 são de ocorrências com ausência da regra padrão. O grupo da faixa etária III apresenta 49 ocorrências com 32 casos de ausência da regra padrão. Com isso percebemos que a escolha de uma forma linguística mais inovadora não é uma questão cronológica, mas um padrão comportamental revelado através de seus grupos etários e com os demais grupos que ele se relaciona (NARO, 1996).

Para a análise de P6 na variável escolaridade, observamos que resultados coadunam com a realidade dos perfis dos participantes que foram apresentados para P4 (*nós*), mas ressaltamos que para P6 a frequência de aplicabilidade da regra padrão é menor do que para os outros casos analisados. Os jovens apresentam uma frequência de aplicabilidade equiparada ao grupo da faixa etária II, com destaque para dois participantes de 51 e 52 anos que apresentam ocorrências com 100% da ausência da regra padrão. Estes participantes assumiram um comportamento próximo na aplicabilidade da regra padrão para P4 (*nós*) e com este resultado para P6 confirmamos que o participante 2, embora tenha frequentado, posteriormente ao casamento, empregos mais valorizados socialmente, o participante 2 conservou os usos linguísticos mais distantes da norma de prestígio, julgamos que isso ocorra pelo fato de ter trabalhado por alguns anos com grupos da comunidade.

Em relação a participante 8 – 51 anos- consideramos este resultado pelo fato de a participante ter sido criada pelos avós e não ter tido oportunidade de estudar e trabalhar no seio da comunidade, mantendo um grupo restrito de relações. Com isso, apresenta uma alta

frequência de ocorrências com ausência da regra padrão (100%), como podemos observar na Figura 33 abaixo:

Figura 33 – Gráfico de distribuição da aplicabilidade da regra de CV para P6 na variável faixa etária



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para o caso do participante 6 – 82 anos – que apresenta 100% de aplicabilidade da regra, ressaltamos que este é um caso da peculiaridade da amostra. Este participante sem escolarização apresenta somente quatro ocorrências para P6 com aplicabilidade da regra padrão, devido a isso, o programa selecionou como 100% de aplicabilidade:

(103)

Desde pequeno eu tinha **umas tias que moravam** em São Cristóvão **que eram** xangozeiras

(104)

Aí, **eles já trouxeram** um cumpadre meu tinha um bar lá em baixo pra me levar pro hospital aí me **botaram** dentro do carro umbora pai umbora pai aí eu disse e o documento aí, Chocilo correu foi panhar o documento lá em cima

#### 6.1.2.4 Registro

Como mencionado ao longo dessa pesquisa, nosso intento era realizar uma análise da variação estilística comparando a frequência de aplicabilidade entre as falas públicas e privadas. Não tivemos condições de realizar tal análise devido a pouca quantidade de entrevistas encontradas nos espaços públicos e, conseqüentemente, a pouca quantidade de ocorrências encontradas. Foram levantados 30 dados de falas públicas versus 497 das falas privadas. Devido a essa assimetria da amostra, não podemos levantar generalizações, mas salientamos nesse texto que é possível levantar alguns questionamentos para estudos posteriores. Os dados para essa análise foram levantados de duas participantes da pesquisa. A participante 1 e a participante 4, cujos perfis sociais estão descritos na metodologia.

Diante do impasse da análise da variação estilística, nosso estudo se dedicou à análise da descrição dos dados atrelados ao perfil social que foi construído a partir das narrativas das entrevistas sociolinguísticas, assim compreendemos que mesmo que apresentemos uma

descrição sociolinguística, buscamos suscitar indícios para pesquisas posteriores atreladas à variação estilística na comunidade estudada neste trabalho. Com isso, ressaltamos a importância da descrição de uma comunidade até então não explorada sob o ponto de vista sociolinguístico e a partir dos resultados desse estudo, compreendemos que assim, podemos aviltar um estudo sob o controle do estilo com os mesmos participantes em um levantamento das comunidades de práticas.

Assim, buscamos refletir sobre a necessidade de uma análise voltada para o estilo face à variação da concordância verbal, principalmente na comunidade estudada nessa pesquisa. Diante dessa análise traçamos inicialmente algumas questões que nos fazem refletir sobre a necessidade do controle do estilo frente a concordância verbal, mas que não puderam ser respondidas, mas são levantadas com o propósito de reflexão sobre a pesquisa.

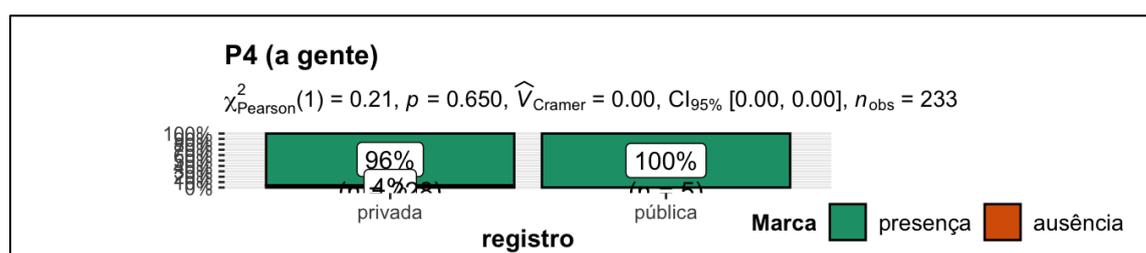
Tabela 13 – Distribuição das variantes da CV com registro público X registro privado na fala popular rural na comunidade afro-brasileira Mussuca

Registro	P4 ( <i>a gente</i> )	P4 ( <i>nós</i> )	P6
Público	05/30 100%	05/30 60%	20/30 10%
Privado	228/497 95%	105/497 16%	164/497 21%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação ao monitoramento, interessa-nos saber se a comunidade monitora sua fala em adequação a aplicabilidade da regra de concordância verbal na 1ª e 3ª pessoa do plural (P4 e P6). Para isso, levantamos como H1 de que os participantes da pesquisa pelo fato de estarem em espaços públicos monitorariam sua fala aplicando em maior frequência a regra padrão e a H0 é de que os participantes da pesquisa pelo fato de estarem em espaços públicos não monitorariam sua fala aplicando em maior frequência a regra padrão.

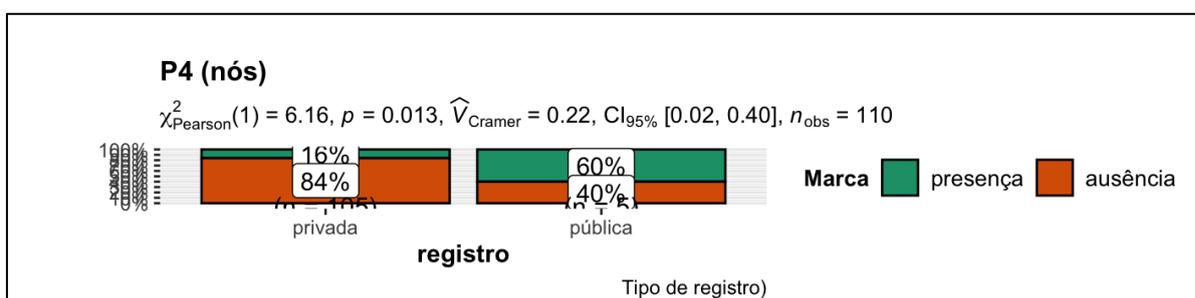
Figura 34 – Gráfico de realização da marca de concordância quanto registro P4 – *a gente*



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com os resultados encontrados no Gráfico 23, para P4 *a gente*, percebemos que há uma diferença muito pequena entre as frequências de uso. Percebemos que, em relação ao P4 *a gente*, o registro público *versus* privado não constitui interferência marcante em face a outros fatores, pois a frequência de aplicação da regra padrão para este paradigma segue uma tendência de maior aplicabilidade da regra padrão, mesmo se constituindo uma regra semicatórica.

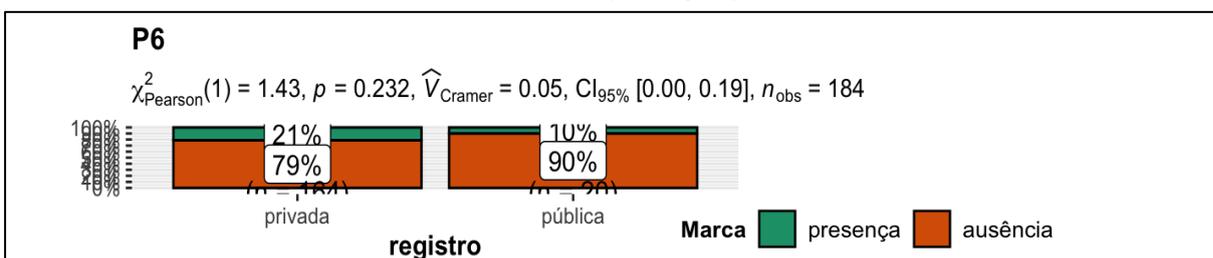
Figura 35 – Gráfico de realização da marca de concordância quanto registro P4 - *nós*



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação para P4 *nós*, percebemos que há uma diferença significativa apresentando ( $X^2(1, N=110) 6.16, p = 0.013$ ) com 16% *versus* 60% de aplicabilidade da regra padrão. Percebemos que, na fala pública, os participantes tendem a aplicar mais a regra próxima à norma de prestígio

Figura 36 – Gráfico de realização da marca de concordância quanto registro P6



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para P6 obtivemos um resultado com frequência de aplicabilidade da regra padrão mais próximas do que para P4 (*nós*). Obtivemos ( $X^2(1, N=184) 1.43, p = 0.232$ ) com 21% *versus* 10% de aplicabilidade da regra padrão em espaços públicos. Esse resultado nos leva a H0 de que os participantes da pesquisa pelo fato de estarem em espaços públicos não monitorariam sua fala aplicando em maior frequência a regra padrão, isso nos leva a aviltar que os participantes da pesquisa não sofrem pelo fato de a regra não padrão não ser estigmatizada, e

diante disso, questionar, se pelo fato de as participantes assumirem seu lugar de pertença, como representantes dos sambas de coco e de parelha, de comunidade rural afro-brasileira, tendem a assumir mais fortemente esta representação deixando evidente em seus usos linguísticos. Diante desse contexto, vale salientar que encontramos um dado de reparo em direção a regra não padrão o que nos leva a perceber que há possibilidades de confirmar a questão levantada acima:

(105)

**nós fomo, foi** se criano tudo junto, tudo na mesma cidade, né? Aqui, né? No povoado Mussuca. Nós somo nascida e criada.

(Participante 1 – Feminino, 72 anos, Sem escolarização)

Este dado retirado do *corpus* de análise da fala pública, permite perceber que a participante pode estar monitorando seus usos linguísticos face à representação identitária que constrói diante de sua representação na comunidade. Como ressaltamos na seção 2, é no *continuum* identitário que as representações da *persona* se constroem, dentro de determinadas escolhas de prestígio e são operadas pelo falante (LABOV, 1972). Partindo desse pressuposto, o estilo é concebido como um conjunto de escolhas relacionadas a cada situação de interação social e acrescentamos a partir do constructo identitário como fator preponderante para a realização de tal interação. Sabemos que os falantes do PB tendem a monitorar sua fala em virtude à norma de prestígio, visto que a variável de CV é estigmatizada na sociedade brasileira (LUCCHESI, 2012), desse modo, podemos suscitar que os participantes da pesquisa assumem um maior controle de sua fala em espaços públicos quando se trata de P4 (*nós*). Assim, para estudos anteriores, com uma amostra mais consistente que fornecerá subsídios para uma análise mais apurada, lançamos a seguinte questão:

- (i) Diante do que inferimos dos resultados acima, poderíamos afirmar que existe um efeito da dimensão estilística entre o público e o privado; se esse efeito conduz a efeitos de hipercorreção nas falas públicas X privadas?

Os estudos posteriores a esse trabalho poderão diante da realidade que se apresenta nessa amostra, traçar mecanismos metodológicos que promoverão possibilidades para responder. Para análises posteriores, também suscitamos a necessidade para responder se os efeitos linguísticos que se aplicam são os mesmos dos estudos anteriores sobre CV em comunidades rurais, se não, quais são diferentes e quais são os condicionamentos internos, se serão os mesmos tanto nas falas privadas quanto nas falas de espaços públicos. Questões como esta, faz-nos compreender como a construção de *persona* está atrelada a variação da língua, pois como explicitamos na seção 2 deste trabalho, o estudo voltado para a construção estilística nos levará a um estudo que proporcionará uma análise micro da *persona* que compõe o nosso *corpus*, bem

como uma atenção maior ao aspecto social da linguagem.

#### 6.1.2.5 Algumas considerações

Compreendemos que as variáveis socioculturais são de suma importância para a descrição da variação do fenômeno de concordância verbal na comunidade Mussuca, mas ressaltamos que a construção e interpretação dos perfis sociais de cada participante também detém relevância na análise dos resultados. Com isso, compreendemos a necessidade da análise da construção social de cada *persona* da pesquisa, para que desse modo possamos interpretar os resultados obtidos de maneira mais próxima da realidade da comunidade.

Diante da análise realizada, percebemos que os participantes da comunidade afro-brasileira Mussuca apresentam singularidades em relação à variação da regra padrão de concordância verbal. Naro e Scherre (1991) apontam em seus estudos que há na realidade brasileira fluxos diversos e tais fluxos são percebidos diante dos resultados apresentados para a realidade da comunidade Mussuca.

Ao confrontar os resultados com os estudos de Silva (2005), percebemos que a comunidade analisada possui um contexto diferenciado em que os mais jovens não transitam para fora da comunidade como ocorre na análise realizada por Silva (2005) em comunidades rurais afro-brasileiras na Bahia. Naro (1996) aponta que os falantes mais velhos costumam preservar as formas mais antigas, mas isso pode ocorrer também com falantes mais escolarizados ou mais jovens dependendo de sua rede de relações. Tal prerrogativa ocorre com os participantes dessa pesquisa, em que os mais escolarizados em relação à P4 (*nós*) e P6 apresentam uma maior frequência de ausência da regra. Quanto aos mais velhos, esta análise aponta que pelo fato de este grupo estar engajado nas práticas culturais da comunidade tende a aplicar mais a regra padrão.

Para finalizar esta seção, apresentamos algumas considerações que podem ser formuladas a partir da análise realizada acima. A adoção do paradigma de P4 (*a gente*) é fator presente entre os participantes da pesquisa, apresentando uma baixa frequência de variação, tanto para os condicionadores internos, quanto externos. A erosão na morfologia flexional no PB tanto para P4 (*nós*) quanto para P6 corrobora com os estudos mencionados nesse texto é um fenômeno com alta frequência de variação na aplicabilidade da regra padrão e encontra-se associado aos participantes com que não se encontram engajados ao grupo de práticas culturais.

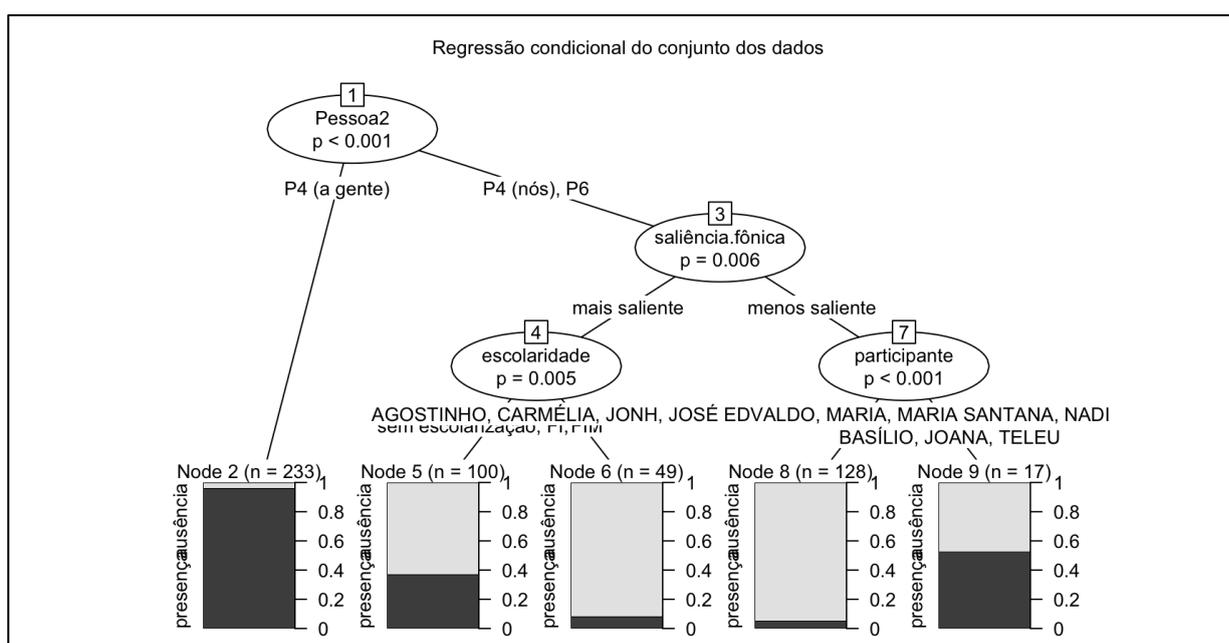
A direção da mudança linguística projetada diante dessa análise demonstra que os jovens, que em outras comunidades, são responsáveis pela mudança em detrimento a norma de

prestígio, não se configura deste modo para esta análise. Os jovens são aqueles que mais conservam os usos distantes da norma não padrão. No que concerne à variação na concordância verbal para a faixa III, aqueles que participam do grupo de práticas, sugere a hipótese de aquisição da regra padrão da CV. Com isso, compreendemos que diante da análise proposta, mesmo que a comunidade apresente um processo de aquisição de marca da CV, estes participantes caminham dentro do processo de aquisição de forma muito peculiar, ligada às influências sócio-históricas de formação da comunidade bem como das práticas desenvolvidas e de acordo com cada perfil social de cada participante da pesquisa.

### 6.1.3 Análise multivariada

Selecionamos o modelo de regressão condicional para realizar a análise multivariada. “Essa é uma abordagem de exploração de dados, análise estatística exploratória, baseada em testes de significância, e que pode ser especialmente útil para auxiliar na descrição de usos linguísticos diversos e variáveis quanto à regularidade e a emergência da diversidade” (FREITAG, 2020, p.318) Para o nosso estudo, a análise é realizada em função da presença ou ausência da regra de concordância verbal. De modo geral, o modelo em questão testa o efeito simultâneo de várias variáveis independentes e as separa em “nós” com vistas a hierarquizar a ordem de relevância das variáveis que atuam na variável dependente.

Figura 37 – Árvore de classificação condicional para a análise da aplicabilidade da regra de concordância verbal



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao observarmos o modelo acima, notamos padrões semelhantes nas análises univariadas apresentadas anteriormente tanto para o paradigma P4 (*a gente*) quanto para P4 (*nós*) e P6. Este tipo de análise nos permite realizar algumas análises a partir das variáveis significativas, permitindo observar efeito delas juntas em relação à aplicabilidade da regra padrão de concordância. Sobre isso, Lucchesi (2009) constata que o *a gente* tem sido adotado em comunidade rurais afro-brasileira. Tal posicionamento também é confirmado nos estudos de Omena (2003), Seara (2000) e Rubio (2012). Em um estudo de uma comunidade rural afro-brasileira, Antônio e Bandeira (2011) também coadunam estes resultados. Embora, para este estudo não tenhamos controlado a frequência de aplicabilidade do uso do P4 (*a gente*) versus P4 (*nós*), esta informação nos é interessante, para a compreensão do comportamento do fenômeno de concordância verbal. Com estes resultados, percebemos que o alto índice de aplicabilidade da regra padrão para o paradigma de P4 (*a gente*) na comunidade rural afro-brasileira Mussuca tende a confirmar os resultados encontrados em outros estudos. Como salientamos nessa análise, o alto índice de marcação da regra padrão de concordância se deve ao fato dessa adoção do paradigma P4 (*a gente*) não apresentar a flexão de plural do verbo e de certo modo este resultado encontra-se velado a essa prerrogativa.

Por meio do sistema arbóreo acima, percebemos que pode acontecer uma correlação direta para P4 (*a gente*) (node 2 com 233 ocorrências com o p-valor 0.001) com o fator de saliência fônica e assim interferir na frequência de aplicabilidade da regra. Para os perfis P4 (*nós*) e P6 o índice de variação da regra apresenta de modo diferenciado para P4 (*a gente*) mas com peculiaridades que não condizem com os estudos anteriores já citados nesse texto, pois como já explicado a assimetria da amostra não nos permite generalizações. Em relação a significância estatística, percebemos que a saliência fônica é o fator que se destaca, confirmando os resultados em relação ao comportamento do fenômeno em relação a essa variável linguística, a aplicabilidade da regra padrão é favorecida quando o contexto é mais saliente.

Tal análise pode ser verificada no terceiro nó, onde está segmentado o fator de saliência fônica com p-valor 0.006 onde se destaca, no contexto mais saliente, a variável escolaridade. Mas com uma frequência de aplicabilidade da regra padrão menor que a ausência da regra. Sabendo que a natureza da variável dependente é categórica, aqui percebemos os múltiplos níveis do comportamento do fenômeno nesta comunidade analisada, pois os participantes selecionados seguem por ordem o participante sem escolarização (node 5 – 100 ocorrências) e o participante do Ensino fundamental I (node 6 – com 49 ocorrências).

Devido a assimetria da amostra não podemos afirmar que o fator escolaridade interfere no comportamento do fenômeno, mas há indícios que nos permite levantar pistas de que mesmo

com a realidade do processo de escolarização precária nas comunidades rurais afro-brasileiras, como já mencionado nesse texto, a escolarização pode interferir no comportamento do fenômeno como defende Silva (2005) em seus estudos.

Para o contexto menos saliente, o conjunto arbóreo traz a seleção do participante com o p-valor 0.001. Em relação aos participantes, a análise multivariada confirma o nosso padrão de análise, no qual o perfil social do participante influencia no comportamento do fenômeno, o que nos permite levantar pistas para suscitar uma análise mais aprofundada em relação à variação do fenômeno de concordância verbal na comunidade quilombola Mussuca.

A análise exploratória desse sistema de regressão de dados condicionais nos consente identificar subconjuntos de dados da concordância verbal em relação aos participantes da pesquisa, compreendendo que há variação interna e que a variação parte de um reconhecimento da interação entre os participantes e dos grupos os quais eles participam, pois “O falante está vinculado a redes sociais com as quais compartilha valores religiosos, políticos, estéticos, linguísticos”; assim, o falante adota formas linguísticas diferentes em relação ao seu lugar de fala, de pertença, em suma de seu comportamento. Tais recursos linguísticos se configuram a partir da sua paisagem social, podendo até influenciar outros grupos, fomentando trocas linguísticas (LOPES; SOUZA, 2018) como podemos confirmar nos dados apresentados.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo analisar os dados da taxa de frequência de ausência e presença da concordância verbal, P4 (*a gente* e *nós*) e P6, na fala de residentes da comunidade afro-brasileira Mussuca, no município de Laranjeiras-SE. A partir da descrição linguística de suas variantes, e ao mesmo tempo, a análise das influências históricas e socioculturais, à luz da Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH; LABOV, HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972]).

Na análise das variáveis independentes linguísticas, destacaram-se os grupos (i) saliência fônica; (ii) tipo de verbo; (iii) especificidade do sujeito (v) realização e posição do sujeito; entre as variáveis socioculturais sobressaíram: (vi) sexo; (vii) escolarização e (viii) idade. Partimos da hipótese de que, pelo fato de os participantes desta pesquisa fazerem parte de uma comunidade rural afro-brasileira e pelo contexto de formação sócio-histórica dessa comunidade, os resultados de aplicabilidade da regra fossem menores em relação à regra padrão.

Os resultados gerais nos mostram o fenômeno face a dois comportamentos, total de 527 ocorrências de dados da 1ª e 3ª pessoa do plural, com 71% (244/343) das realizações são de aplicação da regra padrão para P4. Para P6, obtivemos 80% (147/184) para a ausência da aplicação da regra padrão. Observamos para P4 (*nós* e *a gente*) uma alta frequência de aplicação da regra padrão com 71% *versus* 20% em relação a P6. Como discutimos na seção de análise dos dados, este resultado da frequência de aplicação da regra padrão para P4 aparece velado face ao paradigma P4 (*a gente*) e P4 (*nós*), como abordamos na seção de descrição e análise dos dados.

Assim, confirmamos a nossa expectativa em relação aos resultados gerais para P4 (*nós*) e P6, pois há uma frequência maior em relação à ausência da regra padrão. No que se refere à P4 (*a gente*) percebemos que há uma frequência de uso em favor da regra padrão. Questionamos inicialmente se a comunidade apresentaria dados em favor da aplicação da regra de concordância verbal padrão na 1ª e 3ª pessoa do plural (P4 e P6). Com base na análise dos dados, percebemos que, devido à peculiaridade da amostra, não podemos traçar generalizações, mas podemos aviltar que os participantes da pesquisa apresentam dados em favor à aplicabilidade da regra padrão para o paradigma P4 (*a gente*). Quando se trata do paradigma P4 (*nós*) e P6, os resultados gerais coadunam com os resultados de estudos anteriores realizados em comunidades rurais (SILVA, 2003; LUCCHESI, 2009; SOUZA 2013). Para P4 (*nós*) e P6 a frequência de aplicação é em favor da ausência da regra padrão.

Indagamos a respeito da aplicabilidade da regra padrão de CV para P4 (*a gente*) versus P4 (*nós*), com base na distribuição geral, compreendemos que os participantes utilizam com maior frequência a aplicabilidade da regra padrão em relação ao paradigma P4 (*a gente*). Justificamos o fato de que para a alta frequência da regra padrão para P4 (*a gente*) não ter flexão do verbo no plural, algo que levaria os participantes a não apresentarem uma maior frequência da flexão verbal no plural para este paradigma. Embora ainda apresentem ocorrências com *a gente + verbo flexionado no plural*. Quanto a essa realidade o número de ocorrências é baixa (4% de ausência de aplicabilidade da regra padrão).

Em relação aos efeitos linguísticos dos condicionadores internos que se aplicam para a presença da regra padrão, estes são os mesmos dos estudos anteriores sobre CV em comunidades rurais (SILVA, 2003; LUCCHESI, 2009; SOUZA, 2013; RODRIGUES, 1992). O fator que é estatisticamente significativo é o de saliência fônica, mas somente para P6 ( $X^2(1, N= 184) 19.32, p = 1.1e-05$ ). O nível de saliência fônica foi o fator de maior significância, tanto na análise uni variada como multivariada. Este resultado corrobora com os resultados anteriores em que os níveis mais altos de saliência fônica favorecem a regra padrão de concordância verbal (LEMLE; NARO, 1977; NARO, 1981). As pesquisas realizadas entre *nós* e *a gente* têm mostrado que o grau de saliência fônica é relevante para explicar as escolhas dos falantes entre as variantes. Para o paradigma P4 (*nós e a gente*) o traço não foi significativo estatisticamente.

Para o tipo de verbo, os nossos resultados não demonstraram significância do ponto de vista estatístico, corroborando com os resultados encontrados por Araújo (2014). Obtivemos uma associação fraca, mas destacamos este resultado por apresentar diferenças mais expressivas do que para o paradigma de P4 (*a gente*), ( $X^2(1, N= 110) 5.55, p = 0.062$ ) e  $v$  Cremer 0.18. Em relação à especificidade do sujeito, o sujeito mais específico obteve forte associação, estatisticamente significativo ( $X^2(1, N= 233) 198.39, p = 4.69e-45$ ) para a marcação da regra P4 (*a gente*) com 94% das ocorrências. Em nossos resultados, constatamos que a especificidade do sujeito para P4 (*nós*) não favorece a presença da regra padrão, pois apresenta 82% para a ausência da regra padrão.

Em relação a realização e posição do sujeito, mesmo com poucas ocorrências com sujeito posposto, os resultados demonstram que o sujeito anteposto favorece a aplicabilidade da regra padrão. Os estudos anteriores fundamentam que a ordem direta da língua portuguesa sujeito-verbo tende a favorecer a aplicabilidade da regra de concordância, confirmando os resultados encontrados nesta pesquisa e nos estudos anteriores (MONGUILHOTT, 2001; SILVA, 2005; ARAÚJO, 2014; NOVAIS, 2021).

A distribuição desses três contextos (P4 – *nós* e *a gente* - e P6), como salientamos na

análise dos dados, pode nos fornecer pistas da caracterização da comunidade afro-brasileira, pois independentemente da comunidade, se houver mudança para a aplicabilidade da regra padrão, a motivação será a mesma que nas comunidades estudadas anteriormente.

Quando se trata da análise das variáveis socioculturais, os resultados gerais apresentam um contexto diferenciado. Primeiro, consideramos que os jovens, pelo fato deles constituírem um grupo com maior mobilidade para sair da comunidade, apresentaria uma maior frequência de aplicabilidade da regra padrão. Assim, questionamos inicialmente, a respeito do comportamento do fenômeno em relação à frequência de aplicabilidade da regra padrão para este grupo. Diante da análise, percebemos que os jovens da comunidade afro-brasileira Mussuca apresenta um perfil diferenciado dos jovens dos estudos de CV no PB em geral (SILVA, 2005; LUCCHESI, 2009).

Ao desdobrar os resultados para o paradigma de P4 (*a gente*), a hipótese traçada se confirma, pois, mesmo que de forma sutil, os mais jovens apresentam a maior frequência de aplicação da regra padrão 100% para a regra padrão. Mas em relação ao P4 (*nós*) e P6 a hipótese de que a faixa etária interfere no uso padrão de concordância, sendo que os mais velhos conservam o uso mais distante do padrão e os mais jovens aplicam mais a concordância, não é confirmada. Desse modo, sobre a análise dos perfis sociais dos participantes, buscamos responder ao questionamento se os jovens da Mussuca possuem o mesmo comportamento em relação à variação do fenômeno e concluímos que, para a descrição sociolinguística, é suma importância a análise das relações sociais que os participantes da pesquisa estabelecem entre si e dentro da comunidade, pois esta rede interfere na aplicação da regra padrão do fenômeno estudado.

Assim, atrelamos à questão identitária, em que o perfil social do participante interfere na variação da regra de concordância verbal, pois os participantes jovens da pesquisa possuem um comportamento diferenciado, aplicam 2% de presença da regra padrão para P4 (*nós*) e para P6 uma jovem com 22 anos aplica 41% e outro participante com 25 anos aplica 25% de presença da regra padrão. Estes resultados são menores do que os resultados encontrados com os participantes da faixa etária III.

Diante desse contexto, compreendemos que os jovens não possuem mobilidade fora da comunidade, mantendo sua rede de relações restrita às práticas dentro da comunidade e entendemos que essa realidade interfere nos resultados encontrados. Além disso, a análise da faixa etária nos leva compreender que o fenômeno de concordância verbal se encontra em variação estável, quando se trata do paradigma P4 (*nós*) e P6. Consideramos que os estudos de CV apontam as variáveis socioculturais detém significância para a variação da regra e em

relação a estes fatores coadunamos com os resultados encontrados.

Compreendemos que, além das variáveis extralinguísticas, a perspectiva sócio-histórica deve ser considerada, visto que o contato entre línguas forneceu subsídios para que o PB detivesse características próprias<sup>31</sup> e para além, consideramos que para a análise qualitativa, o perfil social dos participantes nos direcionou para determinadas compreensões dos resultados obtidos. Podemos aviltar, dentro desse contexto as motivações para a frequência de aplicabilidade da regra padrão, considerando que estas motivações podem ser interferidas a partir do *continuum* identitário, fazendo-nos refletir que a variação da regra padrão é um traço também condicionado pela composição perfil social do participante da pesquisa.

Partindo do pressuposto de que há na realidade brasileira fluxos diversos (NARO E SCHERRE, 1991), os participantes da comunidade analisada apresentam singularidades em relação à variação da regra padrão de concordância verbal. Para a variável escolaridade para o paradigma P4 (*a gente*) os participantes dos diferentes níveis de escolaridade apresentam resultados equiparados entre si, com uma alta frequência de aplicabilidade. Para P4 (*nós*) os resultados se contrapõem com o que prevê a literatura, pois a alta frequência de aplicabilidade da regra padrão está com o grupo sem escolarização com 34% para o grupo sem escolarização e 40% para o grupo do Ensino Fundamental I. Tal realidade nos leva observar o perfil social de cada participante e observamos que o grupo sem escolarização se encontra engajado em práticas sociais o que pode interferir nos resultados encontrados, pois este grupo possui participantes com uma rede de relações mais aberta. Em relação à P6, os resultados de maior frequência estão com o grupo mais escolarizado, apresentando uma disparidade pequena entre os grupos (Sem escolarização: 15% - Ensino Fundamental I: 24% - Ensino Fundamental II: 29% - Ensino Médio: 33%).

Em relação à variável sexo, para P4 (*a gente*) temos o mesmo comportamento que as outras variáveis uma maior frequência de aplicabilidade da regra padrão 96% tanto para homens como para mulheres. Para P4 (*nós*) os resultados confirmam a nossa hipótese em que as mulheres são mais sensíveis a presença da regra padrão para P4 (*nós*), apresentando 34% de presença da regra *versus* 12% para os homens. Tais resultados corroboram com os estudos anteriores em que demonstram que as mulheres são mais sensíveis a regra padrão (GUY, 1981; LABOV, 1975, 1981; OLIVEIRA, 2005). Já para P6, os resultados corroboram com os estudos, de comunidades rurais brasileiras (SILVA, 2005; LUCCHESI, 2009). Em que os homens

---

<sup>31</sup> Em relação a perspectiva sócio-histórica, para além do conato entre línguas, reconhecemos que precisamos realizar um estudo mais aprofundado traçando análises dos resultados encontrados.

apresentaram uma maior frequência de aplicabilidade da regra padrão com 28% *versus* 17% das mulheres.

Ao confrontar os resultados com os estudos de Silva (2005), é possível perceber que a comunidade analisada possui um contexto diferenciado em que os mais jovens não transitam para fora da comunidade como ocorre na análise realizada em comunidades rurais afro-brasileiras na Bahia (SILVA, 2005). Naro (1996) aponta que os falantes mais velhos costumam preservar as formas mais antigas, mas isso pode ocorrer também com falantes mais escolarizados ou mais jovens dependendo de sua rede de relações. Tal prerrogativa ocorre com os participantes dessa pesquisa, em que os mais escolarizados em relação à P4 (*nós*) e P6 apresentam uma maior frequência de ausência da regra. Quanto aos mais velhos, esta análise aponta que pelo fato de este grupo estar engajado nas práticas culturais da comunidade e assim, possuir uma rede de relações mais aberta, tende a aplicar mais a regra padrão.

Para finalizar esta seção, compreendemos que o fenômeno de concordância verbal em relação aos condicionadores internos confirmamos os resultados anteriores. Para as variáveis socioculturais esta os participantes apresentam características próprias que se fazem necessária conhecê-las a partir de um perfil social, para que contribua para uma análise mais fidedigna dos resultados encontrados. Buscamos apresentar algumas considerações que podem ser formuladas a partir da análise realizada acima, a citar, a adoção do paradigma de P4 (*a gente*) que é fator presente entre os participantes da pesquisa apresentando uma baixa frequência de ausência da regra (considerando todo contexto peculiar da amostra, já explicitada nesse trabalho), tanto para os condicionadores internos, quanto externos. A erosão na morfologia flexional no PB tanto para P4 (*nós*) quanto para P6 corrobora com os estudos mencionados nesse estudo, é um fenômeno com alta frequência de variação e se encontra associado, com maior frequência, aos participantes que não estão engajados ao grupo de práticas culturais.

A direção da mudança linguística projetada diante dessa análise demonstra que os jovens, que em outras comunidades são responsáveis pela mudança em direção à norma de prestígio, não apresentam a mesma postura nesta análise; sendo aqueles que mais conservam os usos distantes da norma não padrão. No que concerne à variação da concordância verbal para a faixa III, aqueles que participam do grupo de práticas, confirma a hipótese de aquisição da regra padrão de CV. Com isso, compreendemos que diante da análise proposta, mesmo que a comunidade apresente um processo de variação estável da regra padrão de CV, estes participantes caminham dentro do processo de forma muito peculiar, ligada às influências sócio-históricas de formação da comunidade, das práticas desenvolvidas e de acordo com cada perfil social de cada participante da pesquisa.

Diante da análise proposta, pretendemos desenvolver outros estudos para que possamos aprofundar no estudo sobre a variabilidade de concordância verbal no português brasileiro, direcionando o estudo para uma análise micro do perfil do participante da pesquisa de acordo com as práticas desenvolvidas pelos grupos de sua comunidade, com a pretensão de responder algumas questões que foram levantadas nesse estudo.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Sandra Espinola. Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala dos pessoenses. Dissertação de Mestrado em Linguística – UFPB, João Pessoa, 1999.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **A concordância verbal e sua importância para os estudos sobre a formação do português brasileiro**. PAPIA, São Paulo, 22(1), p. 91-110, 2012.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba**: sociolinguística e sócio-história do português Brasileiro. 341 f. il. 2014. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- BAXTER, Alan. **Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro**: divergências nas vertentes afro-brasileiras. Revista internacional de língua portuguesa, Pelotas, v. 14, p. 79-90, 1995.
- BELL, Alan. **Language Style as Audience Design**. *Language in Society*. p. 145-204. 1984.
- BENFICA, Samine. de A. **A concordância verbal na fala de Vitória**. Dissertação (Mestrado em Linguística – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2016.
- BORTONI-RICARDO. A concordância verbal no português: um estudo de sua significação social. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia (orgs.). **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil – uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p.363-380.
- BORGES, Humberto. **Sujeitos nulos indeterminados no português brasileiro**: uma investigação diacrônica em Goiás. 2014. 99 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola e agora? Sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. BORTONI-RICARDO, S. M. Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais. São Paulo: Parábola Editorial, 2011
- CASTRO, Yeda Pessoa de - **Os falares africanos na interação social do Brasil Colônia**. Salvador, Centro de Estudos Baianos/UFBA, nº 89, 1980.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. **A sobrevivência das línguas africanas no Brasil**: sua influência na linguagem popular da Bahia. In: Afro-Ásia 4 -5: 23-33. Salvador. 1967.
- ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. 2010. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder, In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. **Linguagem, gênero e sexualidade**: clássicos traduzidos, São Paulo, Parábola: 93-107.
- COUPLAND, Nikolas. **Language, situation, and the relational self**: theorizing dialect-style in sociolinguistics. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Ed.). *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (Org.). **África no Brasil: a formação da língua**

FREITAG, Raquel Meister Ko. O controle dos efeitos estilísticos dos papéis sócio-pessoais e do sexo/gênero na entrevista sociolinguística. In: **II CIDS - Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística: Diversidade linguística e políticas de ensino**, 2, 2012, Belém. Anais... São Luís: EDUFMA, 2012. P. 289-296.

FREITAG, Raquel Meister Ko; MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. **Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações**. Alfa: Revista de Linguística, v. 56, p. 917-944, 2012.

FREITAG, Raquel Meister Ko; SANTANA, Cristiane Conceição; ANDRADE, Thaís Regina Conceição. **Práticas constitutivas do povoado Açuzinho**. Ambivalências, v. 2, n. 03, p. 194-217, 2014.

REITAG, Raquel Meister Ko. **Sociolinguística no/do Brasil**. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, n. 58, v. 3, p. 445-460, 2016b.

GRACIOSA, Diva Maria D. (1991) **Concordância verbal na fala culta carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado

GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa - instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

Harzing, A.W. **Publish or Perish**, 2007, Disponível em <<https://harzing.com/resources/publish-or-perish>>, acesso em: <10/12/2021>

HOLM, Jonh. Popular Brazilian Portuguese: a semi-criole. In: **Colóquios sobre crioulos de base lexical portuguesa**. Lisboa colibri, 1992.

HORA, Demerval da; WETZELS, L. **A variação linguística e as restrições estilísticas**. Revista Da Abralín, v. 10, n. 3, p. 147-188, dez. 2011. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1089/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

IRVINE, Judith. **Style as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation**. In: Penelope Eckert and John Rickford (eds.), *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 21-43, 2001.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEMLE, Miriam; NARO, Anthony Julius. **Competências básicas do português**. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e Fundação Ford, 1977.

LABOV, Willian. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LUCCHESI, Dante. O conceito de 'transmissão linguística irregular' e o processo de formação do português no Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7

Letras/FAPERJ, 2003.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem**: um percurso na história da linguística moderna. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LUCCHESI, Dante; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **A teoria da variação linguística**. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br/a-teoria-da-variacao-linguistica>>. 2004.

LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolinguísticos do Português do Brasil. **Revista da Abralin**, vol. 5, no. 1 e 2, dez. 2006.

LUCCHESI Dante; Baxter, Alan & Ribeiro, Ilza (organizadores). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. A variação na concordância verbal no português popular da cidade de Salvador. **Revista de Estudos Linguísticos e literários**. Nº 52, ago-dez|2015, Salvador: p. 166-204.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedades partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Editora contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. **As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000)**. *D.E.L.T.A.* São Paulo, v. 17, n. 1, 2001, p. 97-132. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v17n1/a05v17n1.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MINGAS, Amélia. **Interferência do Kimbundu no português falado em Lwanda**. Porto: campos das letras, 2000.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. **Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos**. 2001. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. **Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE**. Tese de Doutorado em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva; COELHO, Izete Lehmkuhl. **Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis**. In: Paulino Vandresen. (Org.). *Variação e mudança no português falado na região sul*. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2002, v. 01, p. 189-216.

MUSSA, Alberto. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NARO, Antony Julius.; GORSKI, Evair.; FERNANDES, Eulalia. **Change without change. Language Variation and Change**, Philadelphia, v. 11, n. 2, p. 197-211, 1999.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Variação e mudança linguística**:

**fluxos e contrafluxos na comunidade de fala.** Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas, n. 20, p. 9-16, 1991.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. A influência de variáveis escolares na concordância verbal. **A Cor das Letras**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana. n. 3, p. 17-34, dez, 1999.

NOVAIS, Viviane Silva de. **Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de universitários sergipanos.** Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

OLIVEIRA, Marilza de & PEREIRA, Hélcio Batista. **PB do século XIX: uma Brasiláfrica linguística?** 2005. Disponível em: <[Letras Clássicas e Vernáculas \(usp.br\)](http://Letras Clássicas e Vernáculas (usp.br))>

OMENA, Nelise. **A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança?** In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (Org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contracapa; FAPERJ, 2003. v.1. p.63-80

PESSOA DE CASTRO, Yeda. **Falares africanos na Bahia:** um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia brasileira de letras, 2001.

RODRIGUES, Ângela. **A concordância verbal no português popular em São Paulo.** 1987. 259f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

RODRIGUES, Ângela. **Língua e o contexto sociolinguístico:** concordância no português popular de São Paulo. Araraquara: UNESP, 1992.

RUBIO, Cássio Florêncio. **Padrões de concordância verbal e de alternância pronominal no português brasileiro e europeu:** estudo sociolinguístico comparativo. 2012. 392 f. Tese de doutorado – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2012.

SALOMÃO, Mircia Hermenegildo. **A variação estilística na concordância nominal e verbal como construção de identidade social.** 2015. 313f. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

SANTANA, José Humberto dos; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. **Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe:** procedimentos metodológicos. PAPIA, São Paulo, 28(2), p. 219-237, Jul/Dez 2018.

SANTOS, Darlana Nunes dos. **A concordância verbal na fala de afrodescendentes da comunidade quilombola Muquém, União dos Palmares – Alagoas.** Maceió, 2013. 127f. Dissertação de Mestrado, UFAL.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25.ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.) **Padrões Sociolinguísticos:** análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro:

Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1986. p. 185- 215.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Paralelismo linguístico. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG. n. 7 v. 2, p. 29-59 jul/dez de 1998.

SEARA, Izabel. A variação do sujeito nós e a gente na fala florianopolitana. *Organon*, Porto Alegre, v.14, n.28-29, p.179-94, 2000.

SILVA, José Augusto Alves da. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil**: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia. 323 p. Tese de Doutorado em Letras –UFBA, 2005

SILVA, Jorge Augusto Alves da. **A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais do estado da Bahia**. Salvador, Dissertação de Mestrado, UFBA, 2003.

SOUZA, Antônio Carlos Santana de. **Africanidade e contemporaneidade do português de comunidades afro-brasileiras no Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. Ática S.A. 3º ed. São Paulo, 1990.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

VITÓRIO, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar. **A variação nós e a gente na posição de sujeito na fala de crianças da cidade de Maceió/AL**. *Revista (con)textos Linguísticos*, v.09, n.14, 2015.

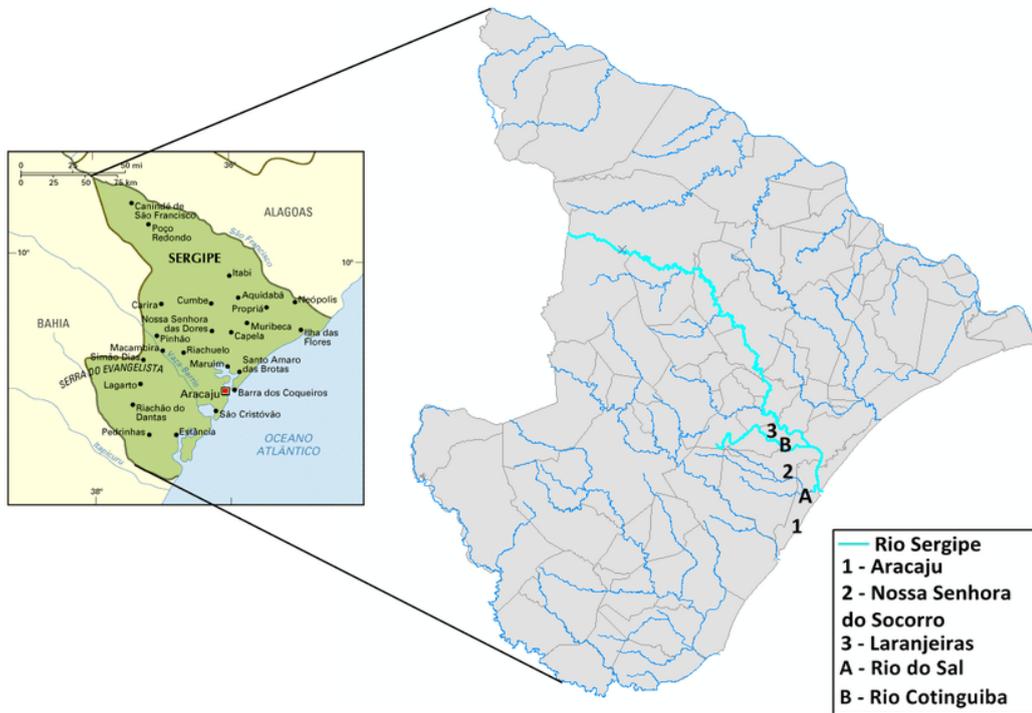
## ANEXOS

ANEXO A - Figura 4 – Mapa da cidade de Laranjeiras



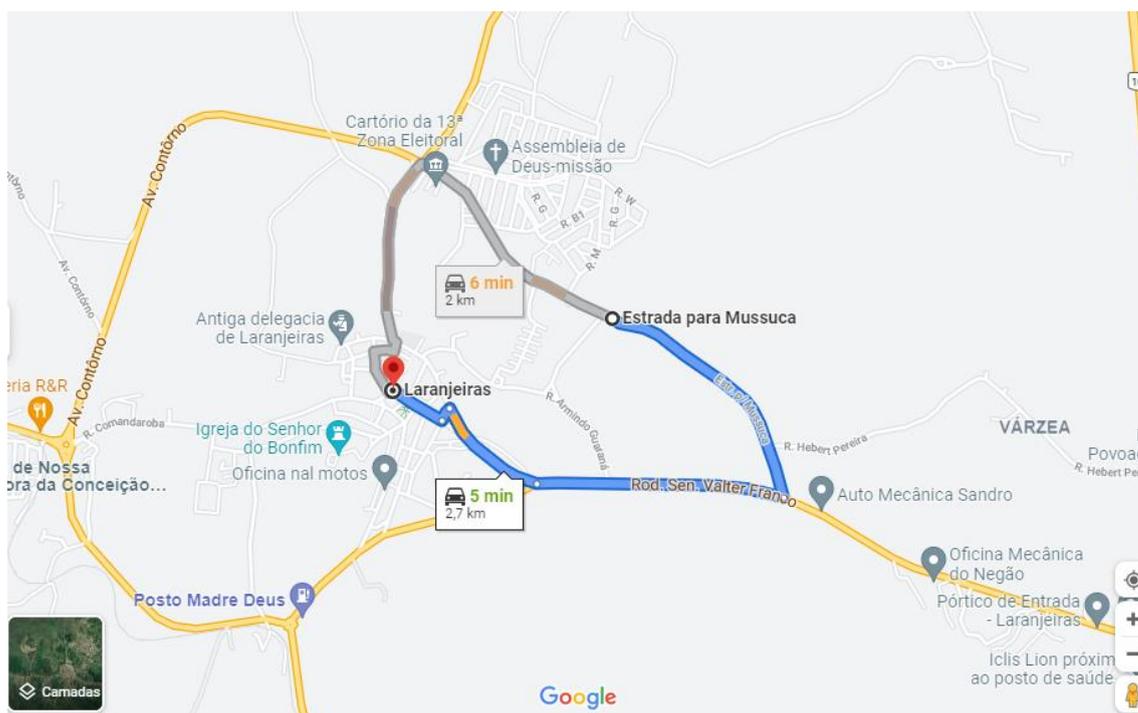
Fonte: Google imagem

ANEXO B - Figura 5 – Localização da cidade de Laranjeiras



Fonte: Google imagem

ANEXO C - Figura 6 – Acesso ao povoado Mussuca – Laranjeiras/SE



Fonte: Google imagem

ANEXO D - Figura 7 – Representação de práticas do samba de parrelha



Fonte: Google imagem

ANEXO E - Figura 8 – integrantes do samba de parêla



Fonte: Google imagem

ANEXO F - Figura 9– integrantes do samba de coco



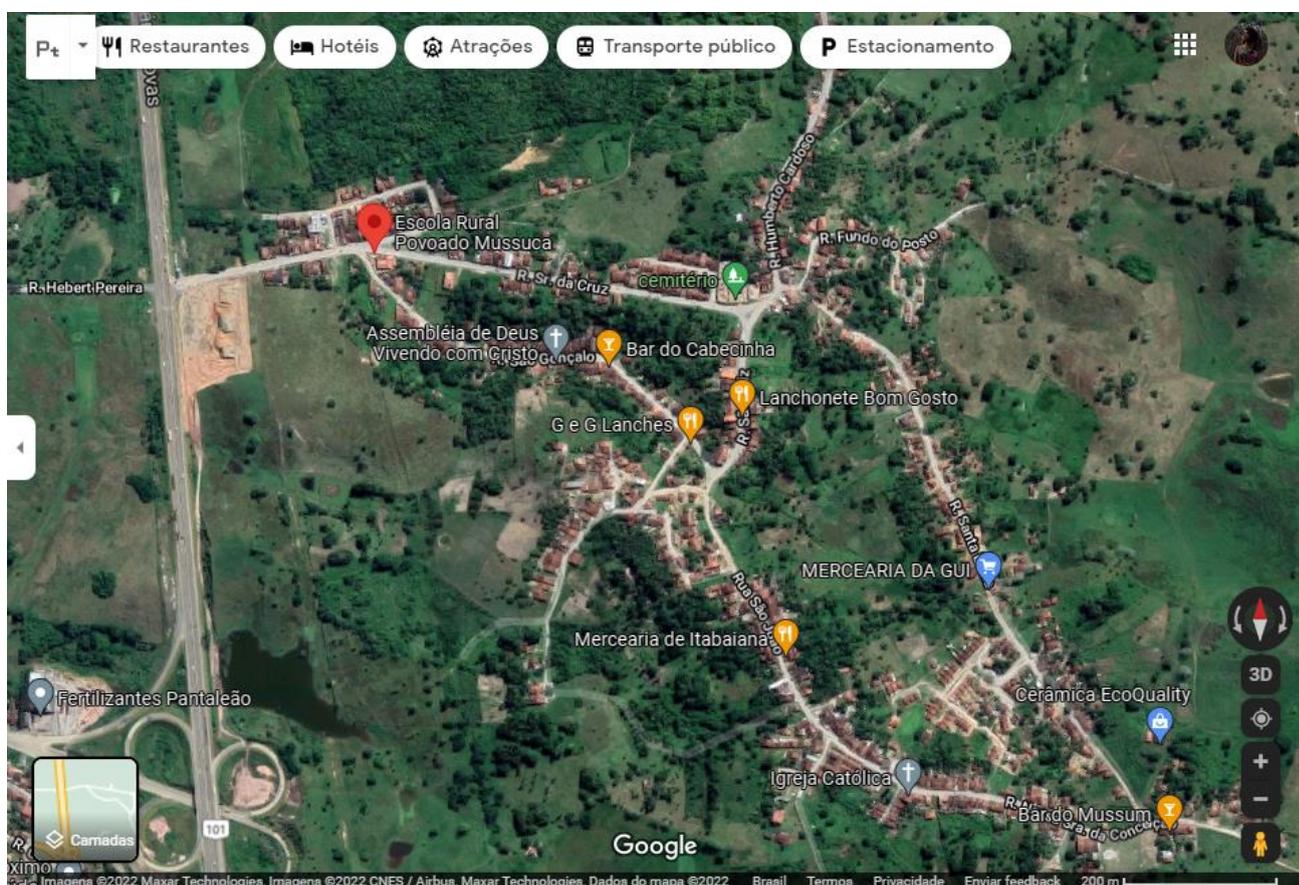
Fonte: Google imagem

## ANEXO G - Figura 10– representação da prática cultural na comunidade



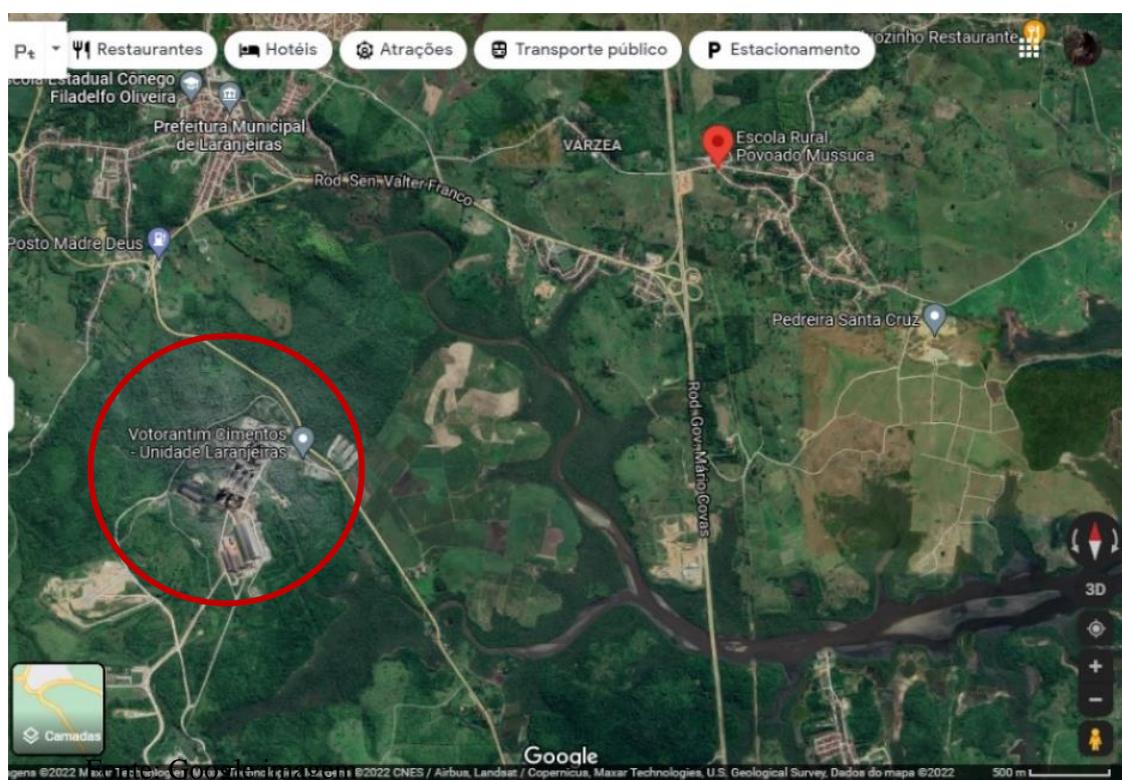
Fonte: Google imagem

ANEXO H - Figura 11– Mapa da comunidade Mussuca com pontos de localização de lanchonete e bares



Fonte: Google imagem

ANEXO I -Figura 12– Mapa da comunidade Mussuca com ponto de localização da empresa Votorantim cimentos



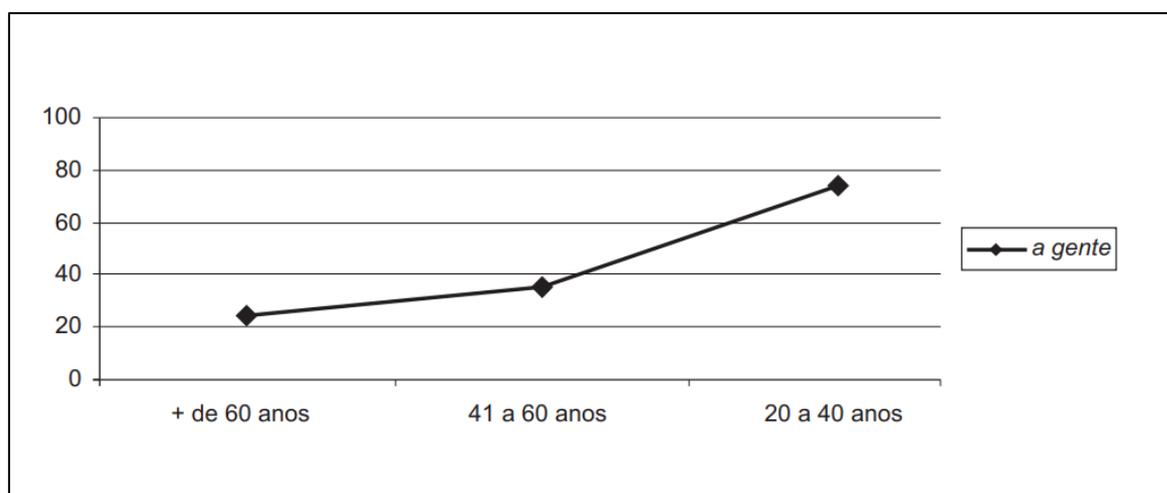
Fonte: Google imagem

ANEXO J - Figura 13– Mapa da comunidade Mussuca com ponto de localização da Pedreira Santa Cruz



Fonte: Google imagem

ANEXO L - Figura 31 - Uso de *a gente* como pronome de primeira pessoa do plural no português afro-brasileiro segundo a faixa etária do falante (em peso relativo)



Fonte: LUCCHESI, 2009, p.465)